

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA QUINZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

----- **ATA NÚMERO OITENTA E UM** -----

----- Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, Av. de Roma nº 14 L – Lisboa, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves

da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Francisco Alves da Silva Ramos, Natacha Machado Amaro, José Vitor dos Reis e Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Vitor dos Reis. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Francisco Alves da Silva Ramos. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), suspende o seu mandato no período compreendido entre 7 de setembro e 31 de outubro de 2015, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: Graça Fonseca, Manuel Salgado, Jorge Máximo, Catarina Vaz Pinto, João Afonso, João Paulo Saraiva, José Sá Fernandes e Paula Marques. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, Alexandra Barreiras Duarte e Paulo Quaresma. -----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria fazer desde já... pedia a vossa atenção e o vosso silêncio por favor. -----

----- Em primeiro lugar, nos termos dos estatutos dos eleitos locais informar esta Assembleia Municipal que o Senhor Presidente da Câmara desde o dia 1 de Setembro de 2015 tem acumulação de funções, na medida em que iniciou uma participação num programa de análise e comentário político na TVI. É obrigatório por lei fazer esta comunicação e é isso que eu estou a fazer. -----

----- Em segundo lugar dizer-vos que nós recebemos os documentos para o PAOD, há uma recomendação do BE que chegou fora de prazo e a Mesa não a admitiu de

maneira que mandei dar conhecimento a todos os partidos, veremos na devida altura o que é que temos a fazer, para já não foi admitida. -----

----- Em terceiro lugar Senhores Deputados, na sequência das deliberações que tomámos na semana passada sobre o acolhimento a refugiados a Mesa propõe uma reunião na próxima semana, na próxima terça-feira às 18 horas da tarde aqui no fórum com os Senhores Presidentes de Junta e com um representante de cada partido, que poderá ser um membro da conferência de representantes ou o elemento da 6ª Comissão ou quem cada partido entender. Para fazermos o ponto de situação das iniciativas que já foram lançadas a nível municipal e sabermos como é que as freguesias podem colaborar naquilo que já está a andar. Portanto, eu irei mandar a convocatória formal de hoje a oito dias às 18 horas, a reunião será, portanto, coordenada por mim e pelo Senhor Vereador dos Direitos Sociais. É uma reunião de troca de informações e onde vamos ouvir o que é que as freguesias pretendem também, como é que querem colaborar e vamos fazer o ponto de situação. -----

----- Quanto a hoje informar e lembrar, não sei se todos os Senhores Deputados estão atentos a esse aspeto da nossa sessão de hoje, houve um requerimento do BE para um debate de atualidade sobre o problema da exploração da Quinta da Pimenteira e outros equipamentos do Parque Florestal do Monsanto. Portanto, o pedido entrou nos termos regimentais, nos termos regimentais este assunto tem de ser o primeiro da ordem de trabalhos à exceção da informação escrita do Presidente. -----

----- Portanto, fez-se um aditamento, é o ponto 1A e logo a seguir à informação escrita do Senhor Presidente antes de entrarmos nas propostas agendadas para hoje, temos 60 minutos para este debate de atualidade a requerimento do BE. -----

----- Portanto, queria lembra-vos e lembrar-vos qual é o formato. 5 minutos para o BE para apresentar a questão, depois cada Grupo Municipal ou o conjunto de Independentes também têm 5 minutos para dizerem o que entenderem e a Câmara tem 5 minutos e termina o debate da atualidade. -----

----- Postos estes avisos iríamos então passar à intervenção do público. Temos um orador inscrito, o Senhor João Manuel Martins de Oliveira, que nos vem levantar um problema relacionado com o prédio municipal onde habita, no Bairro das Amendoeiras, e vamos ouvi-lo. -----

----- Senhor João Manuel tem 3 minutos, quando chegar ao fim do seu tempo eu faço assim um sinalzinho, para o Senhor João Manuel saber que terminou o tempo.”-----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente**, nos termos regimentais, abriu o período destinado à intervenção do público. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor João Manuel Martins de Oliveira**, residente em Rua André Vidal Negreiros, lote 30 8º A, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa-tarde a todos. Era o seguinte: relativamente ao prédio onde habito é uma situação relativamente aos elevadores.-----*

----- *Existem dois elevadores no prédio, um do qual já está aparado há anos e o segundo está parado há cerca de meses.-----*

----- *Os Senhores do IRU são portadores destas anomalias uma vez que estamos a ser reféns da nossa casa, ninguém tenta desbloquear esta situação que é gravíssima tratando-se que há pessoas idosas a viver no mesmo prédio, no qual já foram recusados diversos médicos a virem a casa prestar os devidos serviços clínicos e não há maneira de desbloquearmos esta situação, pelo qual os Senhores do IRU são portadores desta situação, que existe um litígio entre os Senhores da IRU e os Senhores do condómino do prédio, que foram portadores de um caderno de encargos face aos seus compromissos, nem que para isso os Senhores da IRU tenham competências para desbloquear esta situação.*-----

----- *Esta é uma situação que como a Senhora Arquiteta sabe, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa sabe que é contra a saúde pública, uma grande parte dos senhores que habitam no prédio são pessoas idosas e esta situação entendemos que tem que ser desbloqueada o mais rapidamente possível porque anda-se a brincar com as pessoas! Anda-se a brincar sobretudo com a saúde pública das pessoas e preveem que não haja ninguém que dê seguimento a esta situação.*-----

----- *Foi por entendimento do Senhor Advogado que disse “Vocês vão à Polícia Municipal e vão expor os vossos problemas e é neste sentido que eu estou a expor estes problemas, porque estou a ver que temos corrido uma série de situações pelo qual ninguém nos dá solução a esta situação e então disseram “O melhor caminho que pode ir é ir à Assembleia Municipal e expor o vosso problema”, é nesse sentido que eu estou a expor o problema, porque neste caso estou a ver que ninguém está interessado em desbloquear esta situação.*-----

----- *Os Senhores dos condóminos alegando que não têm dinheiro para pagar a reparação dos elevadores não estão interessados em dar seguimento à situação. Os Senhores do IRU disponibilizam-se a reparar os elevadores desde que os Senhores do condómino entrem com a parte deles, portanto, existe agora aqui um impasse que é gravíssimo e que entendo que para bem dos moradores em geral que esta situação não pode continuar, porque há uma vizinha do oitavo andar que é a minha vizinha, que tem problemas gravíssimos com diabetes em que pelo qual o médico aqui há pouco tempo queria-se recusar a ir lá visitar a Senhora que estava mesmo a precisar de assistência médica.*-----

----- *Há uma outra vizinha, que mora no oitavo C, que é uma Senhora que está acamada, de vez em quando vinha à rua, enfim, arejar um bocadinho, que está impossibilitada mesmo!*-----

----- *A minha mulher teve que ir para casa de um filho meu que mora na Moita, porque é um oitavo andar mas que equivale a um décimo sexto, uma pessoa chega lá acima com falta de forças e chegámos ao extremo que por vezes para levarmos determinadas coisas para casa, para além de uma arrecadação que existe em casa, temos que usar a bagageira do carro para servir de segunda arrecadação da casa, é que isto é insuportável, é incomportável, não pode continuar!”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor João Manuel, percebemos o problema. Há pouco tínhamos falado ali fora e eu tinha pensado que era um prédio Municipal, percebo agora que é um prédio do IRU, enfim, parte do IRU e parte propriedade privada de quem o adquiriu, naturalmente que agora a Mesa da Assembleia tomou devida nota daquilo que aqui apresentou e irei oficialiar ao Senhor Presidente do IRU para ver o que é que podem, porque devem efetivamente ter que desbloquear a situação. -----

----- Acontece com muita frequência situações deste género também nos prédios da Câmara, em que a GEBALIS é que é a gestora e que é preciso desempatar essas situações, portanto, irei fazer diligências junto do IRU no mesmo sentido para ver se resolvem o vosso problema, e muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados Municipais, não temos mais pessoas inscritas, portanto, posto isto vou pedir ao Senhor Primeiro Secretário que faça um resumo do expediente que deu entrada desde a última reunião.” -----

----- Muito obrigada.” -----

----- Vamos passar ao Período de Antes da Ordem do Dia.” -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começa com a leitura do expediente. O Senhor Primeiro-Secretário vai fazer um resumo rapidíssimo do expediente que recebemos.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** no uso da palavra, fez um resumo do expediente: -----

----- “Senhores Deputados Municipais como tem sido hábito, só para dizer, que naturalmente, o expediente está disponível. -----

----- **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA** -----

----- **Iniciativas do Grupo parlamentar do PCP:** -----

----- 1 - Requer a avocação pelo Plenário, das alterações propostas ao Projeto de Lei do Código Cooperativo, na Comissão de Segurança Social e Trabalho, para discussão e votação na especialidade. -----

----- 2 - Perguntas Várias ao Governo sobre: -----

----- 2.1- Pedido de reequilíbrio financeiro na Parceria Público-Privada da FERTAGUS; -----

----- 2.2 - Assédio a trabalhadores na Carris, no Metropolitano de Lisboa, na Transtejo e na Soflusa; -----

----- 2.3 - Pressões, intimidações e chantagens aos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, Carris, Transtejo e Soflusa; -----

----- 2.4 - Os apoios anunciados para a CP Carga privada, negados à CP Carga pública; -----

----- 2.5 - Mega comício da Infraestruturas de Portugal; -----

----- 2.6 - Insuficiente capacidade de resposta ao nível dos cuidados paliativos na Cidade de Lisboa; -----

----- 2.7 - As Infraestruturas de Transportes da Frente Ribeirinha de Cidade de Lisboa. -----

----- 3 - Projeto de Resolução que Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública. -----

----- **Iniciativas do Grupo parlamentar Os Verdes:** -----

----- 4 - Pergunta ao Governo sobre o Dispensário de Alcântara, em Lisboa. -----

-----**GOVERNO**-----

----- 5 - Resposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo relativa à Recomendação enviada por esta AML - “Por uma Melhor Qualidade do Ar na Cidade de Lisboa, apresentada pelo MPT”. -----

-----**ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**-----

----- 6 - Ata da Reunião Ordinária da Comissão Executiva, no passado dia 11 de agosto. -----

-----**ASSEMBLEIA DISTRITAL DE LISBOA**-----

----- 7 - Dúvidas quanto à imediata executoriedade da decisão de Transferência da Universalidade Jurídica da Assembleia Distrital de Lisboa a favor do Estado. -----

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

----- 8 - Odivelas – Voto de Protesto sobre a subconcessão da Exploração a Privados do Serviço de Transporte Público Coletivo da Carris e Metropolitano de Lisboa. -----

----- **Diversas Associações para conhecimento:** -----

----- 9 - **Fórum Cidadania Lx - E-mails dirigidos á Câmara Municipal de Lisboa:** -

----- 9.1 - Sugere a criação de um vasto programa de reabilitação dos palácios históricos de Lisboa que consideram estar em mau estado de conservação; -----

----- 9.2 - Apela à não aprovação do pedido de informação prévia relativo às obras de alteração e ampliação no palacete sito na Praça do Príncipe Real, nº 19; -----

----- 9.3 - Pedido esclarecimento sobre as Obras de Alterações em Casa António Thomaz Quartin, na Rua Alexandre Herculano, nº 25; -----

----- 9.4 - Alerta sobre a Demolição da Garagem do Bombarda; -----

----- 9.5 - Solicita esclarecimento sobre o Palácio da Quinta das Águas na Junqueira. --

----- 10 - **Plataforma em defesa das Árvores:** -----

----- 10.1 - Queixa apresentada ao Senhor Provedor de Justiça, contra várias Juntas de Freguesia por falta de resposta aos pedidos de esclarecimento; -----

----- 10.2 - Pedido de informação à Junta de Freguesia de Benfica sobre previsão de mais alguma intervenção de poda ou de abate nas árvores de alinhamento. -----

----- 11 - **Banco Alimentar Contra a Fome:** -----

----- 11.1 - Apresenta as suas atividades desenvolvidas em 2014, em Lisboa. -----

-----**MUNÍCIPES**-----

----- 12 - **Senhor António José Rodrigues** – Dá conhecimento da Edição das obras sobre as Autarquias Locais que vem desenvolvendo desde 2014, para consulta, análise e críticas, para eventual 2ª edição. -----

----- 13 - **Senhor José Covas** – Dá conhecimento do *E-mail* dirigido á Câmara Municipal de Lisboa, em que solicita resposta aos pedidos de esclarecimento sobre vários assuntos. -----

----- 14 - **Senhora Ana Oliveira** – Dá conta da criação, pela senhora Ministra das Finanças, de uma nova carreira especial de técnicos superiores de três Direções-Gerais sob sua responsabilidade. Considera a atitude descrimitória numa altura em que milhares de trabalhadores da Função Pública têm promoções e progressões das suas carreiras congeladas. -----

----- 15 - **Senhor Francisco Mendes** dá conta do impedimento de recolha de assinaturas para candidatura presidencial de Henrique Neto, no Parque Eduardo VII, por uma equipa de seguranças privados ao serviço da empresa "Modelo Continente". --

----- 16 - **Senhor Carlos Reforço** chama atenção pela necessidade de uma terceira ponte, Chelas- Barreiro, para ligação entre Lisboa e Península de Setúbal." -----

----- **Apreciação e votação das Atas n.61, 62, 63, 64, 66 e 67:** -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- "Toda a documentação referente a este expediente está disponível para consulta e a lista de expediente será colocada no *site*, como habitualmente, se alguém quiser saber mais acerca de todas estas matérias que foram aqui apresentadas. -----

----- Senhores Deputados vamos entrar agora no ponto relativo à aprovação de Atas. Temos a ata n.º 61, que ainda é de Março, depois a Ata n.º 62 também de Março ainda, a Ata n.º 63 de 14 de Abril, a Ata n.º 64 de 21 de Abril, a ata n.º 66 de 28 de Abril e a Ata n.º 67 de 5 de Maio, sendo que a Ata n.º 65 já foi aprovada. -----

----- Portanto, estão estas Atas à vossa consideração, foram distribuídos os *drafts*, pergunto se alguém quer intervir? Não vejo pedidos de palavra. -----

----- A Mesa vai pôr à votação em conjunto, este conjunto de Atas. As **Atas n.ºs 61, 62, 63, 64, 66 e 67 foram aprovadas por maioria, com a abstenção do MPT e votos a favor de todas as outras forças políticas.**-----

----- As Atas estão aprovadas por maioria com naturalmente um registo novamente do esforço que o nosso núcleo de elaboração de Atas tem feito, para mantermos estas Atas sempre atualizadas. Os Senhores Deputados repararão que já não temos as Atas mais atualizadas, apesar de tudo, como elas já estão integralmente disponíveis no *site* da Assembleia Municipal para qualquer cidadão poder consultar. -----

----- Vamos passar então à continuação do PAOD, às intervenções dos Senhores Deputados. -----

----- E eu queria lembrar duas coisas, em primeiro lugar que temos nas moções que foram apresentadas a Moção n.º 4/81 do PEV que foi substituída por uma nova redação que já substituímos no *site* e foi transmitida a todos os Senhores representantes.-----

----- E informar também que há uma recomendação do BE que a Mesa não admitiu por vir fora do prazo regimental, que seria uma recomendação de respostas ao aumento da pobreza.-----

----- Posto isto, vamos dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos."-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- "Permitam-me uma breve nota sobre a ordem de trabalhos desta ilustríssima Assembleia. Nas iniciativas propostas pelos Grupos Municipais aqui representados, destacamos a redução da taxa de IMI, para o prédio destinado a habitação própria e permanente em função do número de dependentes que constituem o agregado familiar. -----

----- E destacamos esta iniciativa porquê? Porque ela tem um significado especial e porque representa o sucesso dos portugueses, que através do seu esforço se livraram de um regime de protetorado imposto pela Troika, que o PS trouxe para o País. -----

----- Como todos sabem a redução do IMI seria impossível se tivéssemos pedido mais tempo e mais dinheiro, como o PS e outros tantos reivindicaram. -----

----- Também sabemos que as receitas de IMI têm aumentado progressivamente ao longo destes anos difíceis, vemos pois aqui uma excelente oportunidade para este Executivo dar um sinal sobre o alívio da austeridade, imposta aos portugueses em geral e aos lisboetas em particular. Por outro lado, a redução progressiva da taxa de IMI para quem tem filhos, defende não só a família, como também torna o Município mais atrativo para as famílias com filhos. -----

----- Uma segunda nota para a urgência de regulamentar a atividade dos animadores turísticos em geral e dos Tuk-Tuk em particular. Neste momento existe uma guerra aberta entre vários operadores do setor dos transportes de passageiros que põe a descoberto a inédita deste Executivo em acompanhar a inovação e o empreendedorismo. Há que diferenciar os serviços e competências, tomando em conta o valor acrescentado que estes novos serviços trazem à cidade e ao País, não só a nível de novos empregos criados mas também ao nível do investimento efetuado por privados neste setor. Por isso, as soluções encontradas em sede comissão parecem muito úteis para a resolução deste problema. -----

----- Uma terceira e última nota para os votos e moções da extrema-esquerda, sobre os exercícios da NATO previstos para o nosso território ainda neste ano. Relembro que a organização a que os Senhores Deputados do PEV apelidam de belicista, não só ganhou a guerra fria e libertou a Europa de Leste dos regimes que vossas Excelências defendiam sem disparar um tiro, como também continua a ser o único sistema de segurança coletiva que defende uma comunidade de valores e princípios com os quais nos identificamos. Acham que 1,8 mil milhões de dólares é muito dinheiro? Perguntem à Ucrânia e aos Ucrânios quanto dariam hoje pela paz?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O primeiro documento que apresentamos é um voto de censura contra os exercícios militares da Nato em Portugal. E talvez isto sirva de resposta ao Senhor Deputado. -----

----- Num momento em que se multiplicam situações de tensão, de conflito e de guerra e em que a insegurança e a instabilidade internacionais alastram, estes exercícios, dos maiores das últimas décadas, merecem o mais expressivo repúdio. -----

----- É inaceitável que Portugal pactue com quaisquer iniciativas de teor militarista. Portugal deve aplicar os conceitos inscritos na Constituição da República Portuguesa, de paz e de justiça nas relações entre os povos. -----

----- A construção de um mundo equilibrado e seguro, onde prevaleça a paz e a justiça, passa por relações internacionais pautadas pela cooperação solidária com todos os povos, através de políticas a favor do desarmamento, da desnuclearização, da solução pacífica dos conflitos e do respeito pela liberdade e pelos direitos humanos. ---

----- O mundo reclama paz e a NATO não faz, de todo, parte desta solução porque quem faz a guerra não quer a paz!-----

----- A verdade é que a NATO que se afirmou, aquando da sua constituição, como uma organização de natureza defensiva, tornou-se uma aliança ofensiva, determinada em violar os direitos dos povos e das soberanias nacionais, ignorando o direito internacional e sobrepondo-se à ONU. -----

----- Perante isto, “Os Verdes” propõem que esta Assembleia repudie a realização dos exercícios militares da NATO.-----

----- Apresentamos também uma saudação ao Dia Internacional da Paz, celebrado a 21 de Setembro, e proclamado pela Assembleia-Geral da ONU, em 30 de Novembro de 1981. -----

----- A razão para propormos esta saudação é óbvia e vem no seguimento do que acabámos de referir. -----

----- Vivemos num mundo cada vez mais militarizado e violento e mantêm-se e agravam-se as ocupações, agressões e chantagens sobre países e povos. -----

----- Milhões de pessoas em todo o mundo passam fome, não têm acesso a água potável e a outros recursos básicos e fundamentais, colonizam-se povos, ameaçam-se nações soberanas e são despendidos anualmente milhões de euros em armamentos e em guerras.-----

----- É, por isso, imperiosa a defesa da Paz, da coexistência pacífica entre os Estados e do respeito pelos direitos humanos. -----

----- Por fim, o terceiro documento que trazemos à consideração deste plenário é uma moção contra a privatização ou concessão a privados da Transtejo/Soflusa. -----

----- Este grupo opera atualmente em 4 ligações fluviais de passageiros e numa ligação fluvial mista de passageiros e viaturas.-----

----- O Governo decidiu, entretanto, que a operação de cruzeiros fluviais seria transferida para a órbita da Carristur, uma operação que irá aumentar o valor implícito desta empresa, com a finalidade última de proceder à sua privatização. -----

----- Importa dizer que em 2012, com a implementação de novos horários, houve supressão de carreiras. No total, foram 150 as ligações fluviais que deixaram de se realizar. Recentemente, o Grupo Transtejo/Soflusa iniciou um processo de venda de oito barcos de um total de 33 existentes na frota da empresa, o que reduzirá drasticamente a oferta pública.-----

----- Para “Os Verdes”, os problemas de gestão destas empresas não são resolvidos reduzindo trabalhadores, cortando o número de ligações fluviais, reduzindo os horários, aumentando os tempos de duração das viagens e as tarifas. -----

----- Essas medidas só virão agudizar os problemas de mobilidade, pois acabarão por afastar os utentes e levar à quebra na procura do transporte fluvial. -----

----- Assim, propomos que a Assembleia Municipal de Lisboa manifeste a sua solidariedade com a luta dos trabalhadores do Grupo Transtejo/Soflusa por melhores condições de trabalho e contra a privatização ou concessão a operadores privados e que defenda a manutenção na esfera pública da gestão dos cruzeiros fluviais no rio Tejo do Grupo Transtejo/Soflusa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Europa está em grande convulsão social e política resultante da incapacidade de dar resposta ao grande, combativo e persistente movimento de massas de refugiados, vindos dos países mártires do Médio Oriente e Norte de África.-----

----- Se num primeiro momento as prioridades foram centradas no alojamento humanitário, matéria que nem aí foi possível encontrar uma resposta concertada da União Europeia, mas o movimento é mais profundo e traduz um forte e belo acusatório a todos os que defenderam, executaram ou se calaram, perante as invasões e atentados à soberania dos povos da Líbia, do Iraque e da Síria. -----

----- A Carta das Nações Unidas e os direitos dos povos foram reduzidos a nada. -----

----- A ingerência das grandes potências nos países mártires foi justificada pela necessidade de transferir, coercivamente, a nossa democracia para estes povos. Nesta imposição à força da democracia burguesa, o que resultou foi sofrimento, morte e desorganização produtiva, miséria e mais miséria, nem um só indicador de qualidade de vida melhorou. -----

----- A guerra nunca foi fonte de bem-estar para os povos e o caminho para a democracia. -----

----- Cabe a cada povo resolver os seus próprios problemas, encontrar o caminho de forma dialética, sem ingerências externas. -----

----- Somos contra a naturalização dos crimes de guerra da responsabilidade dos Estados Unidos e da NATO. -----

----- Ainda a vaga de refugiados não abrandou e já os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, preparam e executam novos bombardeamentos na Síria. Nem um só movimento para estabilizar a ação, para contribuir para estabilizar a Líbia, ou apoiar os países vizinhos a fim de reorganizar a vida das populações em paz e segurança. -----

----- Choca que os falcões europeus e também portugueses, em conluio com os Estados Unidos, venham a desenvolver e a alargar o espaço de intervenção da NATO, que como organismo de carácter belicista, ofensivo, vai desenvolver em Portugal os maiores exercícios militares das últimas décadas, pondo em causa o estabelecimento de um sistema de segurança coletivo que levaria a uma ordem internacional capaz de assegurar a paz, a justiça nas relações entre os povos. -----

----- A Constituição defende a dissolução dos blocos político-militares. -----

----- É caso para perguntar, e porque não a dissolução da NATO? -----

----- Para consumir recursos ao serviço de intervenções aventureiras, ilegais e de potências dominantes. -----

----- Mudando de assunto. É com alguma revolta que assisti pessoalmente, e penso que em nome do meu Grupo Parlamentar, à liquidação do laboratório militar de produtos químicos e farmacêuticos. -----

----- É mais um ataque vergonhoso ao património nacional, pondo em causa a nossa soberania e a oferta de medicamentos em situações de emergência. -----

----- Tudo tem a ver também com a NATO e com a soberania nacional. -----

----- O que vale é que entregar tudo aos privados e ao capital industrial da saúde nada resolverá, não é salvaguardada a saúde dos portugueses, nem respeitado o direito dos trabalhadores desta unidade de saúde, desta unidade fabril de saúde. Que o Serviço Nacional de Saúde em progresso, que num serviço de saúde em progresso, não em retrocesso, teria um papel muito importante para travar a fatura das multinacionais de medicamentos, mais de 3 mil milhões em cada ano que passa. -----

----- Iremos votar a favor da moção do BE quanto à privatização do serviço público de transporte fluvial no Rio Tejo. -----

----- Na redução da taxa do IMI por critério do número de dependentes, como se sabe, é uma determinação mais propagandística do Governo do que uma realidade em concreto. Poderia melhor ser feita se houvesse uma discriminação positiva ao nível das famílias numerosas no IRS, tendo em conta os rendimentos e a propriedade, e não somente o número de filhos. Mas se não fora a demagogia esta medida seria mais efetivamente integrada no nosso sistema geral de fiscalidade, por isso iremos sugerir que a Câmara estude esta situação e apresente à Assembleia Municipal uma proposta de aplicação desta legislação e levando em linha de conta os resultados a alcançar. -----

----- Por último não posso deixar de chamar a atenção à Câmara Municipal, para a incúria que tem sido o atraso na discussão e aplicação do regulamento dos chamados Tuk-Tuk. Não só pessoalmente mas em nome do meu Grupo Parlamentar consideramos uma clara ofensa, é um desleixo, não vemos nenhuma razão para não ter sido efetivada, a não ser aquela nossa apreciação clássica e já repetida de que a Câmara não está a trabalhar direito, trabalha devagar, devagarinho e nem sempre concertada ou coordenada. -----

----- A qualidade de vida da cidade está cada vez pior. -----

----- A cidade turística continua a degradar-se. -----

----- A intervenção desordenada dos ditos transportes turísticos está a transformar a cidade num caos, juntam-se aos velhos e nunca resolvidos problemas da higiene e controle do ruído neste espaço urbano-turístico. -----

----- É necessário uma política de alternativa que neste contexto político eleitoral levaria a perguntar. O que poderia esperar a cidade de Lisboa das eleições que vêm aí?” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa informa que tem apenas mais um Senhor Deputado inscrito do PAN. O Senhor Deputado Sérgio Azevedo está-se a inscrever agora. -----

----- Não sei se mais algum Grupo Municipal se quer inscrever, e portanto, agradecia que sinalizassem junto da Mesa. -----

----- O PS também?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apesar de não ter entrado a nossa recomendação a tempo, relativamente à recomendação do PSD apresentada sobre a redução da taxa do IMI, queríamos deixar também aqui a nossa posição que já é conhecida, também a nível da Assembleia da República a tomámos. E que portanto, o BE tem-se vindo a bater pela aplicação de

uma taxa reduzida de IMI para os prédios destinados a habitação própria e permanentes agregados familiares, afastando-se de uma solução adotada que é aqui proposta com uma taxa especial em função apenas do número de dependentes do agregado familiar, teria que ter outros critérios em conta. Portanto, se esta medida pode de facto ter interesse como estímulo à natalidade e apoio às famílias numerosas, deve ser tido em conta que mantém em muitos casos a injustiça na tributação da habitação própria permanente, visto que ela deve ser diferenciada independentemente do número de dependentes a cargo do agregado familiar. -----

----- Relativamente à questão da taxa do IMI, nunca é demais recordar que nem todos também o pagam na sua totalidade, como é o caso dos fundos de investimento imobiliário, fundos de pensões e fundos de poupança reforma que beneficiam neste caso de uma redução de 50% do IMI. Portanto, relativamente a esta proposta também votaremos contra, porque existem outros critérios a se ter em conta, não apenas este.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Hoje o PAN traz duas propostas para aprovação. -----

----- Uma é uma moção que tem a ver com a tauromaquia e a outra uma recomendação à Câmara que tem a ver com a questão dos pombos na cidade de Lisboa. -----

----- As duas têm um fundo comum, e o fundo comum é um fundo que não deve ser alheio a todos os Senhores Deputados, que tem a ver com a compaixão para com todos os seres vivos, é isso que traz esta recomendação e esta moção em comum. -----

----- Eu gostava de citar aquilo que o Papa Francisco afirma recentemente, ‘Que a indiferença ou a crueldade com outras criaturas deste mundo, sempre acabam de alguma forma por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres-humanos. O coração é só um e a própria miséria que leva a maltratar um animal, não tarda a manifestar-se na relação com as outras pessoas. Todo o encarniçamento contra qualquer criatura é contrário à dignidade humana.’, mais acrescenta que, ‘o poder humano tem limites e que é contrário à dignidade humana fazer sofrer inutilmente os animais e dispor indiscriminadamente das suas vidas’. -----

----- E eu centrava-me nesta questão da necessidade e do dispor indiscriminadamente. Quer numa situação quer na outra, uma mais grave que a outra, é exatamente isso que se trata. -----

----- Na questão dos pombos existem alternativas que permitem resolver um problema específico da cidade, sem recorrer a sofrimento desnecessário. E é essa proposta que nós trazemos, relativamente ao pombais-contracetivos. -----

----- Relativamente à proposta que trazemos de uma moção para a tauromaquia, tem a ver com a mesma situação do indiscriminadamente e desnecessariamente fazer sofrer outro ser vivo que sente e sofre como nós, e tem a ver com uma agravante que é fazê-lo sofrer para nosso prazer, portanto, é uma aberração que não tem qualquer justificação sobre qualquer critério ético. E é nesse sentido, uma vez que o Município de Lisboa é pioneiro na introdução e na existência de um provedor dos animais da cidade de Lisboa. -----

----- E queremos afirmar que não queremos que em Lisboa os animais sofram desnecessariamente, trazemos esta moção para que a Assembleia da República possa clarificar de vez, se as competências em termos de sofrimento animal devem ou podem, ser exercidas pelos municípios. É tudo.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa informa que é a última intervenção dado que o Senhor Deputado Sérgio Azevedo prescindiu. Ah, desculpem, então há mais uma, a Senhora Deputada Floresbela Pinto e naturalmente depois a CML se quiser usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação às várias moções que estão em discussão hoje, o PS gostaria de duas ou três notas relativamente a algumas delas. -----

----- Nomeadamente dando nota que obviamente adiremos às propostas que são apresentadas quanto à saudação do Dia Internacional da Paz. A cidade de Lisboa não só tem no seu histórico e na sua ação nas relações internacionais por pugnar precisamente pela eliminação dos conflitos, mas também, tem tido o realismo suficiente para não ser possível acompanhar as moções que se referem à recusa dos exercícios da NATO e à recusa da existência deste facto, que diz respeito ao quadro das relações internacionais da República Portuguesa e que não nos parece ser bem traduzido, com uma visão caricatural daquilo que é a realidade da Aliança Atlântica que está muito longe de representar um quadro ofensivo e violador dos direitos humanos, como aqui foi pintado. -----

----- Podemos obviamente discutir formas de intervenção na senda internacional, mas que se caricaturarmos e tentarmos tornar simplista problemas que são complexos, não ajudamos a resolver nenhum problema que enfrentamos na atualidade e, ainda para mais, num quadro em que as principais dificuldades que a Europa enfrenta que têm um contexto que pouco tem a ver com a intervenção ou com a ausência dela, da Aliança Atlântica, dificilmente contribuiremos para esse debate, mas obviamente estamos sempre disponíveis para acolher esse mesmo debate e tentar chegar a uma conclusão mais produtiva. -----

----- Numa matéria que tem a ver, não com matéria militar, mas que é aqui trazida pelo PCP e que é sim pertinente, no que respeita à defesa do Laboratório Militar e a forma como está a ser preparada a sua alienação. Aqui efetivamente acompanharemos a proposta, uma vez que traduz uma necessidade nacional que não deve ser desacompanhada por esta forma. -----

----- É também possível acompanharmos as sugestões que o PAN nos traz hoje no que respeita aos pombais e às políticas no que diz respeito ao controlo das populações, porque efetivamente, a CML também tem já vindo a preparar e a estudar a sua implementação e, é de facto um caminho que é não só mais eficiente como também mais económico, no que respeita à salvaguarda destas populações. Obviamente também uma componente também muito clara do relacionamento que a cidade e as políticas públicas de bem-estar animal são enquadradas. -----

----- Por outro lado, é incontornável também que há um consenso cada vez crescente no que respeita à gestão da cidade quanto ao fenómeno dos Tuk-Tuk, e portanto, também a ideia que é necessário regulamentar esta atividade. Não podia deixar e tem vindo a ser acompanhada, porque esta Assembleia Municipal tem-no feito sempre que tem auscultado as várias partes interessadas, e portanto, obviamente é necessário concluir o processo de elaboração do regulamento e por isso mesmo também não haverá forma de deixar de abordar o assunto, e portanto, aprovaremos também o que é apresentado pelo PCP. -----

----- Mas devo dizer que estas moções, estas várias moções, que correspondem grosso modo aquilo que temos encontrado na Assembleia Municipal, preocupações com a cidade e tomadas de posição relativas à vida do País e que têm projeção na cidade de Lisboa, mas há uma delas que claramente surge de forma desconexa, de forma impreparada e de forma totalmente orientada para produção de um momento de campanha eleitoral no quadro daquilo que deve ser uma discussão séria sobre questões de fiscalidade municipal. -----

----- E se há um município deste País que não precisa de lições de rigorosamente ninguém, quanto à sua política em sede de IMI, é seguramente o Município de Lisboa.

----- E pretender vir aqui apresentar como uma medida salvadora das populações de Lisboa e dizer, como ouvimos aqui há pouco, trazer, antecipar as vantagens que podemos trazer para os residentes da cidade de Lisboa do alívio da austeridade.-----

----- Eu informava o Senhor Deputado do CDS-PP que o alívio da austeridade na cidade de Lisboa, já tem vindo a ser possível nesta cidade, graças à governação do PS e ao facto de termos fixado a taxa de IMI no mínimo que é permitido. Portanto, está tarde, chega tarde a este debate e chega tarde à prática e às alterações que efetivamente traduziram vantagem para a população.-----

----- Mas quanto à proposta em concreto, olhando para ela, há que não mistificar aquilo que tem que ser também sério na forma como abordamos questões importantes, como são aquelas quanto à sustentabilidade financeira. E o que temos hoje em cima da mesa é a possibilidade, foi introduzida na lei, de introduzir este cociente de redução de IMI para os agregados familiares com determinado número de filhos. Mas também é verdade que as circulares que estão hoje aprovadas, publicadas e em vigor, obviamente determinam que os municípios têm que ter acesso aos números dos agregados familiares, para poderem estimar qual o impacto possível para as finanças municipais da adoção de uma medida como esta. E como saberá, ou se não sabem deveriam sabê-lo, lendo as circulares que se aplicam a esta matéria, só hoje, 15 de Setembro, é que a autoridade tributária fornecerá às várias autoridades municipais os dados que lhe permitem tomar uma decisão sustentada, uma posição que seja simultaneamente capaz de aliviar, se possível, a vida das famílias, mas sobretudo não prejudicar aquilo que também é um caminho de consolidação e de sustentação das finanças municipais. -----

----- Portanto, obviamente que o Município de Lisboa estudará a matéria, mas a extemporaneidade e a vontade de trazer aqui um *spot* publicitário que não tem sequer tradução com a realidade da cidade de Lisboa, como também não traz vantagem

rigorosamente nenhuma para o debate sério, não em cima do joelho, que teremos de fazer sobre essa matéria. Obviamente não pode levar a nenhuma outra resposta que não seja não aceitar-se esta proposta de recomendação e aguardarmos pela possibilidade de fazermos este debate com os números na nossa posse, com a certeza que não estamos a prejudicar uma clara aposta do Município no aliviar da carga fiscal das famílias e simultaneamente salvaguardar também aquela que deve ser a gestão da cidade de Lisboa.-----

----- Portanto, não procuraremos alterar os papéis que são desempenhados nesta Assembleia Municipal e se querem procurar nas bancadas de quem está interessado em salvaguardar e poupar os residentes da cidade de Lisboa à austeridade, encontram-na na bancada do PS, encontram-na na Vereação que ao longo dos últimos dois anos e nos quatro anos anteriores, tem sempre em contraciclo e muitas vezes contando com muito pouca colaboração por parte dos Governos da República, conseguido aliviar e poupar os cidadãos da cidade às desvantagens que decorrem de políticas cegas e que não têm em conta as necessidades das famílias.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente aos documentos hoje em análise no nosso PAOD, os Deputados Independentes votarão favoravelmente a saudação relativa ao Dia Internacional da Paz que achamos muito pertinente no contexto atual que estamos a viver. -----

----- Por esse mesmo motivo acompanharemos os textos relativos à NATO, salientando apenas a absoluta necessidade de uma discussão profunda sobre o atual papel da NATO no contexto internacional. -----

----- Acompanharemos ainda favoravelmente as moções relativas ao Laboratório Militar e contra a privatização do serviço público de transporte fluvial do Rio Tejo. ----

----- Relativamente às recomendações hoje em análise, há duas que gostaríamos de ouvir por parte do Executivo qual o ponto de situação, uma vez que do que temos conhecimento estarão já em preparação e em estado adiantado para se poderem concretizar. Referimo-nos pois à recomendação relativa ao pombal contracetivo e à recomendação relativa à questão dos Tuk-Tuk. -----

----- Relativamente à recomendação para a recomendação da taxa de IMI em função do número de dependentes, achamos que é uma questão extemporânea, já que não são conhecidos os impactos a nível orçamental do Município, e de facto, também temos algumas dúvidas sobre a pertinência social desta mesma medida. Assim a nosso ver seria mais adequado debater esta questão na altura em que nesta Assembleia se debater o próximo orçamento municipal.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra da parte das bancadas, por parte da Câmara tenho a indicação que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva terá pedido a palavra. Tem a palavra o Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É para manifestar a nossa posição sobre esta recomendação proposta pelo PSD sobre o IMI e sobre a aplicação daquilo a que se costuma chamar de IMI Famílias. Para dizer que o Município de Lisboa sobre esta matéria tem uma posição muito clara, uma posição que situa o IMI, na taxa, no limite mínimo, e portanto, a posição mais favorável que podia ter sobre esta matéria que devolveu no ano passado 2,5% do IRS. São alguns dos valores mais baixos, certamente da AML, da Área Metropolitana de Lisboa e nos situa numa excelente posição a nível nacional.-----

----- Queremos também manifestar claramente que sobre esta matéria nos parece mais adequado que o possamos fazer analisando a receita na sua totalidade, e portanto, vamos em breve ter aqui oportunidade de discutir esta matéria em sede orçamental, não nos parece que se possa fazer esta abordagem de forma pontual ou casuística, não seria sério. E portanto, sem a informação que a autoridade tributária ficou de disponibilizar até hoje, e ainda não o fez, sobre impacto da adoção desta possibilidade por parte dos municípios e, designadamente, pelo nosso Município de Lisboa, não nos parece que faça qualquer sentido analisar isto neste momento.-----

----- Portanto, a nossa proposta é que os signatários desta recomendação a possam retirar, com a sua extemporaneidade, não o fazendo não a poderemos, evidentemente, não consideramos que ela faça sentido neste momento, e portanto, não nos parece que seja de votar favoravelmente.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados chegámos ao fim das intervenções que estavam solicitadas para o PAOD, vamos passar às votações.-----

----- Eu recordo que temos dois votos, quatro moções e três recomendações e que a última moção foi substituída por uma nova versão, a moção do PEV sobre a Transtejo/Soflusa.-----

----- Temos em primeiro lugar o **Voto de Saudação n.º1/81**, apresentado pelo PEV, intitulado “*Dia Internacional da Paz*” e a Mesa vai pôr o Voto de Saudação à votação.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, chegámos ao fim das intervenções que estavam solicitadas para o Período Antes da Ordem do Dia.-----

----- Vamos passar às votações:-----

----- Temos em primeiro lugar o **Voto de Saudação n.º1/81**, apresentado pelo PEV, intitulado “*Dia Internacional da Paz*” e a Mesa vai pôr o Voto de Saudação à votação.-----

----- (O **Voto de Saudação n.º 1/81** fica anexado à presente Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, MPT e 6 IND. O **Voto de Saudação n.º1/81** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- O **Voto n.º 2/81 – Voto de Censura**, apresentado pelo PEV, intitulado “*Não aos exercícios militares da NATO*” e a Mesa vai pôr o Voto de Censura à votação.-----

----- (O **Voto n.º 2/81** fica anexado à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PAN, PNPB e IIND, não há votos de abstenção, votos a favor do PCP, BE, PEV, MPT e 5IND. O **Voto n.º 2/81 – Voto de Censura** foi **rejeitado**.-----

----- A **Moção n.º 1/81**, apresentada pelo PCP, intitulada “*Defender o cumprimento da Constituição da República Portuguesa – Não aos exercícios NATO 2015 em Portugal*” e a Mesa vai pôr a Moção à votação. -----

----- (A **Moção n.º 1/81** fica anexada à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PNPB e IIND, não há votos de abstenção, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV e 5IND. A **Moção n.º 1/81** foi **rejeitada**. -----

-----A **Moção n.º 2/81**, apresentada pelo PCP, intitulada “*Defender o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos é defender a soberania e o interesse Nacional*” e a Mesa vai pôr a Moção à votação. -----

----- (A **Moção n.º 2/81** fica anexada à presente Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PSD e do CDS-PP, não há votos de abstenção, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNPB, PAN, MPT e 6IND. A **Moção n.º 2/81** foi **aprovada por maioria**. -----

-----A **Moção n.º 3/81**, apresentada pelo PAN, intitulada “*Pelo reconhecimento inequívoco das competências municipais em matéria de bem-estar de todos os animais*” e a Mesa vai pôr a Moção à votação. -----

----- (A **Moção n.º 3/81** fica anexada à presente Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do CDS-PP, abstenções do PCP e de 10 DM do PS, votos a favor do PSD, PS, BE, PEV, PNPB, PAN, MPT e 6IND. A **Moção n.º 3/81** foi **aprovada por maioria**. -----

----- A **Moção n.º 4/81**, apresentada pelo PEV, intitulada “*TRANSTEJO/SOFLUSA- Contra a privatização ou a concessão a operadores privados do serviço público de transporte fluvial no rio Tejo*” e a Mesa vai pôr a Moção à votação. -----

----- (A **Moção n.º 4/81** fica anexada à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenções do MPT e de 1 DM do PS, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNPB, PAN e 6IND. A **Moção n.º 4/81** foi **aprovada por maioria**. -----

-----A **Recomendação n.º 1/81**, apresentada pelo PAN, intitulada “*Pombal Contractivo*” e a Mesa vai pôr a Recomendação à votação. -----

----- (A **Recomendação n.º 1/81** fica anexada à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, abstenções do BE e de 1 DM do PS, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação n.º 1/81** foi **aprovada por maioria**.-----

-----A **Recomendação n.º 2/81**, apresentada pelo PSD, intitulada “*Redução da Taxa do IMI para o prédio destinado à habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar – IMI familiar*” e a Mesa vai pôr a Recomendação à votação.-----

----- (A **Recomendação n.º 2/81** fica anexada à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

----- Votos contra do PS, BE, PNP e 6IND, abstenções do PCP e do PAN, votos a favor do PSD, CDS-PP, PEV e MPT. A **Recomendação n.º 2/81** foi **rejeitada**.* -----

-----A **Recomendação n.º 3/81**, apresentada pelo PCP, intitulada “*Regulamento sobre a circulação dos veículos denominados “Tuk-Tuk” em Lisboa*” e a Mesa vai pôr a Recomendação à votação. -----

----- (A **Recomendação n.º 3/81** fica anexada à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, MPT e 6 IND. A **Recomendação n.º 3/81** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, passamos ao Período da Ordem do Dia com a apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º.2, DO ARTIGO 25.º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DA ALÍNEA E) DO N.º. 2 DO ART.º. 4.º. DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA;** Grelha H – máximo 3h 20m; -----

-----Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:** -----

----- “Cabe-me apresentar esta informação escrita relativa a um período em que se registaram importantes avanços no cumprimento do programa político desta maioria. --

----- Na verdade, tivemos, nos meses em que respeita esta informação escrita, importantes avanços em áreas centrais de preocupação para a cidade, em áreas centrais de preocupação, avanços na resolução de problemas fundamentais da cidade e problemas fundamentais para os lisboetas.-----

----- Avançamos neste período com aquilo que creio, serem importantes preocupações de todos os que residem na cidade, e quero destacar algumas:-----

----- Em primeiro lugar, a apresentação do Plano de Drenagem que é, sem dúvida, o mais importante, o mais estratégico, o mais profundo programa de investimento que a Câmara Municipal irá realizar nos próximos anos dirigido à resolução de um problema crítico e que é o problema das cheias na Cidade de Lisboa. Um programa

*Relativamente a esta votação ver a declaração de voto do Partido Ecologista “Os Verdes”, anexa a esta ata.

que vem sendo desenvolvido há largos meses por uma equipa de especialistas, os melhores especialistas que o país tem, apoiados por uma equipa de consultores que tem trabalhado em conjunto com o Município de Lisboa no sentido de identificar o que podem e devem ser os investimentos que ajudarão a cidade a minorar significativamente os impactos das cheias que nos atingem ciclicamente. E os resultados desse trabalho de elevada qualidade estão à consulta e à disposição de todos, para que possa ser feito um debate profundo, prolongado, intenso, no qual eu creio que a Assembleia Municipal tem também um papel importante em participar e em estimular esse debate, para que o município esteja dotado de uma resposta à altura de uma exigência que o problema coloca à cidade. -----

----- Gostaria de destacar a excelência do trabalho mas também, o arrojo da solução técnica que está prevista, porque de facto, o trabalho realizado permite identificar bem que para minorar o problema das cheias na cidade, e trata-se sempre de minorar um problema, nunca de uma resolução absoluta de algo que pela sua própria natureza escapa ao controlo humano, mas para minorar o problema, assenta numa compreensão profunda da realidade da Cidade de Lisboa, da sua localização, do impacto que tem as bacias hidrográficas que estão em seu redor, e permitir constituir, no fundo um grande canal de desvio que começando no Vale de Alcântara, seguindo pelo Vale da Avenida da Liberdade, Avenida Almirante Reis até ao Tejo, perto de Santa Apolónia, criará o primeiro canal de desvio, primeiro de retenção e depois de desvio, naquilo que é a responsabilidade maior para uma parte importante das cheias que assolam a Cidade de Lisboa e que é precisamente os caudais que têm origem a norte, a montante da Cidade de Lisboa, e não exclusivamente, ou maioritariamente, a precipitação gerada na nossa cidade. É pois, um avanço da maior importância poder fornecer à cidade a atualização do Plano de Drenagem, a sua revisão, a sua ampliação mas também a sua mudança para uma solução técnica que pelo seu arrojo, terá condições de oferecer uma solução à altura daquilo que são as necessidades da cidade. -----

----- Quero destacar o lançamento e o avanço do Plano de Pavimentação da Cidade de Lisboa. -----

----- Muitas vezes, por muitas vezes, o problema dos buracos e dos pavimentos tem sido colocado como um dos problemas mais importantes da cidade que aflige e que afeta a vida quotidiana de muitos lisboetas. Reconhecemos isto mesmo, e por isso lançamos o que é o mais ambicioso programa de pavimentação dos últimos anos na Cidade de Lisboa com um conjunto muito significativo de empreitadas de grande dimensão financeira capaz de cobrir uma vasta área do território de Lisboa, seja através da simples pavimentação dessas zonas, seja, como muitas vezes é necessário, pela reconstrução de todas essas áreas. -----

----- Este plano encontra-se, neste momento, em pleno desenvolvimento, várias dezenas de obras estão, neste momento, em curso, e podemos ter a convicção que a situação começa a registar sinais de melhoria. -----

----- Quero também destacar a apresentação do Plano de Resíduos que contém medidas que serão mais desenvolvidas do ponto de vista de ações concretas para atacar outro dos problemas centrais apontado como, de forma recorrente, e que é o

problema da limpeza da cidade, mas também três elementos da maior importância; o funcionamento da Reforma de Reorganização dos Serviços da Câmara com a entrada em funcionamento da nova UCT com a sua nova configuração que já está a trazer benefícios na melhoria da manutenção de vastas áreas da cidade, mas também, dois avanços importantes na área da habitação; destaco o início da resolução após quarenta e dois anos das licenças relativamente ao Prodac Norte, mas fundamentalmente a aprovação pela Câmara do Plano de Reabilitação dos Bairros Municipais que importa numa dimensão significativa e que se sucede a outros programas mas que têm em vista a consolidação e a recuperação numa parte muito significativa do edificado de responsabilidade da Câmara. -----

----- É um investimento e uma prioridade muito clara, de cerca de vinte e cinco milhões de euros, encontra-se em fase final de tramitação e encontra-se para início, em breve trecho, as primeiras obras deste plano.-----

----- É esta, talvez, em síntese que gostava de deixar deste período aquilo que rotularia dos principais avanços do desenvolvimento do projeto político para a cidade. -----

----- Mas quero destacar aqui a segunda dimensão de realizações. É que neste período da informação escrita entraram em funcionamento, ficaram ao serviço da cidade, ficaram ao serviço dos munícipes, importantíssimos equipamentos que correspondem a ambições e desejos antigos de muitos; e quero destacar os Terraços do Carmo, o Elevador de Santa Luzia, o Jardim do Cerco da Graça, uma reivindicação com mais de vinte anos e uma aspiração de tantos e tantas munícipes nesta cidade, destaco a abertura das Piscinas do Areeiro, a abertura da Hemeroteca, que tantas horas ocupou nesta Assembleia Municipal, destaco a abertura das instalações da Biblioteca da Penha de França, que ainda mais horas ocuparam a esta Assembleia Municipal e a quem eu agradeço todo o esforço e todo o empenho, mas destaco, também, a abertura do Centro de Inovação da Mouraria e a Casa Startup como complemento e como elemento de acrescento à rede e ao sistema empreendedor da Cidade de Lisboa. -----

----- Foi pois um período de intensa atividade e de intensas realizações no cumprimento do programa político mas, também, na satisfação das necessidades dos munícipes. Hoje, fruto das realizações tomadas, e decisões tomadas nesse período, mas fruto, também, dos novos equipamentos ao serviço da cidade, inequivocamente, hoje, Lisboa está melhor e está a servir melhor as aspirações dos Lisboetas.-----

----- Mas quero, em terceiro lugar, referir o que já aconteceu depois, desta informação escrita, porque no tempo que mediou a informação escrita e a Assembleia, a Câmara tomou importantes decisões de desenvolvimento e avanço do programa político e do projeto para a cidade. Quero destacar aqui alguns pontos importantes, o primeiro dos quais a aprovação da empreitada que irá promover a renovação de todo o eixo central da Cidade de Lisboa. Falo da parte que está compreendida entre a Avenida Elias Garcia e o Marquês de Pombal, que abrange uma parte importante da Avenida da República, abrange a Praça Saldanha, abrangerá a nova Praça Picoas, a nova Praça do Imaviz e o reperfilamento e a requalificação de toda a Avenida Fontes Pereira de Melo. Trata-se de uma área verdadeiramente, central e emblemática da cidade, tal como central e emblemático é o projeto de requalificação. O que se trata é que

seguindo a filosofia da Duque D'Ávila, devolver e dar mais espaço público à Cidade de Lisboa, devolver o espaço público aos munícipes e aos lisboetas, devolver o espaço público e a centralidade que ele tem enquanto elemento constitutivo da cidade. É por isso que teremos, desde o alargamento dos passeios à sua requalificação, à instalação de ciclovias mas, também, à arborização reforçada de toda esta área e de toda a cidade. É um projeto que nos orgulha muito e que nos entusiasma e é um projeto que uma vez concluído irá mudar a face desta cidade, porque naquela zona precisa trabalhar dezenas de milhares de lisboetas, e trabalham dezenas de milhares de pessoas que não residindo cá, procuram Lisboa e têm em Lisboa o seu local de trabalho. E aquilo que é hoje uma zona de atravessamento e uma zona de circulação, irá transformar-se, antes de tudo, numa zona de vivência coletiva e numa zona de fruição de espaço público. -----

----- Demos, pois, esse passo, um passo de grande importância com a aprovação do lançamento do concurso para a empreitada e temos a convicção que no início do próximo ano estaremos em condições de iniciar essas obras. -----

----- Da mesma forma, quero destacar aqui o arranque das obras do projeto emblemático da Frente Ribeirinha que é a recuperação do Campo das Cebolas. Já foi concluída a primeira empreitada de demolição de algumas instalações existentes e no início do próximo mês irão iniciar-se as obras, por conta da EMEL, relativamente à fase 2 e à fase 3 da recuperação do Campo das Cebolas. É um projeto de enorme importância que visa dotar aquela praça, e visa transformar, o que é hoje uma praça tomada pelo automóvel, e tomada pelo automóvel enquanto depositário de automóveis que é hoje muito o papel do Campo das Cebolas, devolver-lhe o seu carácter nobre e o seu carácter central de espaço público por excelência. No início do próximo mês deverá iniciar-se a obra de contenção e de escavação relativamente ao parque de estacionamento a que se sucederá a terceira reparação e de reconstrução de toda a área de superfície. -----

----- Quero destacar, também, o lançamento dos concursos para a recuperação e para o lançamento das Praças em Cada Bairro, das primeiras três, fora as que estão incluídas no eixo central que são as praças do Largo de Santos, do largo da Graça e da Rua de Campolide, seguramente três projetos muito ambicionados pelas freguesias e pelos residentes e que no fundo transformarão e levarão a estes locais a filosofia de fruição do espaço público, naquela zona. -----

----- Quero também, e não me quero alongar excessivamente, destacar duas importantes decisões: -----

----- A primeira, o lançamento da empreitada para a requalificação, para a primeira fase de requalificação do Bairro da Boavista, tomada na última reunião de Câmara e que vai permitir pôr fim, e dar corpo á decisão que tínhamos no nosso programa eleitoral, e aquilo que era a nossa definição de uma prioridade em matéria de política de habitação e que é pôr fim a uma das situações mais desprestigiadas da nossa habitação e que era a permanência das construções em alvenaria. Esta aprovação desta empreitada permitirá dar arranque à primeira fase de renovação do Bairro Padre Cruz com a eliminação de uma parte das construções de alvenaria, a sua substituição por

uma construção nova, num projeto de elevadíssima qualidade do ponto de vista arquitetónico, energético, do ponto de vista ambiental e, acima de tudo, do ponto de vista da dignidade da construção social e da construção da habitação municipal. É um projeto que acarinhámos e uma decisão que muito nos orgulhamos e que queremos ver prosseguida e desenvolvida em tempo nos próximos meses. -----

----- Quero, também, destacar, por último, no Bairro da Boavista que se segue complementa a que já tínhamos tomado, anteriormente, relativamente ao Bairro Padre Cruz. Por isso, esta é a segunda, uma no Bairro padre Cruz e esta no Bairro da Boavista, aliás com a mesma característica, não distinguia. -----

----- Quero destacar a decisão tomada na última reunião de reforçar, através da contratação de duas novas empreitadas, a dinâmica do Programa de Pavimentação de Lisboa 2015-2020. -----

----- Como referi, já temos uma ampla frente de obra em curso pela cidade mas queremos ampliar e reforçar esta frente. E, por isso, temos em lançamento duas novas empreitadas no valor de cerca oito milhões de euros que permitirão ampliar esta frente do nosso programa de pavimentações para que possamos responder àquilo que é, seguramente, e que nos foi sempre referenciado como uma grande preocupação dos lisboetas. -----

----- Não quero terminar a minha intervenção sem referir dois aspetos que rotulo da maior importância, de natureza muitíssimo distinta, mas que rotulo da maior importância nas decisões e no posicionamento do Município de Lisboa, a primeira das quais que se prende com a questão dos refugiados. Entendeu a Câmara Municipal de Lisboa de tomar uma posição absolutamente inequívoca em relação à questão dos refugiados, disponibilizando e anunciando a constituição de um fundo de cerca de dois milhões de euros para acolhimento dos refugiados, mas também o trabalho em rede com as instituições de natureza social que participarão na resposta a este drama e a este flagelo. Fizemo-lo com a convicção muito profunda da nossa responsabilidade. Lisboa é uma cidade capital do país, Lisboa tem uma história, tem uma tradição e é depositária das maiores aspirações de muitos que durante séculos procuraram Lisboa para o melhor das suas vidas. -----

----- Neste momento, vive-se na Europa uma fratura imensa do ponto de vista do debate perante o que é uma tragédia humanitária sem precedentes. Quisemos sinalizar o nosso posicionamento inequívoco, não podemos confundir o que é essencial com aquilo que é o acessório, temos que distinguir o essencial do acessório, e o essencial, neste momento, é contribuímos para parar a tragédia que neste momento está às portas da Europa, e que está dentro da Europa, e que é a morte, a inação perante o desespero e a desesperança de centenas de milhares de seres humanos, que são seres humanos como nós, que fogem da guerra, que fogem da privação. -----

----- Podemos ter sobre este tema, e este tema é seguramente, de grande importância, e podemos ter sobre este tema os mais diversos ângulos, as mais diversas abordagens, o que nós pretendemos foi transmitir um sinal muito claro, e muito inequívoco, de que nós não nos enganamos sobre a prioridade que está em causa, e a prioridade, neste momento, é lidar com uma crise humanitária. -----

----- Infelizmente, a Europa tarda em tomar decisões, infelizmente a Europa abunda em tomar decisões contrárias a este espírito, ainda hoje foi adiada a decisão definitiva sobre a contingência e sobre a operacionalização da contenção dos refugiados mas isso significa que reforça a nossa obrigação, enquanto responsáveis políticos, enquanto elementos da sociedade civil, de pressionarmos as autoridades nacionais e europeias para que ajam e que tomem como sua a urgência da resolução do problema. Estou convencido que só a mobilização da sociedade civil, só a mobilização de todas as forças que partilham e comungam do sentido da urgência em atacar a crise humanitária, é que será capaz de vencer as forças que, neste momento, são um obstáculo à resolução de um problema.-----

----- Foi uma decisão tomada pela Câmara Municipal que, estou certo, que daquilo que conheço da Assembleia Municipal de Lisboa acolherá, também, e verá eco na Assembleia Municipal de Lisboa, dos vários grupos municipais, mas dos quais seria útil um pronunciamento inequívoco, e um sentido inequívoco, de trabalho e de estabelecimento desta prioridade como área prioritária para a ação política da Cidade de Lisboa. -----

----- Quero, agora, referir-me a um tema de natureza diferente, mas que ainda há pouco, foi aqui abordado, que se prende com a importância da regulação e a compatibilização entre as utilizações turísticas e a utilização do turismo, o que o turismo faz na Cidade de Lisboa, e os equilíbrios necessários com a população residente. -----

----- Falamos, já a algum tempo, sobre a importância de um regulamento relativamente à circulação dos Tuc Tuc's, e o que eu queria anunciar é que uma parte importante das decisões desse regulamento serão antecipadas através de despacho da Câmara Municipal, porque assim o pode ser, e que ainda este mês entrarão em vigor. --

----- Quero dizer quais são as quatro orientações fundamentais que serão tomadas: -----

----- Em primeiro lugar, a obrigatoriedade de todos os Tuc Tuc's de serem elétricos a partir do dia um de janeiro de 2017. Esta decisão visa responder àquela que é a maior preocupação e a maior zona de conflito entre os residentes e os turistas, ou entre os residentes e os operadores turísticos, que é o ruído e é a poluição. Neste debate não temos dúvidas, os residentes devem ter, têm o direito ao silêncio, ao sossego, têm o direito de viverem numa cidade com menores níveis de poluição. É por isso que encontramos uma solução de equilíbrio que não comprometendo o investimento daqueles que vêm na atividade turística e nos serviços aos turistas, uma fonte de rendimento mas também fazem um serviço à cidade que é inequívoco, mas quisemos dar um sinal claro de que a situação tem de se alterar em favor do que é melhor qualidade de vida para os munícipes seja no ruído, seja relativamente à qualidade do ar.---

----- Uma segunda decisão que a limitação dos horários de circulação dos Tuc Tuc's, de dia, entre as nove da manhã e as nove da noite. É importante que o direito ao sossego seja assegurado para todos aqueles que residem na Cidade de Lisboa, em particular nos Bairros Históricos e nas zonas mais intensamente, procuradas e esta é uma limitação importante para assegurar esse direito. -----

----- Em terceiro lugar, iremos limitar o acesso dos Tuc Tuc's a algumas zonas da cidade, isto é, haverá zonas que pela sua natureza, de ruas estreitas, de zonas com muito pouca circulação, de zonas com muita intensidade de utilização pedonal pelos residentes, em que será vedada a circulação dos Tuc Tuc's. -----

----- Significa isto preservar e proteger a circulação dos residentes, significa isto privilegiar a circulação dos turistas por meio pedonal, mas significa isto, também, que nos afastamos da visão daqueles que defendiam que deveríamos utilizar uma visão mais restritiva com uma definição estrita. Não vamos por esse caminho. Os Tuc Tuc's desempenham um papel importante, são um produto turístico que é querido por aqueles que nos procuram, não devemos acabar, não devemos penalizar, devemos regular e compatibilizar com os interesses dos residentes. E o que aí poderemos fazer é restringir em algumas zonas da cidade esta circulação, em particular enquanto não estiver em vigor, enquanto ainda existirem veículos a diesel, veículos que não são elétricos e que, por isso, com o ruído e com a poluição, perturbam determinadas zonas. -----

----- Quarta e última medida, que irá ser adotada, é a limitação das zonas de estacionamento e a regulação das zonas de pegada e de largada de passageiros. A situação atual é uma situação que causa perturbação significativa na cidade, e com a definição precisa das zonas em que podem estar estacionados, nas zonas nas quais pode haver recolha de passageiros e nas zonas nas quais pode haver largada de passageiros, estamos em crer que regularemos muito melhor a atividade e reduziremos um dos pontos de tensão que tem surgido entre o crescimento da oferta turística e a vida dos residentes desta cidade. -----

----- E este é talvez um exemplo que quis trazer aqui na demonstração do que é a filosofia geral do executivo perante as alterações que o crescimento do turismo está a trazer na nossa cidade. O turismo tem crescido de forma significativa e ainda bem. Tem-nos ajudado muito na superação da crise económica, tem ajudado muito na resolução de problemas históricos que esta cidade tem. Mas temos que estar atentos, não para híper regular, não para limitar, mas para simplesmente, encontrar em cada momento os equilíbrios certos, os novos equilíbrios que são precisos entre a vida da cidade, entre os turistas, entre aquilo que procuram, mas entre os residentes, entre os moradores, entre os turistas e entre o comerciantes, todo o equilíbrio geral de uma cidade que é afetado quando há uma transformação desta dimensão, temos que estar à altura em todos os momentos e encontrar todos os pontos de equilíbrio. O ponto que propomos é este, não é a híper regulamentação, não é vedar, não é restringir, é simplesmente regular nos aspetos nucleares para que possamos todos, em harmonia, aproveitar melhor os benefícios económicos do setor do turismo. -----

----- Muito obrigado.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar gostaríamos de fazer realçar que constatamos que a introdução da informação escrita não tenha sido redigida pelo Senhor Presidente, pois encontramos frases autocitando declarações do próprio Presidente, apesar de esta

introdução estar assinada pelo próprio o que nos parece algo estranho, só isso justifica que haja frases como ‘para Fernando Medina’, ‘no final Fernando Medina’, etc.. -----

----- Depois, no seguimento da apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da CML, referente ao período de 1 de Junho a 31 de Agosto, «Os Verdes» têm as seguintes questões a colocar. -----

----- Ao longo deste relatório encontrámos algumas referências ao Bairro da Boavista e o próprio Senhor Presidente acabou de fazer referência a algumas operações que serão feitas neste bairro, contudo nada é dito sobre o amianto que existe no bairro. Há várias instalações e habitações cuja cobertura ainda é de amianto, algumas encontram-se em mau estado e as pessoas continuam a viver nestas condições, estando a Câmara consciente dos perigos desta substância. -----

----- Por isso é importante que o Executivo esclareça o que anda a fazer à vida destas pessoas e quando vai realmente resolver este grave problema de forma séria, pois os moradores não podem continuar nestas condições. -----

----- Depois na página 38, referente à Direção Municipal de Recursos Humanos, encontramos a informação de que o refeitório do Cemitério dos Olivais se encontra encerrado desde Maio, mais precisamente desde 18 de Maio. Aparentemente esta situação verifica-se devido à falta de cozinheiras. -----

----- O que pretendemos saber é se a Câmara confirma que este refeitório está encerrado porque não há pessoal? E que medidas estão a ser tomadas para resolver esta situação? -----

----- Sobre o Parque Florestal de Monsanto, e não nos vamos alongar muito neste ponto pois teremos daqui a pouco um debate de atualidade sobre esta matéria, mais concretamente sobre a Quinta da Pimenteira, mas gostaríamos de perguntar ao Executivo onde anda afinal o tal grande debate sobre Monsanto, que até foi proposto pelos «Os Verdes». Convém lembrar que o Senhor Vereador disse que o debate seria feito, que seria um grande debate e que seria feito em Setembro. -----

----- O que se passa afinal? É que parece que a estratégia da Câmara é primeiro destruir o que pode em Monsanto e depois vai debater o quê? -----

----- Depois um outro assunto, o Jardim da Estrela, um espaço emblemático da cidade de Lisboa, tem tido o lago seco. Durante toda a Primavera não teve água e depois continuou seco. -----

----- Qual a razão para a Câmara permitir que um espaço destes seja tratado assim? ----

----- Então a Câmara despacha tudo para as juntas e mesmo assim não consegue tratar convenientemente dos espaços que ainda tem à sua responsabilidade? -----

----- Depois e sobre o mercado da Praça de Espanha encontramos a seguinte informação na página 138, na Gestão e Revitalização de Mercados e Feiras, ‘processo de extinção do aglomerado da Praça de Espanha por força da requalificação urbana desta zona da cidade com atribuição dos direitos indemnizatórios aos comerciantes nos termos do Regulamento Geral dos Mercados Retalhistas de Lisboa’. -----

----- O que se passa é que os comerciantes dizem que se sentem enganados pois concordaram com a saída do local em troca de poderem continuar a atividade num

outro espaço. Mas agora a CML quer dar uma indemnização para que saiam dali, à
pressa, ficando no desemprego.-----
----- Então em que ficamos? O acordo era os comerciantes irem para outro local ou
receberem dinheiro para saírem dali e, depois disso, depois de correr com eles a
Câmara deixa de ter qualquer responsabilidade?-----
----- Sobre um terreno junto ao cruzamento da Calçada do Poço com a Estrada do
Desvio, colocámos, numa reunião em Junho, algumas questões. Uma delas era sobre
se haveria algum projeto ou alguma possibilidade de haver ali, em zona de vale de
escoamento natural de águas, alguma construção.-----
----- Na altura, o Senhor Vereador ficou de confirmar posteriormente esta situação.
Como nada encontramos sobre isto na informação escrita, gostaríamos de saber se o
Senhor Vereador já estará em condições de nos confirmar se há ou não um projeto, se
vai ou não haver ali alguma construção.-----
----- Um último tema, sobre a Tapada das Necessidades não encontramos uma única
palavra na informação escrita do Senhor Presidente. Nas quase 150 páginas deste
relatório não há uma única referência a este espaço, mas é sabido que a Câmara
Municipal de Lisboa vai abrir um concurso público para a concessão de espaços a
privados na Tapada das Necessidades.-----
----- Este é um espaço de grande importância para a cidade, do ponto de vista cultural,
histórico, arquitetónico, paisagístico e ambiental e é um local privilegiado de lazer
para a população.-----
----- O Senhor Vereador até realça a importância e a dimensão da Tapada das
Necessidades mas remete, mais uma vez, para a concessão a privados.-----
----- Tudo o que é importante e deve ser preservado e valorizado, o executivo dá a
privados, é esta a política que tem sido seguida e como é óbvio «Os Verdes» não
podem estar de acordo.-----
----- A Câmara não está sempre a vangloriar-se de ter equilibrado as contas,
esquecendo-se naturalmente de dizer que foi à custa da venda dos terrenos do
aeroporto? Então se as contas estivessem assim tão equilibradas, porque não opta o
Executivo por fazer a reabilitação deste e de outros espaços? Ou de repente isto
deixou de ser uma prioridade para o Executivo?-----
----- A história vai-se repetindo e a fórmula é sempre a mesma, a Câmara vai deixando
os espaços ao abandono e depois é incapaz de os reabilitar.-----
----- A política deste Executivo resume-se a atribuir a privados o património
municipal e até o espaço público, e os espaços verdes aparecem logo em primeiro
lugar na lista de espaços a concessionar.-----
----- A isto chama-se enganar as pessoas, porque não foi com estas propostas, com
esta intenção de privatizar e concessionar tudo a privados que o Partido Socialista se
apresentou às eleições.-----
----- Além disso, mais uma vez, como sempre tem acontecido, é tudo preparado no
maior secretismo, sem que mais ninguém seja ouvido e tendo apenas em conta os
interesses da Câmara e dos privados, que raramente vão ao encontro das necessidades
das populações.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em nome do CDS-PP, gostaria de congratular este Executivo e em especial o Senhor Presidente Fernando Medina pelo trabalho realizado nestes últimos três meses.

----- Pelo que nos foi apresentado neste documento, parece-nos que houve mais trabalho feito nestes últimos três meses, do que em semestres inteiros de períodos anteriores. Esperamos sinceramente Senhor Presidente que continue a este ritmo e que esta dinâmica que o acompanha não seja fruto da ansiedade de período eleitoral.-----

----- Muitas das medidas aqui apresentadas foram preocupações das quais também partilhadas nesta casa pelo CDS-PP, nomeadamente a execução do Plano de Repavimentação, a revisão do Plano Municipal de Resíduos, bem como o desenvolvimento de um Plano de Drenagem. -----

----- Existem também outras medidas que consideramos essenciais para a gestão desta cidade e mais uma vez reforçamos a congratulação. Refiro, por exemplo, o protocolo de colaboração de apoio aos sem-abrigo, a substituição de tecnologia LED nos semáforos, bem como os inúmeros eventos festivos e culturais que nos têm acompanhado nos últimos tempos e que ajudam a promover e a viver a nossa cidade. --

----- O CDS gostaria também de ver numa próxima informação escrita dados e a evolução significativa nas seguintes matérias que consideramos estratégicas e urgentes para a cidade, como por exemplo.-----

----- No departamento para os Direitos Sociais, entendemos que deve ser reforçado o apoio às famílias, bem como o reforço no apoio à população envelhecida. A população envelhecida tem dificuldades quer de acompanhamento quer de mobilidade e é urgente pensar-se em medidas para combater estas dificuldades. -----

----- Também em matéria de direitos sociais, a execução de ações do Plano de Acessibilidade Pedonal, parece-nos que seria vantajoso para a análise se nos fossem indicadas as obras concluídas no âmbito deste mesmo plano. -----

----- Relativamente ao serviço de Proteção civil, por vezes esta parece-nos descurada, invisível ou mesmo esquecida. Apesar dos inúmeros acordos apresentados, veja-se que o número de ações de informação e sensibilização chegaram apenas a oitenta pessoas.-----

----- E se amanhã Lisboa sofresse um terramoto, o que seria de nós? -----

----- Acreditamos que deve existir um reforço significativo na informação e sensibilização alargado a toda a população. -----

----- Por fim, surgem-nos algumas dúvidas. -----

----- Relativamente à Direção Municipal de Finanças, nomeadamente em matéria de planeamento, controlo e gestão de contratos nas diferentes categorias de bens e de serviços de gestão centralizada, surgem-nos dúvidas quanto ao que está explanado nas páginas 13 e 19, de onde cito, ‘previsão dos encargos com o serviço da dívida, empréstimos de Acordos, para o quinquénio 2016-2020’, e agora na página 19, ‘criação de novas tabelas de afetação de custos/despesas, atenta a reestruturação municipal de serviços implementada a 5 de junho de 2015, a fim de preparar, desde já,

as bases para identificação das despesas de natureza centralizada que deverão ficar afetas a cada unidade orgânica, relativamente ao 2º semestre do ano de 2015'. -----

----- O CDS-PP entende que estes dados devem ser remetidos a este órgão fiscalizador para se efetuar um acompanhamento eficaz e oportuno da previsão do peso da dívida de curto, médio, longo prazo e por outro lado gostaríamos de saber qual é o rácio de custos/despesas por orgânica, após esta data de 5 de Junho de 2015. -----

----- É de notar também que em termos de execução de receita e de despesa, verifica-se a meio do ano económico uma taxa de 52.7% e de 45.5% respetivamente, pelo que gostaríamos de saber apenas tendo em conta estes dados, qual o atual prazo médio de pagamento a fornecedores e qual a razão para que esta informação deixasse de constar na informação escrita.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente a esta informação escrita, denotamos que de facto inicia com um tema muito importante para a cidade, nomeadamente o Plano Geral de Drenagem 2016-2030. -----

----- Ainda está de facto na memória de todos os lisboetas o caos provocado, em especial no ano passado pelas chuvas fortes, do congestionamento ao normal funcionamento da cidade e que provocou prejuízos graves a muitos, não tendo havido grande perspetiva de uma solução duradoura. -----

----- Nos últimos anos pouco se tem feito, o que se tem feito é de forma avulsa e sem aparente coordenação ao nível de todo o Município. Foi, portanto, na nossa opinião sendo ignorada a necessidade de intervir na rede de águas pluviais da cidade.-----

----- Era necessário pois a adoção com carácter de urgência de medidas estruturais, ou seja, que envolvam as infraestruturas de forma articulada com medidas não estruturais, como por exemplo o Plano Verde, que permitissem combater de forma eficaz o problema das cheias urbanas. -----

----- Lembramos a este propósito a incompreensível proposta feita, pelo então Presidente da Assembleia da CML, de transferir para a EPAL o sistema de águas residuais e pluviais de Lisboa, tendo ficado a marinar e sem concretização. -----

----- Ora sobre o Plano de Drenagem que aqui está a ser apresentado nesta informação escrita, importa neste momento perceber as três seguintes situações.-----

----- Qual a calendarização da intervenção? -----

----- Qual a fonte de financiamento do investimento de cerca 170 milhões de euros que é referido?-----

----- Se é possível garantir, que de facto, a rede se manterá sobre a alçada municipal? --

----- Em segundo lugar sobre o tema da mobilidade fala-nos de alguns exemplos e referiu-nos já fora deste período que está a ser aqui analisado, a questão do regulamento dos Tuk-Tuk. -----

----- Mas gostaríamos de o questionar também sobre outros assuntos, que pelos vistos não estão aqui a merecer a devida atenção, pelo menos para esta informação.-----

----- Em primeiro lugar o que tem o Executivo a dizer sobre a polémica que foi causada relativamente ao elétrico destinado apenas a turistas, que já se encontra em

funcionamento e de que forma foi assegurada, ou não, o acesso por parte dos seus moradores nestas zonas. -----

----- Por outro lado era importante perceber qual a avaliação que o Executivo faz do processo de privatização dos transportes públicos de Lisboa e se pretende ainda fazer algo relativamente ao processo. Portanto, tem havido várias declarações nesta Assembleia Municipal relativamente ao tema, mas parece-nos importante que devia haver por escrito e nomeadamente na informação escrita ao Presidente um lugar de destaque sobre esta questão.-----

----- Sobre o Pavilhão Carlos Lopes já nos mostrámos contra este processo, será também discutido hoje com maior pormenor, mas de facto, não é de nossa vontade arrastar o processo visto existirem formas de financiar a reabilitação deste edifício sem recorrer à sua desafetação. Sendo que relativamente a este tema e sem alongar muito, já dissemos várias vezes, a desafetação do que é público de facto não é solução e parece-nos que está a ser aberto aqui precedentes, para a alienação não só de património, mas também da própria noção do que é espaço público e que nos parece perigoso.-----

----- Gostaríamos também de referir alguns temas importantes que não estão referidos na informação escrita do Presidente.-----

----- Em primeiro lugar algumas questões sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras da Câmara. Tem algumas informações na parte final da informação, mas gostaríamos, relativamente às polémicas e às dificuldades que têm sido encontradas em torno da transferência de competências no quadro da reforma, alguns esclarecimentos e algumas indicações e que poderia estar também numa próxima informação escrita relativamente, por exemplo, ao número de trabalhadores transferidos, quais as necessidades no decorrer dessas transferências, o número de prestação de serviços que já existe e depois quantos é que estão em regime de Contrato de Emprego e Inserção. Portanto, parece-nos um tema que não tem estado muito focado nas informações escritas e que são números e são dados de extrema importância.-----

----- Também perguntar em que pé está o concurso público para admissão de trabalhadores, que já nos foi indicado que terá sido aberto.-----

----- Por fim gostaríamos de nos referir à situação social do Concelho de Lisboa, nomeadamente no que toca aos números mais recentes do aumento de pobreza, sendo que aumento o risco de pobreza e exclusão social no País e Lisboa não fugiu a esta tendência. Portanto, o perfil daqueles que estão em risco já não são só idosos, crianças ou população imigrante, mas também o grupo de risco alargou-se a trabalhadores e às suas famílias, cujos salários, de facto, já não permitem responder às necessidades essenciais de subsistência fruto da baixa de rendimentos que se tem vindo a ver.-----

----- Portanto, tendo em conta esta situação era também importante saber que alterações é que estão previstas, nomeadamente ao nível do fundo de emergência social e da sua aplicação, porque aquilo que nos parece é que a sua orientação estratégica não está a ter os resultados que deveria estar a ter. Portanto, se existe alguma indicação, algum estudo daquilo que está a ser pensado fazer, porque estas

situações do aumento de pobreza são visíveis todos os dias. Os números demonstram que vai continuar a aumentar se nada for feito e gostaríamos de saber, relativamente, nomeadamente ao fundo de emergência social o que é que está então a ser pensado em termos de reestruturação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A intervenção que o Senhor Presidente da Câmara faz aqui é diferente da intervenção que alguém escreveu, é uma informação prospetiva desligada do tempo da informação que devia respeitar na grande parte. Notícia praças, propaganda, mudar a face da cidade à custa da entrega do património, serviços concessionados e entregues a privados e etc.. -----

----- Falemos neste ponto da Unidade de Execução do chamado Parque Urbano da Pontinha, que não devia chamar-se Pontinha e que diz respeito integralmente a Carnide em termos de território. -----

----- Falaremos do Pavilhão Carlos Lopes no ponto respetivo, mas há um parágrafo curioso na informação escrita para o Senhor Presidente que diz respeito á utilização da Associação de Turismo de Lisboa quanto ao Pavilhão Carlos Lopes nas suas iniciativas. Isto entra em contradição com o documento que nos chegou com os altíssimos preços, digamos, de frequência e de utilização do pavilhão, mas lá virá o ponto respetivo. -----

----- A redação deficiente logo no primeiro parágrafo diz ‘o plano de drenagem é, segundo o Presidente da Câmara Municipal’, no segundo parágrafo diz ‘para Fernando Medina’, depois mais adiante em relação à Cerca da Graça diz ‘Fernando Medina e José Sá Fernandes partilharam o gesto de descerrar a placa’, imaginem, depois fala ainda carinhosamente nos Casamentos de Santo António, da forma como o Senhor Presidente recebeu os noivos, etc., etc.. -----

----- Creio que deve haver uma maior cautela na redação da informação, que o Presidente que assina deve assumir aquilo que diz e que não deve vir, digamos, tapar os vazios da informação concreta, respetivamente ao tempo a que diz respeito com obviamente anúncios que nós não testámos, que não analisámos, que não conhecemos e que obviamente não ficamos de boca aberta à espera de milagres, porque já sabemos quais são os caminhos que esta Câmara está a trilhar. -----

----- Gostaríamos de falar das competências e do reforço das competências das freguesias. Sabemos que a câmara fez, por exemplo, limpezas no Largo de São Paulo, o que nos parece adequado dada a situação daquela zona, mas há desarticulações imensas de que falaremos em breve, provavelmente em Outubro sobre todas estas situações da reforma administrativa. -----

----- Sobre a questão dos bombeiros, a comemoração do Dia Municipal do Bombeiro, saudamos esse dia, saudámos, mas gostaríamos de perguntar ao Senhor Presidente quais são as medidas de resolução do museu. Se vai para Santo Amaro? Para onde é que vai? Sabemos que Benfica está em obras, o quartel. E também gostaríamos de saber o ponto da situação concreta do quartel na Alta de Lisboa. -----

----- Depois, sobre o Plano de Pavimentação. São empreitadas, disse aqui o Senhor Presidente, de grande dimensão financeira, lá está. Está em pleno desenvolvimento, mas nós não conhecemos nem aqui, nem na Câmara, o PCP, as prioridades deste plano e gostaríamos de conhecer. Quais são as prioridades? São por cinco anos? São cinco anos? Vai demorar muito tempo este plano? Como é que ele se vai desenvolver? Gostaríamos de ter esta informação. -----

----- Não me parece despropositado que tendo nós apresentado aqui uma recomendação em Maio, onde enunciávamos várias avenidas e ruas que deviam ser arranjadas e intervencionadas pela Câmara que agora tenhamos este gesto de quere saber de facto quais são as prioridades. Porque, planos para cinco anos, enfim, devem de facto ser organizados e devem ser informados à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.-----

----- Depois, o Senhor Presidente veio falar aqui dos refugiados e do fundo de cerca de 2 milhões de euros que a Câmara reservou, mas o Senhor Presidente em primeiro lugar e a maioria, deviam informar a Câmara dessa reserva, dessa dotação e na realidade não informou, não questionou, não discutiu com a Câmara no seu todo esta matéria, porque haveria muito realmente a dizer e a participar. -----

----- Sobre o turismo. O regulamento dos Tuk-Tuk, bom, serão elétricos a partir de 2017 e parece-nos adequado na medida em que houve investimento, mas na realidade nós propusemos aqui, foi aprovado por esta Assembleia Municipal, a elaboração de um regulamento, isto já vem desde Março e só agora é que o Senhor Presidente aparece com quatro medidas concretas que vai apresentar, do regulamento, que já foi afirmado aqui pelo Senhor Vereador da responsabilidade, que estava em execução, não traz notícias absolutamente nenhuma e parece-nos que se calhar ficará apara as calendas.-----

----- Portanto, nas questões concretas a Câmara atua em silêncio, como entende, nas questões que são essenciais da cidade, enfim, ficamos para ver depois de Outubro como é que isto se vai desenvolver, mas na realidade todos os sinais e todas as evidências apontam para uma entrega cada vez mais acentuada dos grandes projetos da cidade e aquilo que interessa efetivamente às populações a entidades privadas, àqueles que depois fazem o trabalho com o benefício dos subsídios, dos dinheiros que a Câmara depois dispensará.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quando se pensava que esta troca e destroca de Presidentes de Câmara não traria nada de verdadeiramente novo e útil para a cidade, eis que se nos depara uma real novidade. Uma intervenção escrita do Presidente que não é escrita pelo Presidente, e que mais não é que uma reportagem em que esse repórter debita umas tantas frases laudatórias, promovendo alegadas intenções de Fernando Medina, com a singularidade de tratar a pessoa do Presidente na terceira pessoa do singular. -----

----- Não estranhem portanto, Senhora Presidente e Senhores Deputados este tratamento tão coloquial do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, porque é assim mesmo que esta informação escrita se lhe refere. -----

----- Quando gaba o Plano de Drenagem, diz que ‘para Fernando Medina a ambição deste Programa’. Quando passa à pavimentação da cidade, facto que aliás só é relevante na medida em que demonstra que uma ação que deveria ser cuidadosa e constante, foi completamente abandonada desde 2007, vem dizer que ‘para Fernando Medina o programa pretende’.

----- E não se fica por aqui. No Jardim da Graça diz aliás, com muita graça e boa companhia, que Fernando Medina e José Sá Fernandes partilharam o gesto de descerrar a placa, culminando então nas Marchas de Lisboa e nos Casamentos de Santo António em que se assegura que Fernando Medina não quis deixar de agradecer e ainda outros comentários do estilo.

----- De facto não se entende como é que o Senhor Presidente da Câmara pode vir a esta Assembleia defender o que diz ter sido a sua ação e da Câmara a que preside, nos três meses antecedentes, se nem sequer a informação escrita que apresenta, é de sua autoria.

----- Mas vamos então caso a caso.

----- O Plano de Drenagem que foi sendo sucessivamente adiado por esta Administração, causando grandes estragos na cidade pelas constantes inundações e cheias repentinas que a sua falta provocou, com perdas de bens e perigo dos cidadãos, devido à insuficiente ou inexistente manutenção preventiva da rede de coletores e à intensiva impermeabilização dos solos recentemente perpetrada. Em contraste, esta informação escrita alega pretensas alterações climáticas, atribuindo assim aos céus aquilo que à incúria muito melhor corresponderia.

----- Alega também serem essas cheias fruto do desenvolvimento de Lisboa, como se a expansão urbana provoque forçosamente mais escoamento superficial, quando é bem sabido que para o evitar, basta uma gestão territorial adequada e suficiente capacidade de drenagem.

----- No que respeita então aos Terraços do Carmo, é este um projeto que data de 2007 e 2008 e que foi agora finalmente concluído, mas infelizmente e como se já não bastasse o que se passou na zona Ribeirinha, não teve em devida consideração o determinado no Plano de Acessibilidade Pedonal aprovado por unanimidade nesta Assembleia Municipal, nem permite o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, pelo que a área bem merece o epíteto de zona de inacessibilidade pedonal.

----- Quanto à Unidade de Execução da Pontinha, independentemente do mérito que tenha ou que não tenha, o facto é que foi compromisso camarário em sede do Plano Diretor Municipal que não existindo para a área delimitada plano de urbanização ou de pormenor, obrigou-se a Câmara a remeter a esta Assembleia à abertura da Discussão Pública, as circunstâncias dessa mesma delimitação. Porém, nunca até hoje o cumpriu e continua a não cumprir.

----- Segue-se a saga do Pavilhão Carlos Lopes que não há um morador de Lisboa que não queira vê-lo reabilitado e em plena fruição para cidade. Mas a decisão camarária de atribuir a sua gestão e exploração à Associação de Turismo de Lisboa, uma entidade parceira direta da Câmara, sem qualquer concurso público, é um fundado motivo de verberação. Aliás, o estudo económico recentemente produzido pela ATL

carece da mais elementar fundamentação, havendo ainda de ser explicitada e explicada a insólita generosidade estatal em 4,6 milhões de Euros.-----

----- Em pouco mais merece atenção esta informação escrita, à parte de outras circunstâncias cuja dissecação será despicienda, pelo que nos resta desejarmos mais Vhils e mais chaves de fogos municipais entregues pela Senhora Vereadora da Habitação.-----

----- Mais disso, e menos de *start-ups*, de *Street Fest*, de *Creative Hubs*, *Stakeolders* em vez de *Stakeholders* e *roulottes* por atrelados, para que a informação escrita do Senhor Presidente, venha finalmente em português. -----

----- Faltam ações urgentes tendentes a rejuvenescer a cidade, com facilitação e fixação de novos casais, evitando que Lisboa continue a expulsar as suas sucessivas gerações sem qualquer reação.-----

----- Pouco se concretizou, portanto, do que é de facto essencial para Lisboa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Queria dizer ao Senhor Presidente da CML que nos congratulamos com a sua informação escrita.-----

----- É evidente que aquilo que diz é muito pouco face ao muito que há ainda por fazer nesta cidade, mas revela de facto um grande espírito de combate, de ataque aos problemas com que nos defrontamos em várias áreas, como o senhor aqui referiu e que não vale a pena estar a repetir e que não podem obviamente deixar de ser relevantes.-----

----- Nós, e eu pessoalmente, tenho trazido aqui a esta Assembleia Municipal por várias vezes, muitos dos problemas com que nos defrontamos na nossa freguesia, pois também ela, apesar de não ter sido referida especificamente por vossa Excelência. Ela também tem sido e tem estado a ser influenciada por este excelente trabalho que a CML tem estado a realizar com estas grandes obras, muitas delas estruturantes para a cidade, cuja carência já se fazia sentir há muitos anos, mas que só agora finalmente foi possível implementar.-----

----- Ficámos também, e nesse sentido foi também uma intervenção encorajadora que vossa Excelência nos trouxe, foi no fundo dar-nos a ideia também relativamente a outros projetos que estão em curso e que em breve começarão a ser lançados. -----

----- Estamos a pouco e pouco a sentir que a face da nossa cidade se vai modificando, modificando para melhor, e isso é importante se relevado aqui e ser dito. Temos de estar aqui e algumas vezes tenho também criticado e apelado aqui a alguma falta de intervenção da Câmara do ponto de vista da celeridade com que nós gostaríamos de ver atacados alguns problemas na minha freguesia, mas é justo dizer que de facto se sente que há uma preocupação enorme, de facto, de lançar projetos que nos coloquem rapidamente no patamar que todos desejamos.-----

----- Falou vossa Excelência também da solidariedade da nossa cidade para com este drama terrível que estamos a viver, cujo fim ainda não sabemos qual será nem quando será, estou a referir-me obviamente aos refugiados. Mas temos também um drama que

não tem nada a ver com essa dimensão, mas que é também um drama enorme, terrível, com concidadãos nossos na nossa cidade, que é o problema dos sem-abrigo.-----
----- A minha freguesia é também uma das que é mais sacrificada por este problema, onde mais sentimos também este problema. Obviamente que somos e defendo toda esta solidariedade que a nossa cidade deve ter para com estes seres humanos que se afastam das suas terras, das suas casas, das suas famílias em procura de uma vida melhor e nalguns casos em defesa da própria vida pelo risco que correm nesses seus países que estão em guerra, mas de facto, não podemos também deixar de ser solidários, e eu penso que, com estes nossos concidadãos sem-abrigo. -----
----- Este problema só não se resolve se nós não quisermos, é apenas uma questão de determinação política. Dir-me-ão e diz-se muito e nesta Câmara isso tem sido dito muitas vezes, que é um problema complexo. É sem dúvida, mas não é mais complexo que este problema terrível que estamos agora a viver com os refugiados, é muito menor em escala a todos os níveis.-----
----- Portanto, penso e lanço aqui também este desafio, temos seriamente de agarrar e pensar neste problema. Ele só não se resolve se nós não quisermos, se não houver vontade política e se não pusermos de parte interesses, interesses que estão instalados de facto na sociedade no fundo que vivem em torno, é duro dizê-lo, em torno deste problema dos sem-abrigo.”-----
----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND)** fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa-tarde Senhora Presidente e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Caras e caros Colegas Deputados Municipais e Caro Público presente.-----
----- Analisamos hoje nesta assembleia a informação escrita referente à atividade da Câmara Municipal de Lisboa entre os passados meses de junho e agosto.-----
----- Nos mais variados eixos de intervenção do Município destacamos alguns que consideramos de extrema importância para o desenvolvimento de uma cidade mais solidária, acessível e dinâmica, elencamos algumas atividades na área social que reafirmam o compromisso do Município na resolução de problemas, apoio de carências e defesa dos direitos dos lisboetas.-----
----- Na área da habitação e desenvolvimento local destacamos a atribuição de licenças aos moradores do Bairro da PRODAC Norte que finalmente possuem em pleno direito às habitações onde residem, 42 anos depois as primeiras 24 licenças de utilização das casas autoconstruídas foram entregues.-----
----- A entrega por parte da Autarquia de 30 fogos municipais ao abrigo dos vários programas de apoio à habitação em curso, entre os quais os Regulamento do regime de Acesso à Habitação Municipal, o Programa de Renda Convencionada, o Protocolo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e de Gestão do Parque Habitacional Municipal, assim como o recenseamento de agregados residentes na Vila Dias, dos quais 8 já foram realojados.-----

----- O subsídio municipal de arrendamento já conta com 5 edições, a última com término a 31 de agosto último, em síntese as 5 edições já registaram 377 candidaturas, 80 das quais na última edição, com um total de 180 candidatos apoiados -----

----- O Programa BIP-ZIP de 2015 contou com a submissão de 109 projetos num total de 320 entidades envolvidas, entre as quais 18 freguesias e 302 entidades sem fins lucrativos. -----

----- No período em referência foram também iniciados os trabalhos da empreitada de intervenção nos espaços públicos envolventes às Torres do Alto da Eira e a empreitada de reabilitação de 39 fogos e áreas comuns no valor de meio milhão de euros. -----

----- Na área dos direitos sociais, considerando o atual contexto europeu merece ser destacado o Protocolo assinado entre a Câmara Municipal e o Serviço Jesuíta para os refugiados, uma parceria para a reinstalação de refugiados, com cedência de espaços para habitação das populações refugiadas, bem como o acesso a serviços e equipamentos que promovam uma melhor integração social destas.-----

----- De igual modo se destaca o Protocolo assinado entre a Câmara Municipal e o Centro Social do Exército de Salvação inserido na estratégia de integração à pessoa sem-abrigo, com vista ao funcionamento do equipamento social que se destina a apoiar a população sem-abrigo de Lisboa em regime de alojamento noturno e atividades diurnas. -----

----- Ainda nesta área de apoio à população sem-abrigo regista-se a inauguração por parte da Câmara Municipal e da Associação assistência São Paulo na Quinta do lavrado de uma unidade integrativa para as pessoas em situação de sem-abrigo. Este equipamento visa acolher famílias desfavorecidas e conta com uma equipa multidisciplinar de apoio permanente que trabalha para uma melhor integração social e profissional deste público.-----

----- Por fim, no campo dos direitos da criança e dos jovens congratulamo-nos com o Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Centro de Estudos Social no âmbito da realização de diagnóstico de avaliação das Comissões de Proteção a Crianças e Jovens, assunto de resto muito acarinhado e desde já amplamente discutido nesta Assembleia aquando da análise dos Relatórios de Atividades das CPCJ de Lisboa.-----

----- Para terminar não gostaríamos de deixar passar também em branco alguns dos investimentos que foram realizados, salientamos o Plano Geral de Drenagem da Cidade de Lisboa envolvendo um investimento global de 170 milhões de euros, 100 milhões dos quais a aplicar durante dos primeiros 5 anos, investimento este de extrema importância para a prevenção e redução do impacto das cheias na cidade.-----

----- Igualmente merecedor de destaque é o Plano de Reabilitação de Infraestruturas Viárias, Pavimentar Lisboa 2015/2020, que prevê a pavimentação até 2017 de aproximadamente 150 arruamentos, desde a reconstrução completa de algumas vias, melhorias de passadeiras, introdução de pisos tácteis e confortáveis, com maior segurança para pessoas com mobilidade reduzida; à criação de lugares de estacionamento para automobilistas com deficiência, motociclos e bicicletas e a

construção de mais ciclovias são algumas das importantes intervenções previstas neste plano que representará um investimento global de 25 milhões de euros.-----

----- Ainda neste número realçamos também a importância do novo contrato de programa celebrado com a GEBALIS no montante também de 25 milhões de euros para um conjunto de intervenções de requalificação em habitação municipal e frações devolutas a realizar até 2017. -----

----- Merecedora de sinalização é também a apresentação do Plano Municipal de Resíduos, o primeiro deste género para a cidade de Lisboa e que se enquadra no novo regime geral de resíduos e do plano estratégico para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos 2010, dando especial enfoque para as várias fases de tratamento. -----

----- Destacamos também a abertura dos Terraços do Carmo e do novo Elevador de Santa Luzia em Alfama, a etapa final da Volta a Portugal em bicicleta assim como mais uma edição das Festas da Cidade, que se traduziu mais uma vez positivamente pela diversidade e animação que trouxe à cidade e aos lisboetas. Pela amplitude dos investimentos realizados e das múltiplas iniciativas quer de cariz cultural quer de cariz social consideramos que Lisboa destaca-se por continuar a estar em claro contraciclo com a política seguida a nível nacional. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** fez a seguinte intervenção: --

----- “Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- Da análise da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa respeitante ao período compreendido entre 1 de junho e 31 de agosto de 2015 a bancada dos Eleitos pelo Partido Socialista gostaria de aqui salientar os seguintes aspetos, destacando, como aliás já foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, aquilo que é o essencial do acessório.-----

----- Nesse sentido o Plano de Drenagem 2016/2030 cujo objetivo é o combate às cheias e inundações de Lisboa e cujo valor de investimento ronda os 170 milhões de euros, 100 milhões dos quais nos primeiros cinco anos e que é e bem uma prioridade para este Executivo e para a cidade. -----

----- De igual modo o Plano de Pavimentar Lisboa 2015/2020, que de uma forma simplista consiste em 150 arruamentos, 110 quilómetros diários, a intervenção de repavimentação, um terço de reconstrução, o montante de 25 milhões de euros, a recarga de pavimento, reconstrução de fundo, eliminação de obstáculos nos passeios, melhoramento de passadeiras, introdução de pisos táteis mais confortáveis para pessoas com mobilidade reduzida, isto tendo como objetivos principais, mais segurança, melhor mobilidade e maior conforto.-----

----- Destacar também a atribuição de licenças de utilização aos moradores do Bairro PRODAC Norte, 42 anos depois, bem como a entrega de 30 chaves de fogos municipais ao abrigo de vários programas, o contrato programa no valor de 25 milhões de euros com a GEBALIS para a requalificação de habitação municipal e frações devolutas não pode ficar de fora e por isso destacamos ainda os diversos protocolos celebrados com o Centro Social do Exército de Salvação Nacional para

combater o flagelo que é a pessoa sem-abrigo a quem a Autarquia já concedeu um milhão de euros.-----

----- Da mesma forma a unidade integrativa também para os sem-abrigo que abriu portas na Quinta do Lavrado e que acolherá famílias desfavorecidas numa parceria da Autarquia com a Associação da Assistência de São Paulo ou do protocolo com a Cruz Vermelha que viu o seu âmbito alargado, agora a situações de prestação de cuidados de saúde e à alimentação de desalojados. -----

----- Gostaríamos de salientar também as Festas de Lisboa este ano com uma duração superior a um mês de oferta cultural, essencialmente gratuita que mantiveram as tradicionais Marchas Populares, as Noivas de Santo António, mas que foram muito para além disso numa aposta claramente cultural da Autarquia demonstrando que a cultura não é só uma aposta ganha como é também um investimento com retorno.-----

----- Este ano as Festas de Lisboa chegaram a mais de 542 mil pessoas, mas também a Arte Urbana é cultura e assim é com a peça colocada em Alfama dedicada a Amália; como são as exposições de Sebastião Salgado que recebeu 67 mil visitantes em apenas dois meses ou as luzes de Lisboa no Terreiro do Paço ou Santo António, popularmente contemporâneo, tudo isto são sinais de uma cidade que não esquece ou abandona a cultura ou a expressão artística, forma de evolução dos povos ao longo dos tempos. -----

----- E é esta expressão artística que a Câmara Municipal de Lisboa continua a potenciar como nenhuma outra, daí que tenhamos assistido à Casa da Start-up de Lisboa, em que estamos perante a primeira residência para empreendedores do país, fundada em 2011 a Strat-up de Lisboa conta hoje com 100 empresas incubadas, 250 pessoas, já apoiou mais de 250 Start-up e promoveu cerca de 700 postos de trabalho diretos.-----

----- Neste período foi ainda aberta a Criative Hub da Mouraria que poderá receber 50 empreendedores nas áreas da música, da gastronomia, da moda, do design, das artes e ofícios, também por isto Lisboa se tornou um ícone e uma referência no turismo internacional, muito potenciado pela Autarquia e cuja valorização a todos compete. ----

----- Lisboa assinalou o Dia da Criança com a entrega de quatro livros dedicados à alimentação saudável, mas a importância desta ação, semeada então, terá os seus frutos agora com a distribuição desses livros pelas 98 escolas da cidade.-----

----- Mas muita obra também foi feita desde então, a abertura das novas instalações da Hemeroteca nas laranjeiras, dos Terraços do Carmo, passados que foram 27 anos desde o incêndio do Chiado finalmente terminaram as obras que permitem recuperar um pouco mais de autenticidade da cidade de Lisboa. -----

----- O Elevador de Santa Luzia aproximou o Castelo e o Rio, é em si mesmo uma obra que merece visitar e que quebra por si só uma barreira natural imposta ao homem possibilitando e melhorando substancialmente a qualidade de vida daqueles que ali residem e que visitam aquela zona da nossa cidade.-----

----- O Jardim da Cerca da Graça, o maior espaço verde no casco velho da cidade, 1.7 hectares de área verde inevitavelmente também melhora a qualidade de vida da população da cidade que usufrui daquele espaço, mas acima de tudo e também

melhora as acessibilidades e isso é uma clara melhoria na mobilidade daquelas pessoas e é por falar nas acessibilidades, na melhoria que está patente também na aposta da Autarquia na colocação dos Leds nos semáforos em toda a cidade, 20 mil lâmpadas, 8 mil e quinhentos semáforos, uma poupança de 850 mil euros por ano, isto porque há uma estratégia, uma estratégia clara, uma estratégia de eficiência energética e essa estratégia não fica por aqui e por isso não se pode deixar passar em claro a concretização do primeiro Plano Municipal dos Resíduos.-----

----- Este Plano no novo regime geral e do PERSU 2020 é um instrumento estratégico que assenta em três pontos essenciais, Lisboa mais limpa com 100 contentores enterrados na cidade, o aumento da separação e a valorização de resíduos, com o alargamento do Porta a Porta e com a colocação de mais Ecopontos e a redução da produção de resíduos com a criação de um Conselho Consultivo para elaborar uma Carta Estratégica que venha a definir medidas a adotar.-----

----- Destaca-se naturalmente ainda o reforço dado ao acolhimento a refugiados, não só o Protocolo celebrado a 21 de junho entre a Câmara Municipal e o Serviço Jesuíta aos Refugiados, que contempla já a cedência de espaços municipais para a habitação, o acesso a serviços e equipamentos da Câmara Municipal de Lisboa e a promoção e a integração destas populações.-----

----- Destacamos ainda o fundo de 2 milhões de euros para apoiar os refugiados, fundo essa a ser gerido pela Câmara Municipal e por outros parceiros como sejam a Santa Casa da Misericórdia, com vista à criação de alojamentos temporários, alimentação, unidades de saúde e educação.-----

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente Câmara Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores, esta Câmara é representativa de muitas sensibilidades políticas e sociais, mas muitas questões há felizmente em que estamos em total acordo, chegamos mesmo a alcançar em certas alturas uma profunda e profícua unanimidade, creio mesmo que face às últimas Moções e Recomendações na nossa última sessão, pela esmagadora maioria das bancadas, este é um desses casos e então eu diria que, citando o Papa Francisco que disse “que perante a tragédia de dezenas de milhares de deslocados que fogem da morte pela guerra e pela fome e estão em caminho para uma esperança de vida, todos temos que estar próximos dos mais pequenos e abandonados”.-----

----- A estas declarações acrescentaria uma brevíssima análise que peço que querendo a acompanhem com a atenção possível, entendo então que estamos perante um momento histórico, histórico por ser este o nosso tempo e não outro, mas mais, por termos uma oportunidade, temos a oportunidade de fazer bem. Portugal há mais de quinhentos anos anda por este Mundo fora a descobrir, a descobrir outros povos, a descobrir outras terras, outras culturas, a migrar, a refugiar-se noutros lugares. Mais recentemente na década de 60, assistimos a uma forte vaga migratória, só comparada com a recente saída da geração mais qualificada da nossa história convidada a sair, depois mais tarde convidada a voltar, mas para que não se perca o fio à meada, porque há que separar o essencial do acessório, levanta-se aqui é que não somos propriamente um povo caseiro!-----

----- Por esse motivo teremos então oportunidade agora de retribuir àqueles que escolhem o nosso país para aqui recomeçarem as suas vidas, tudo aquilo que ao longo de toda a história nos foi dado pelo mundo fora, começando pela nossa generosidade e simpatia, marca que tanto e bem nos orgulhamos de ter, podemos agora retribuir.-----

----- Por outro lado imagine-se o que seria um país que sempre recorreu à emigração ter agora políticas restritivas, quotas ou qualquer outra medida para aqueles que querem para aqui vir morar e construir aqui a sua vida! -----

----- Por fim a outra oportunidade, a oportunidade de com estas pessoas, estas pessoas que vêm por bem, que vêm para trabalhar, para aqui singrarem, que deixaram tudo o que tinham e não querem nada para trás, podermos, como temos vindo a fazer conseguir criar condições de integração reais que levem à natural sustentação do Serviço Nacional de Saúde e do Serviço e do Sistema de Segurança Social, bem como o aumento da nossa taxa de natalidade, o que será também uma oportunidade para um país europeu como o nosso que envelhece a cada dia que passa!-----

----- É por isso que a criação do fundo de 2 milhões de euros pela Câmara Municipal de Lisboa para apoiar os refugiados, bem como todas as medidas anunciadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal Doutor Fernando Medina e aquelas que certamente ainda vai tomar vão permitir que muitas dessas pessoas tenham oportunidade de aqui começarem uma nova vida! Não permitir demonstrar a outras cidades portuguesas e europeias que podemos e devemos fazer mais, quando escrito em chinês a palavra “crise” é composta por dois caracteres em que um representa o perigo e o outro representa oportunidade.-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal, as medidas que Vossa Excelência tem vindo a tomar na cidade de Lisboa demonstram a todos que escolhem Lisboa como a sua cidade que em Lisboa o perigo ficou para trás e que aqui Lisboa representa oportunidade, por essa oportunidade o nosso obrigado. Disse”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio de Sousa (PCP)** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Na informação escrita do Senhor Presidente da Câmara vem referida a unidade de execução do Parque Urbano da Pontinha. Uma vez que Pontinha é uma Freguesia vizinha de Carnide, é uma Freguesia do Concelho de Odivelas, não se percebe o porquê da Câmara Municipal de Lisboa atribuir este nome a esta unidade de execução. Será apenas, para passar despercebida? Será que o período de discussão pública entre seis de julho e quatro de agosto, foi também para cumprir esse objetivo de passar despercebido? -----

----- Por último, interessa que esta Assembleia Municipal seja informada de quais são as intenções, as reais intenções, da Câmara Municipal de Lisboa para este território. ---

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Quero agradecer as intervenções de todos os Deputados, e constatar que percebo bem, foi bem visível, a dificuldade dos Deputados da oposição numa crítica profunda à atuação do Executivo Municipal. Aliás, o que nós vimos bem foram críticas

particularmente, interessantes, inovadoras, mas bastante ao lado daquilo que é o fundamental da política do Executivo.-----

----- O Senhor Deputado Magalhães Pereira, que agradeço a sua intervenção e os seus contributos, centrou a sua crítica no estilo literário da informação escrita. É, de facto, uma abordagem nova que nós ainda nunca tínhamos tido nesta Assembleia Municipal. Não é bem ao conteúdo, não é bem às políticas, é ao estilo literário, é a forma de escrita, o tratamento coloquial, a utilização dos anglicismos, a compreensão da forma. Bom, eu talvez e sem querer retirar a importância a este debate e talvez, pedindo um contributo à Comissão de Cultura sobre esta matéria, sugeria que vissemos mais umas edições destas informações para fazermos algumas correções. -----

----- Mas registo também, que para estas informações escritas há sempre uma crítica dupla, que é feita. Por um lado, a informação escrita que só fala do passado e não fala do futuro. Por outro lado, a intervenção do Presidente da Câmara só fala do futuro e não fala da informação escrita. Ora bem, torna-se difícil na conjugação destas duas coisas, ter algo mais do que um conjunto vazio. -----

----- O que eu procurei trazer aqui foi uma intervenção completa, sobre o período passado da intervenção escrita, mas também sobre o período de atuação do Executivo Municipal que mediou entre a informação escrita formal e o dia de hoje, de forma a ter uma informação mais presente e mais atualizada sobre a situação no município e na cidade.-----

----- Mas prova também do incómodo são as declarações que a Senhora Deputada de “Os Verdes”, e o Senhor Deputado do PCP que também fizeram. Diz a Senhora Deputada de “Os Verdes”, e desculpe que lhe diga, “presunção e água benta, cada um toma aquela que quer”, mas dizer que os interesses da Câmara e dos privados raramente vão de encontro aos interesses das populações. A Senhora Deputada pode-se atribuir a importância que quiser, mas isto vindo de alguém que nunca recebeu por si um único votinho nesta cidade, parece-me um pouco exagerado concluir que a sua interpretação autêntica é melhor do que a interpretação de toda uma maioria relativamente aos interesses da cidade. -----

----- Mas gostava, também, de dizer e aqui para discordar, da interpretação que o Senhor Deputado Modesto Navarro faz, que os grandes projetos da cidade estão entregues a privados. No fundo, a síntese que tenho para fazer deste debate é que a oposição não tendo forma de contrariar, nem a informação escrita, nem fundamentalmente a atuação do executivo neste período, refugiou-se, ou em aspetos de forma e de estilo muito curiosos mas irrelevantes para o debate político, mas também, em aspetos de apreciação de política geral que não correspondem à verdade dos factos, nem correspondem à orientação fundamental do executivo. Senão, vejamos:-----

----- Destaquei que o elemento mais importante, por ser mais estruturante dos pontos de vista da cidade, neste período, e do período seguinte que teremos nos próximos meses, é a apresentação do Plano de Drenagem. O Deputado Magalhães Pereira desvalorizou e, aliás, até de certa forma brincou, achou que era impróprio nós falarmos da importância da natureza. Bom, eu não sei se o Senhor Deputado já se

apercebeu que é mesmo um problema da natureza e da compatibilização do uso humano no local onde a natureza, antes, tinha dedicado a que só houvessem rios, porque é esta a circunstância de uma parte importante da Cidade de Lisboa, é que eram rios. E os rios, hoje, havendo uma ocupação do solo, não deixam, nem eles de existir, nem de procurar as suas passagens. É este o problema básico, aliás, da realidade das cheias. É como compatibilizar a vida humana e o desenvolvimento da cidade com uma realidade da natureza que é pré-existente, que é central do ponto de vista da determinação do território e com a qual nós temos de saber enquadrar e compatibilizar.-----

----- Depois, nem vale a pena repetir o tema do atraso, nem da inércia, porque eu gostava, aliás, de ouvir uma crítica porque essa sim, já é do meu tempo da razão porque é que eu posso responder presencialmente, o que é que é o atraso no último ano. É que não houve atraso. Ele simplesmente resultou de um facto de há mais de um ano atrás, o Governo ter dito que queria assumir a rede em baixa de saneamento na EPAL, e um ano e pouco depois, desdisse relativamente àquilo que tinha dito, e que era a sua opção. O Município de Lisboa foi obrigado a nomear uma equipa, que foi dirigida por mim, enquanto Vice-presidente da Câmara, encarregue de coordenar o estudo, fazer os estudos, tomar as diferentes soluções técnicas que, agora, estão ao dispor das Senhoras e Senhores Deputados, e espero aliás, com muita ansiedade e curiosidade, porque sei que o vai fazer, a sua leitura arguta e atenta, e o seu contributo para a melhoria da solução. Porque, como digo, este não é um projeto deste executivo, este é um projeto que vai marcar a cidade para muitas décadas e interessa que seja feito com o maior rigor, com a maior contribuição de todos, dos especialistas, dos entendidos, das diferentes visões políticas que as diferentes soluções comportam, para que possamos todos, na cidade, estar confortáveis com aquilo que será sem dúvida nenhuma um projeto estratégico e emblemático.-----

----- Durante o mês de setembro irão decorrer audições públicas relativamente a este processo, naturalmente, que toda a equipa técnica estará como é obviamente, a sua obrigação ao dispor da Assembleia Municipal para os debates que se entendam fazer, é nossa intenção, do Executivo, que as decisões que nós tomemos em matéria de execução do Plano de Drenagem recolha o maior consenso técnico e político, possível, porque é uma matéria estrutural para as próximas décadas da cidade. -----

----- Segundo lugar, o Plano de Pavimentação, outra das obras emblemáticas que o Senhor Deputado Modesto Navarro, não está entregue nas mãos de privados, nem interesses privados, que está a ser executada pela Câmara Municipal, que é uma obra sem paralelo na sua dimensão e da qual nós definimos objetivos muito claros, quer relativamente à recuperação dos pavimentos, mas também relativamente à implementação do plano de Acessibilidade Pedonal e à reconstrução de vias e de passeios, porque trata-se de, não só, fazer a pavimentação e iluminação de zonas com buracos um problema à circulação automóvel, mas também uma intervenção mais profunda do ponto de vista de muitas das soluções técnicas que no passado eram utilizadas relativamente aos arruamentos, isto é, a colocação de asfalto sob cubos de granito mostrou-se uma solução com falhas e com mais rapidez era sensível a

deterioração. Ora, agora que a Câmara Municipal dispõe de recursos financeiros para tal, a nossa ambição é que a técnica da própria reconstrução seja mais profunda para podermos intervir e recuperar de forma mais profunda e mais eficaz estas zonas. -----

----- Mas também, aproveitar esta oportunidade para, como salientou a Senhora Deputada do CDS-PP, e bem, na minha opinião, para concretizarmos aquilo que é uma prioridade central na nossa política de apoio às pessoas de mobilidade reduzida e onde incluímos aqui uma parte muito importante do que é que é a população idosa da Cidade de Lisboa, que tem a ver com a melhoria das condições de acessibilidade pedonal. -----

----- O Plano de Acessibilidade Pedonal é um plano que se executa de múltiplas formas, e uma das formas principais onde ele é executado é precisamente através deste Plano de Pavimentação, nomeadamente, em toda a parte de reconstrução de vias porque nos permite adotar e começar a utilizar, testar em primeiro lugar, e depois adotar e generalizar pela cidade, os pavimentos confortáveis que em zonas sem impacto, ou com a concordância dos munícipes, possa haver a introdução destes pavimentos para introduzir segurança, nomeadamente, á população mais velha. -----

----- Todos nós que conhecemos a cidade e circulamos pela cidade conhecemos os casos em que o elemento fundamental para a vida de um idoso, que é a própria capacidade de circular e andar na rua, se encontra cortada, se encontra limitada pelo medo que muitos sentem em entrada de determinada zona, em determinada via, poder significar um risco de queda que pode levar à imobilização e, posteriormente, à própria morte sem possibilidade de recuperação. É por isso que várias freguesias têm colocado a questão da implementação da acessibilidade pedonal como uma prioridade, nomeadamente, aquelas que estão em zonas mais íngremes e com mais dificuldade, e é aqui que o Plano de Pavimentação irá ajudar a ultrapassar mais rapidamente os obstáculos. -----

----- Sugestão do Senhor Deputado que isto deve haver uma informação à Câmara Municipal e à Assembleia. Deve haver e tem de haver, sim com toda a clareza e com toda a transparência. Por isso é que todas as intervenções estão identificadas no *site* da Câmara Municipal, onde nós publicamos regularmente as intervenções que estão a ser feitas, o programa das intervenções, quando são publicadas as alterações ao Plano de Pavimentação, porque vai haver alterações. Admitamos que numa determinada via temos conhecimento que uma operadora vai precisar de fazer uma intervenção, precisaremos de calendarizar e organizar. Admitamos que numa determinada via, concluímos que por via de uma obra numa praça um desvio de tráfego torna desaconselhável fazer determinada obra em determinado período, alteraremos a calendarização, mas mantendo sempre uma informação rigorosa, o mais rigorosa possível, aos munícipes sobre isto. E além do mais, um elemento importante, quando anunciamos o Plano de Pavimentação, anunciamos também, um instrumento de responsabilização e de transparência por parte do Executivo. Trimestralmente faremos conferências de imprensa a apresentar os resultados, quais as obras adjudicadas, quais as obras que estão em concretização, quais os calendários, como é que tudo está a decorrer, e enfrentaremos a crítica e o confronto de todos perante as informações que

estamos a prever. Posso já anunciar que a próxima conferência de imprensa está a semanas de realização visto que temos no limite dos três meses, situar no início do mês de outubro, eu conto, ainda, no mês de setembro apresentar de forma pública os resultados desta fase. -----

----- Em terceiro lugar, Senhor Deputado, não posso concordar, de novo, porque não posso concordar com a afirmação de que os projetos são entregues a privados, salientei aqui os nossos avanços em matéria de política de habitação, e aquilo que estamos a fazer, e decidimos nos últimos meses, relativamente às intervenções nos Bairros Municipais, no Plano de Intervenção dos Bairros Municipais, mas também aquilo que decidimos na última reunião relativamente ao início das intervenções no Bairro da Boavista, vão no sentido totalmente contrário àquilo que o Senhor Deputado acabou de enunciar, pelo contrário, estas intervenções valorizam o serviço público, valorizam a dimensão da política pública numa área absolutamente central e inalienável de responsabilidade do município que é a política de habitação. -----

----- O programa de investimentos é de facto, um programa de grande dimensão e de requalificação geral dos bairros, de cerca de vinte e cinco milhões, é um programa de dimensão muito significativa na construção nova, quer no Bairro Padre Cruz, quer no Bairro da Boavista pondo fim à situação das alvenarias, e já agora aproveito, Senhora Deputada, para lhe responder que, como é óbvio, estas intervenções destinam-se a eliminar vários problemas de amianto que estão identificadas e por isso, é destas intervenções que estará a resolução desses problemas, mas também é um reforço da política pública de habitação aquilo que estamos a trabalhar e que a seu tempo informaremos esta Assembleia, e que é o novo programa da renda acessível que dirige-se a um novo segmento de necessidades da população, que não são as necessidades dos estratos da habitação social, mas é no fundo, um programa mais amplo dirigido a outros estratos da classe média que necessitam de ter uma política que neste momento, não existe e não está ao dispor dos munícipes com a escala que necessitam. -----

----- Quero, em quarto lugar, referir a situação das praças. Este projeto que iniciamos é de extrema importância e é um projeto de natureza pública e o que nós pretendemos é mudar a visão e a forma como as pessoas utilizam e sentem a cidade, recolocando o espaço público no seu papel central que é como um elemento nuclear, identitário, fundamental da vida em cidade, é onde as pessoas circulam, se conhecem, se cruzam, onde convivem, onde têm momentos de lazer, onde podem ter atividades profissionais, é no fundo o espaço central onde se revela a vida em cidade. E mais uma vez, aqui, neste projeto, particular atenção estamos a dar nas soluções de acessibilidade para com a solução, para com as pessoas de mobilidade mais reduzida e nomeadamente, com a população mais velha, em que todos os materiais que são utilizados e as soluções construtivas têm em conta as necessidades e o nosso compromisso em melhorar a acessibilidade pedonal. -----

----- Aproveito também agora para esclarecer o Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira que relativamente aos Terraços do Carmo, a questão da acessibilidade estará resolvida para todos com a entrada em funcionamento do

elevador que a partir da Rua do Carmo servirá toda a estrutura dos Terraços do Carmo. É a solução possível dentro do contexto que não foi possível estar pronta na abertura dos Terraços do Carmo, mas que irá servir para resolver e para assegurar a acessibilidade pedonal plena de todos nesta área.-----

----- Quero em quinto lugar dirigir-me diretamente ao tema que aqui foi muito falado que é o tema das concessões. Espero ter sido claro na demonstração de que as concessões ocupam um lugar, são um instrumento da política do Município que estão muito longe de serem o instrumento principal ou central de vastíssimas áreas da política do Município, faço isso por uma questão de evidência de toda a ação, de todas as políticas desenvolvidas pelo Município, de facto, não é a concessão que corresponde ao elemento central de estruturação dessa política, mas também não fugimos a ela quando ela se revela a forma mais eficaz de prosseguirmos o interesse público.-----

----- Eu acho que nesta matéria nós não deveremos ter nenhum desenvolvimento de teoria geral, o desenvolvimento de teoria geral é aliás bem próprio de quem tem sobre esta matéria uma determinada visão ideológica muito fechada sobre todas as matérias. Eu acho que ele não deve ter, eu acho que o mérito deve ser avaliado caso a caso e circunstância a circunstância.-----

----- E vou começar pelo caso das piscinas.-----

----- É uma decisão que foi tomada no Executivo de que eu não fiz parte, e é o que eu tenho de rotular neste momento que está aos olhos de todos, que a decisão que foi tomada para a recuperação das piscinas municipais através de projeto de concessão, foi uma boa decisão. Foi uma boa decisão do Executivo, foi uma boa decisão da Câmara Municipal que permite que hoje piscinas emblemáticas da cidade, que estiveram aliás ameaçadas de fecho ou até com decisões de fecho em Executivos anteriores lá para trás, estão hoje reabilitadas, recuperadas, estão ao serviço das populações em condições económicas altamente vantajosas para as populações que as utilizam.-----

----- Foi assim que já demos a abertura da piscina dos Olivais, foi assim que já fizemos a abertura da piscina do Areeiro, é assim que agora lançámos a primeira pedra há poucas semanas da nova piscina do Campo Grande, e é assim, que neste caso deste programa esse processo de concessão foi um bom processo e um bom exemplo. -

----- É da mesma forma que defendo o processo relativamente ao Pavilhão Carlos Lopes. É a forma mais eficaz de fazer uma boa gestão de uma infraestrutura, que como todos sabem teve outros usos previstos, de ser a base do futuro Centro de Congressos de Lisboa. Não se concretizou dessa forma, mas esta opção do contrato que é feito, permitirá sem dúvida nenhuma a melhor, a mais rápida recuperação do edifício com uma melhor gestão ao serviço da cidade, mas também com um modelo financeiro que torna compatível aumentar os espaços de utilização.-----

----- E todos estes processos devem ser vistos caso a caso nos seus méritos.-----

----- Sobre a situação do Monsanto gostava de clarificar o seguinte. Não é verdade aquilo que aqui foi dito, não há nenhum processo de concessão e de construção para depois haver uma reflexão. Nós podemos discutir caso a caso os méritos de cada um,

agora o que se trata é de espaços que existem neste momento na cidade, espaços que existem neste momento em Monsanto, espaços que existem neste momento que estão degradados e fora da fruição pública e da intenção e da vontade de os recuperar e reabilitar, para os pôr ao serviço da cidade.-----

----- Podemos discutir e pode haver divergências sobre fazer ou não fazer, pode haver a divergência sobre cada caso concreto, há uma coisa que não se pode dizer, é que está a haver uma construção e uma abertura de novos espaços em Monsanto antes de um pensamento sobre a zona. Não, não é verdade, o que está a ser feito é a recuperação de espaços pré-existentes que precisam de recuperação da nossa cidade. -----

----- No mesmo sentido aliás, a intenção da Câmara em avançar relativamente ao espaço da Tapada das Necessidades, no que aliás não é uma inovação, visto que no mandato passado já ter havido esta tentativa e infelizmente não ter sido bem-sucedida.

----- Quero Senhores Deputados, Senhora Presidente e Senhores Deputados, espero não me esquecer de nenhuma questão, senão certamente poderei aqui voltar, de responder a algumas questões telegráficas de natureza mais particular que foram aqui colocadas. -----

----- Primeiro relativamente ao refeitório do Cemitério dos Olivais, referir que não houve nenhuma interrupção no serviço aos trabalhadores e à disponibilidade aos trabalhadores do serviço de refeitório. Convém não esquecer que nas proximidades temos um refeitório de grandes dimensões no complexo dos Olivais e que assegura esse serviço e a informação que tenho, corrigir-me-ão se não for assim, é que nenhum custo acrescido houve aos trabalhadores desta situação, que puderam utilizar esta infraestrutura.-----

----- E foi também e está em curso, a meu pedido, uma avaliação do funcionamento e do dispositivo relativamente aos refeitórios, saber se o que temos é de facto o mais adequado face às dispersões dos nossos recursos humanos e se dada a intenção que temos de concentrar os recursos humanos, reforçando os instrumentos de apoio aos trabalhadores, as infraestruturas de apoio aos trabalhadores nos núcleos centrais em que temos trabalhadores da CML, falo dos olivais, falo Campo Grande e falo da zona da Baixa, aliás, vamos discutir a seguir uma proposta nesse sentido, deve ser nesse quadro reequacionado o dispositivo de oferta de serviços aos trabalhadores. -----

----- Porque é uma preocupação grande que temos de assegurar a melhoria das condições de trabalho, porque não tendo nós ao dispor instrumentos de valorização salarial, de valorização profissional ou outros, é através da melhoria das condições de trabalho que assenta uma parte importante da política que nós defendemos de dignificação do trabalho e de melhoria das condições de vida para aqueles que têm a sua vida e dedicam a sua vida ao serviço da Câmara e da cidade.-----

----- Por último Senhora Presidente. Por último não, ainda a penúltima questão.-----

----- Relativamente à questão dos Bombeiros de Benfica, confirmar que é intenção que o acordo que existe relativamente ao museu é de que ele venha a ser localizado em Santo Amaro, junto ao Museu da Carris, no que creio que é uma ótima solução para o Museu dos Bombeiros, para o Regimento de Sapadores Bombeiros da cidade e também para a própria cidade. Acho que a oportunidade que temos de juntar esses

dois espaços museológicos vai potenciar em muito e alargar muito as possibilidades de conhecimento da cidade do grande e valioso espólio que o RSB e a cidade têm nesta área. -----

----- Relativamente ao quartel da Alta de Lisboa estamos em conversações com a SGAL, responsável pela Alta de Lisboa, havendo um acordo que a SGAL poderá realizar as obras relativamente à construção deste novo quartel na Alta de Lisboa, porque acho que este dispositivo é a peça mais importante para a eficiência do dispositivo do RSB. -----

----- Por último, relativamente à questão da Praça de Espanha, a decisão que foi tomada relativamente á Praça de Espanha. A Praça de Espanha, como é do conhecimento de todos, é uma zona cujo seu desenvolvimento se encontrou bloqueado durante várias décadas tendo como polo fundamental desse bloqueio o diferendo existente entre a CML, o Montepio e a Companhia de Seguros Lusitânia. Esse diferendo foi concluído e encontra-se concluído e finalizado, através de um trabalho muitíssimo intenso dos serviços da Câmara com os serviços dessas entidades, num processo que demorou vários meses a construir e que depois foi devidamente apreciado pelo Tribunal de Contas, em que permitiu a resolução desse diferendo com a consolidação da propriedade do Montepio e da Lusitânia do lado da Avenida de Berna e não do lado oposto, onde inicialmente estava colocado. -----

----- E essa decisão que veio 27 anos depois, precisamente 27 anos depois, a escritura foi assinada no dia em que se fizeram 27 anos desde a primeira escritura original, permite desbloquear a resolução de todo o desenvolvimento da Praça de Espanha. O que se seguiu? O que se seguiu foi um processo de diálogo muito intenso com os feirantes, com o mercado, com os utilizadores do mercado da Praça de Espanha, sendo posta duas possibilidades, a possibilidade de serem indemnizados ou a possibilidade de serem recolocados, num processo de diálogo que correu francamente bem e no qual a Câmara foi feita a opção por todos os ocupantes do mercado da sua saída através de indemnização. -----

----- A CML neste momento tem na sua posse, devidamente calendarizado de acordo com todos, as declarações de todos na aceitação dos valores da indemnização que foram calculados de forma justa, tendo em conta os períodos, aliás, de que muitos já tinham em mercados municipais ou em para-mercados municipais, nomeadamente no Martim Moniz, todo esse período foi tido em conta, foi chegado a acordo a uma solução. É um processo que está a correr bem, já se concretizaram a saída de alguns dos ocupantes desse mercado com as instalações a serem seladas, está calendarizado até ao final do mês a saída de outros e há manifestação por parte de um pequeno grupo de vontade de reingressar num novo mercado municipal. -----

----- Em tese, segundo uma visão estrita do regulamento não haveria direito a nenhuma escolha, haveria direito a uma escolha entre a recolocação num mercado ou recebimento da indemnização, como disse, todos assinaram a preferência pela indemnização e a concordância com os valores a receber. Mas estamos em diálogo, para caso a caso, avaliar cada uma das situações e assegurarmo-nos que este processo correrá de forma perfeitamente pacífica, em paz, em harmonia e sem nenhuma

perturbação, para uma vez concluído nos permitir o desenvolvimento alargado do projeto da Praça de Espanha.-----

----- Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa. Bom, relativamente à unidade de execução ela é conhecida os seus termos, corre o seu período e contaremos naturalmente com o contributo de todos para poder melhorar aquela proposta que a Câmara apresentou.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente era só para deixar aqui alguns esclarecimentos e dizer também que o que Senhor Presidente acabou de fazer ao questionar a legitimidade do Partido Ecologista os Verdes, neste debate sobre a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, acaba por tirar toda a importância que este debate deve ter, pelo menos no nosso entendimento, mas pelos vistos a Câmara não está a conseguir corresponder.-----

----- Dizer também que o Senhor Presidente deve estar completamente enganado ou distraído, porque desde sempre «Os Verdes» apresentaram-se a eleições, agora uma coisa é certa, «Os Verdes» vão a eleições da forma como entendem e como pretendem ir, não é da forma como o Senhor Presidente da CML entende ou como o PS entende.-----

----- Depois há também outra questão que é a presunção, é o Senhor Presidente achar que «Os Verdes» nunca tiveram um único voto, quando a legitimidade para «Os Verdes» estarem aqui é a mesma legitimidade que outros Senhores Deputados também terão, mas já nos tem vindo a habituar a esta história e estes argumentos. Porque a realidade é que normalmente quando não há mais argumentos, quando não há mais nada a dizer, ou quando se quer fugir a alguma questão que é colocada ou quando é levantada alguma questão um bocadinho incómoda, normalmente o argumento é este e questiona-se a legitimidade dos «Os Verdes».-----

----- Mas uma coisa o Senhor Presidente pode ter a certeza, é que «Os Verdes» não enganam quem vota nos «Os Verdes», não enganam quem vota na CDU e o mesmo já não se pode dizer do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bom, eu começo por dizer que o Senhor Presidente com certeza não quer aqui discursos de louvaminhas, intensos, ao longo de toda a sessão, com certeza quer ouvir as opiniões dos diversos eleitos e dos Grupos Municipais e portanto, obviamente que ouvirá posições, análises e propostas que estão contrárias àquilo que é a linha da maioria na Câmara Municipal e só temos que estar, digamos, democratas e calmos perante as situações diversas.-----

----- Bom, e esta questão eu já não a ouvia há muito tempo, que se põe em relação à legitimidade dos Verdes nesta Assembleia, na Assembleia da República, em qualquer Autarquia e poder que exerça é uma questão que já não ouço efetivamente e pensava eu que já não se repetiria, mas afinal de contas há sempre qualquer coisa lá no fundo que vai trair o essencial e o melhor, e foi de facto um mau momento do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Até porque sabe perfeitamente que na lista do Partido Socialista foram incluídos independentes que exercem aqui e são respeitados como Deputados de inteiro direito nesta Assembleia e Vereadores também, portanto, passemos por cima dessas questões e vamos ao essencial, a questão das piscinas.-----

----- A Piscina de Campo de Ourique foi construída num terreno que o então Presidente Santana Lopes queria vender e foi o movimento popular, foi esta Assembleia, foi a Câmara que digamos que de certo modo travou essa intenção e construiu-se uma piscina, que funcionou de facto naquela zona para as populações que nunca tinham tido acesso sobretudo e isso é que era de facto importante analisar e eu tive uma neta lá durante bastante tempo e, portanto, vi bem como era essa realidade do usufruto dos espaços municipais.-----

----- Mas não é esse o caso quando se passa para outras entidades e hoje já não são municípios, são clientes e eu sei como são tratados os clientes das piscinas, sabemos obviamente e até por trabalho feito nesta Assembleia que os preços não aumentaram, enfim, por aí, mas há uma dificuldade que resulta de não havendo intervenção municipal, e aí é que está de facto a questão da mecânica das coisas, não havendo intervenção municipal, não sentindo o Município, não sentindo a Junta de Freguesia obviamente que as populações mais carenciadas e com mais dificuldades terão, digamos, mais reservas, digamos assim, e mais dificuldades em fruir e é aí a questão nodal que nós referimos quando a Câmara opta pela privatização seja do que for, é que se põe a questão, como se põe agora no Pavilhão Carlos Lopes, que é como vimos no documento que finalmente foi enviado pela Associação de Turismo, preços que se aproximam perigosamente dos 10 mil euros por dia na utilização, está lá escrito! Fizemos as contas, analisámos e iremos falar disso.-----

----- Quanto ao Plano de Pavimentação, Senhor Presidente, nós falámos das prioridades, que era uma questão que íamos colocando aqui, e as prioridades, está bem, agora remete-nos para o site, pronto, a gente vai estudar o site e vai ver de facto os caminhos que estão a ser prosseguidos pela Câmara, mas são, como disse e muito bem empreitadas de grande dimensão e obviamente que no meio disto estão empresas e obviamente que tem que haver uma direção do Município, só desejamos que essa direção seja de facto orientada para respostas efetivas à cidade de Lisboa, porque é uma questão de vários anos, estamos a sofrer as consequências da não intervenção durante muitos anos na cidade de Lisboa e, portanto, é bom que ela se resolva corretamente, etc..-----

----- Finalmente a questão da habitação, sabe que nesta Assembleia houve sempre posições, que é o caso do PCP e na Câmara Municipal que a Câmara Municipal, o Município de Lisboa deveria utilizar território municipal para criar condições para a construção de habitação que de facto atraísse os jovens e até, digamos conservasse em Lisboa aquelas populações mais carenciadas, todos aqueles que mais novos ou mais velhos são obrigados a sair de Lisboa cada vez para mais longe e não encontram aqui de facto condições para poderem viver, é disso que falamos e é para aí que devíamos apontar.-----

----- A EPUL fez aqui em determinadas fases um trabalho excelente, foi extinta! Então é preciso criar formas de enlace e nalguns planos de pormenor, nomeadamente as Amoreiras, e eu lembro-me perfeitamente da nossa intervenção no sentido de nalgum território municipal ser construída, em acerto com intervenientes, enfim, as empresas, de construção de habitação mais baixa, mas isso não foi consignado e agora vêm os terrenos da Feira Popular e lá irá a habitação a 5 mil euros, conforme foi dito aqui e ninguém desmentiu o metro quadrado!-----

----- Ora bem, isto é fazer Lisboa para quem? Não é obviamente para os lisboetas, os que têm mais dificuldades, os jovens, etc., é para gente que tem muito dinheiro e daí a diferença da perceção que nós temos em relação à política para a cidade de Lisboa e quanto a isso haverá naturalmente sempre divergências, haverá porque a opção de classe é aquela que é, o PCP é o que é, o PS é o que é, o PSD, etc., etc. e etc., e portanto teremos sempre matéria para discutir porque na realidade enquanto houver matéria há contrastes e há contrários e, portanto, continuaremos a debater! Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Oh Senhora Deputada Cláudia Madeira, eu não questioneei, nunca questioneei e em seria questionável qualquer legitimidade dos Verdes ou da Senhora Deputada em particular, não o fiz nem nunca o faria! Senhora Deputada, se me ouvir um pouco com atenção verá que não o fiz, não o farei, não o fiz no passado, não o faço, não o farei no futuro porque isso não está nada mais longe da minha forma de estar nem de debater! -

----- Eu acho que cada um de nós tem um mandato e o que procuramos fazer é interpretar a nossa visão com o que é o sentimento das populações e aqui a Senhora Deputada Municipal tem a sua, o Senhor Deputado Modesto Navarro tem a sua, mais próxima um do outro do que da minha, naturalmente, eu terei a minha, cada um dos eleitos nas suas responsabilidades tem a sua visão!-----

----- Eu tenho uma visão da democracia e do combate político de que todos estamos aqui para servir as populações e todos estamos aqui para servir as populações com a diversidade das nossas opiniões sobre a forma como servem as populações e por isso eu nunca poderia questionar a sua legitimidade porque isso nunca me passaria sequer pela cabeça, porque acho que a Senhora Deputada Municipal faz o melhor nas suas convicções a partir do seu ponto de vista para defender as populações, na sua interpretação.-----

----- A única coisa que eu fiz é que eu reagi quando a Senhora Deputada com bastante soberba, desculpe que lhe diga, quando afirma e cito “os interesses da Câmara e dos privados que raramente vão de encontro aos interesses das populações”. Não Senhora Deputada Municipal, essa é a sua interpretação! E a Senhora Deputada não tem nem mais um crédito do que o meu ou qualquer um dos eleitos para fazer a interpretação do interesse das populações, não se queira sobrepor! Ponha-se no seu lugar de democrata, como eu me ponho no meu, que é de discutirmos opiniões diferentes!-----

----- Agora fazer a afirmação, permita-me que lhe diga, até porque sei bem porque é que a faz, porque a Senhora Deputada faz essa afirmação, não é? Porque já não tem

mais nada para dizer! E como não há mais nada para dizer sobre as matérias de fundo, em que todas as matérias de fundo o fundamental, o que tem é uma intervenção da Câmara centrada sobre o conjunto de prioridades da cidade e aliás com os recursos utilizados e as políticas são de natureza pública, aliás, a sua crítica e o seu ponto de vista nem sequer vão ao alvo de nada de central da que aqui falamos, nada!-----

----- Bom, não havia mais nada para dizer, a minha reação é só esta, não é sobre a sua leitura, a sua legitimidade que é total, que é neste caso diferente da minha porque foi eleita para a Assembleia e eu fui eleito para a Vereação, mas podia ser exatamente igual, mas tem a mesma legitimidade do voto popular, tudo isso não é questionável! Só é questionável é alguém tentar sobrepor a sua à do outro e nós podemos ter interesses e visões diferentes sobre servir a cidade, agora há uma coisa que eu não lhe questiono em si, mas que também não admito que questione em mim, é que cada um de nós procura com as suas diferentes visões fazer o melhor para a cidade de Lisboa! --

----- Senhor Deputado Modesto Navarro, quero esclarecer-lhe o seguinte, sobre o Plano de Pavimentação as prioridades foram estabelecidas de duas formas, em primeiro lugar perguntando às Juntas de Freguesia o que é que entendiam que fosse, que eram, consideradas as três ou quatro intervenções prioritárias, e em segundo lugar uma intervenção ou diagnóstico feito a partir do diagnóstico dos próprios Serviços da Câmara, nomeadamente em áreas de natureza mais estruturante que as vias pudessem não ter identificado mas que tinham um papel central para esse desenvolvimento, agora é um Plano e por isso é este diálogo entre as Juntas e o conhecimento do território e a sensibilidade no fundo da importância social das intervenções com uma outra avaliação mais técnica sobre vias que possam não ter sido identificadas que se faz o casamento e o desenvolvimento do Plano, que pode ser alterado!-----

----- Vamos lá a ver, o que nos interessa aqui é lançar uma dinâmica, uma dinâmica de fundo para a recuperação da cidade e dos pavimentos da cidade, mas que deve ser feita com a adaptação que o tempo exigir e no modo e na forma como for mais apropriado e sempre num regime de grande transparência. -----

----- A informação disponível está no *site*, as alterações vão sendo publicadas e trimestralmente apresentaremos também através da comunicação social a toda a cidade do andamento deste Plano. -----

----- Muito obrigado”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Encerramos este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Conforme eu tinha dito no início da reunião, há um agendamento pedido pelo BE, que tem um número 1ª e que é um aditamento à ordem de trabalhos e é um debate da atualidade sobre “Concurso para a concessão da exploração de parte da Quinta da Pimenteira e de outros edifícios e equipamentos situados no Parque Florestal de Monsanto e respetivo processo de licenciamento urbanístico”.-----

----- Este debate tem prioridade sobre todos os restantes pontos da ordem de trabalhos, à exceção do que acabamos de fazer, pelo que vamos, de imediato, entrar nesta fase do debate. -----

----- Lembro aos Senhores Deputados qual é a regra regimental para estes debates da atualidade. A grelha é sessenta minutos máximos, cinco minutos para o partido interpelante, neste caso, o BE, cinco minutos para todos os Grupos Municipais, e Deputados Independentes, e cinco minutos para a Câmara. -----

----- Irei dar a palavra ao BE para apresentação da questão, e depois veremos quem é que se inscreve.” -----

----- **1 A – DEBATE DE ATUALIDADE REQUERIDO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA SOBRE O “CONCURSO PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE PARTE DA QUINTA DA PIMENTEIRA E DE OUTROS EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS SITUADOS NO PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO E RESPETIVO PROCESSO DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO”, AO ABRIGO DO ARTIGO 49º, DO REGIMENTO; GRELHA K – 60 MINUTOS.** -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “O Senhor Presidente acabou, na sua última intervenção, por dar o mote para este debate. Abordou a questão das concessões e é exatamente, sobre isso que marcámos este debate de atualidade. -----

----- Disse-nos o Senhor Presidente que não é prática comum recorrer às concessões no município, e ainda bem que não é, temos muitos exemplos que isso não é uma boa prática e é sobre um desses exemplos que queremos falar e que marcámos este debate de atualidade. -----

----- Disse-nos, também, que não devemos ter preconceitos ideológicos, eu espero que no final, depois de esbatidos os argumentos, não seja fechado o debate com o epídoto dos preconceitos ideológicos porque isso ajuda pouco à clarificação e ao debate. -----

----- Na passada quarta-feira, na Câmara Municipal de Lisboa, na reunião de Câmara Municipal, foi debatida, foi lançada a Proposta nº 504/2015, sobre o pedido de licenciamento das obras de alteração e ampliação da Quinta da Pimenteira. A discussão, tanto quanto sabemos, foi adiada, e achamos que ainda bem que foi adiada.-

----- Desde a primeira hora que o BE tem-se oposto a este processo. Achamos que é um processo absurdo e inaceitável. Achamos que instalar uma unidade hoteleira com muito mais do que cem camas no coração verde da cidade, em Monsanto, não é uma boa opção para quem quer valorizar aquele espaço e quer devolver aquele espaço à cidade. -----

----- A concessão, como se recordam, foi adjudicada no ano passado, a vinte de novembro, e é o primeiro de todos os disparates deste processo. -----

----- Como se recordarão, em agosto do ano passado, o executivo decidiu entregar, por vinte e cinco anos, mais cinco de opção, portanto no total estes imóveis e estes espaços podem estar trinta anos fora do domínio municipal, fora da autoridade municipal, e os espaços são; a Casa do Presidente, imaginem a simbologia que é este espaço, Quinta da Pimenteira que são muitos edifícios e mais de 53000 m2 de terreno, o Moinho do Penedo com os famosos campos de basquete duas casas de função. -----

----- Portanto, por todo este património a Câmara Municipal concessionou por dois mil e seiscentos euros por mês, durante vinte e cinco anos, sendo que nos primeiros três anos como incentivo ao investimento, o concessionário só paga mil euros por mês, ou seja, quando o próximo executivo municipal assumir funções, em 2017, terá vários imóveis seus, estes, e vários hectares de terreno caucionados e arrendados por mil euros por mês, incluindo, a Casa do Presidente.-----

----- Como se recordarão, este concurso foi lançado em julho de 2014, e a empresa que concorreu, a única empresa que concorreu, não existia nessa altura, foi constituída um mês depois com um capital social de cem euros. E portanto, num concurso onde estão bem definidas as regras no caderno de encargos, em que a solidez financeira do projeto é um dos fatores preponderantes para a decisão de adjudicação, não deixa de ser caricato que se adjudique por vinte e cinco anos dezenas de milhares de metros quadrados, em Monsanto, e inúmeros edifícios, incluindo a Casa do Presidente a uma empresa cujo capital social é de cem euros. -----

----- Como se recordarão, também, o BE trouxe desde a primeira hora, este tema a esta Assembleia Municipal e quis discutir este tema. Apresentou dois requerimentos, um dos quais a dezoito de março, e que passados seis meses ainda estamos a aguardar resposta. Também, a cinco de maio, e porque não tínhamos respostas, interpelámos a Câmara na sessão de perguntas, nesta Assembleia, para voltarmos a pedir essa documentação, e foi-nos prometido que seria entregue, de imediato, mas continuamos sem receber.-----

----- Na passada quarta-feira foi agendada, em reunião de Câmara, a proposta para licenciamento destas obras, na Quinta da Pimenteira. Este licenciamento tem inúmeros problemas, tem uma concessão de quatro espaços distintos, e sabemos, diz-nos o processo de concurso e a adjudicação, que tem de ser tratados todos por igual e todos ao mesmo tempo. É curioso que o concessionário só apresente um projeto de licenciamento para a Quinta da Pimenteira violando as regras do concurso. -----

----- A segunda questão relaciona-se com a informação do serviço, emitida em julho de 2015, portanto há dois meses. Em primeiro lugar, requer quatro pareceres consultivos, o ICNF, o INAG, o DMP, a estrutura consultiva. Dos últimos três nenhum apareceu, não sei se já existem, se existirem, gostaríamos de o ver. O que existe é de quatro de julho de 2014, ou seja, na altura antes do concurso, pedido pela Câmara Municipal, onde é relevante registar que o que foi apresentado a este Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas não é exatamente, o que está agora a propor-se a licenciar, e portanto, no programa de procedimento apresentado no ano passado, a este instituto referia-se, e cito; “por intermédio do presente concurso, pretende-se à reabilitação e à reconversão de alguns edifícios e equipamentos e construções, atualmente, existentes”. Reabilitar e reconverter, portanto, o que temos agora, diz-nos a informação do serviço, são demolições integrais e 3500 m2 de construção nova, contrariamente o que disse à pouco o Senhor Presidente Fernando Medina, em que diz que não há construção nova. Há sim senhor, e são 3500 m2 como diz a informação. E esse é o problema principal. -----

----- A informação refere, ainda, na página 326, a execução de obras de demolição integral e construção do edificado em vários edifícios, um deles, é atualmente, uma estufa viveiro e a proposta prevê a sua demolição integral e construção de um edifício novo a que o promotor chamou de “Estufa Hostel”. E, portanto, os serviços dizem, e muito bem, que aqueles espaços ali estão previstos no PDM como espaços verde recreio e produção consolidada, o que não prevê, dizem eles, a possibilidade de instalação de um alojamento local. Senhores Deputados, entendemo-nos bem, uma estufa é uma estufa, uma “Estufa Hostel”, não é uma estufa, é um Hostel e portanto, não é isto que está previsto no PDM. -----

----- Concluindo, isto passa-se também, para três lojas de uso terciário em que a informação reitera que não está previsto no PDM, e portanto, viola o PDM.-----

----- Concluindo, este processo tem a enferma de vários problemas relacionados com a transparência, e o BE desde o início, que tem alertado para este problema. O BE continua a reclamar a documentação, continua a aguardar passados seis meses, continuamos com a convicção de que este é um processo muito pouco transparente desde a sua fase de concurso até ao presente momento, e continuamos a acreditar que Monsanto é um espaço verde único na capital, numa capital europeia como Lisboa, e que deve ser defendido da voracidade dos negócios imobiliários e turísticos. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa está a tomar a opção errada e a prejudicar o interesse público.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apenas uma intervenção curta, porém, em apoio muito firme às posições aqui expressas pelo BE, por seguirem fielmente as posições da Plataforma por Monsanto. --

----- Esta Assembleia já definiu em termos inequívocos, o estado de “tolerância zero”, para quaisquer novas construções em Monsanto e que foi aprovada por unanimidade e aclamação, nesta Assembleia. Portanto, novas impermeabilizações no Palácio das Pimenteiras, a destruição de viveiros e de vida vegetal natural no recinto do palácio e em locais anexos, não podem, nem devem ser admitidas. Não se admite a descaraterização nem a impermeabilização às custas das ânsias de protagonismo do Senhor Vereador Sá Fernandes, nem sequer a construção nova, sejam os tais 3500 m2, ou mais, ou mesmo, menos. Não se pode privatizar, por forma direta, ou indireta, ou conceder para, direta, ou indiretamente, mais tarde privatizar. Não se pode tocar em Monsanto para além da mera manutenção, e a Câmara deve abster-se de ações que pretendam proceder em contrário. Assim, definiu esta Assembleia Municipal no uso das suas competências. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PS vai debater, por achar que é mais importante, o mérito da proposta. -----

----- E dizer que quando apontam que o espaço deveria ser fruído pela comunidade, e que ele hoje, não é, dizer que não o sendo, passará a ser, e portanto, esse é desde logo o principal mérito desta proposta. Será dotado de um restaurante, será dotado de um

bar, de uma esplanada, e isso parece-nos desde logo, num espaço que estava abandonado algo que devemos destacar. -----

----- Dizer que também a criação de 4500 m2 de nova construção, ou solo impermeável, é em si, a menos que não tenham lido a proposta e o projeto, a pura demagogia, não podemos estar a falar de nova construção quando a mesma é feita sobre o terreno onde já tínhamos outra coisa construída. Não analisaram, por isso, que esta foi feita sobre solo que já era impermeável, e aqui refiro-me às declarações que prestaram ao público e que também cumpre esclarecer aqui, e que surgirão por outro lado, novas zonas permeáveis na reabilitação, por exemplo, das estufas, dizendo por isso, que o saldo em termos urbanísticos é claramente, positivo.-----

----- Dizer também que temos a recuperação da casa, temos a recuperação do balneário dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, que é importante e que é, também, uma preocupação do executivo municipal e de todos os deputados desta casa, e também, a recuperação das duas estufas.-----

----- Para além disso, temos um projeto de ecoturismo que já foi aprovado pela Autoridade Nacional da Floresta.-----

----- Dizer também, por parece-me que aí praticam demagogia, que uma concessão não é uma alienação e portanto, há aqui uma grande diferença, quando estamos a falar de concessão quer dizer que quando terminar o prazo da mesma todos sabemos o que é que irá acontecer ao bem agora intervencionado. -----

----- Dizer que vamos ter pela parte dos privados, um investimento de cerca de três milhões e oitocentos mil euros, com a manutenção de uma estufa e a criação de uma renda para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, e analisando esta questão de uma forma objetiva, temos um espaço que está degradado, que está abandonado, que vai ser recuperado e que ainda, vai gerar receita para o município. Criticar à partida uma intervenção deste género, é um exercício de alguma imaginação mas que nós louvamos.-----

----- Dizer que o balanço é fácil e que se pode fazer da seguinte forma: -----

----- Para além de trazermos novos tipos de turismo e de turistas para a nossa cidade, vamos gerar aqui uma diferenciação no tipo e na qualidade de turistas e turismo que temos.-----

----- Quando temos discutido o problema do turismo em Lisboa, parece-me que esta é a resposta que a Câmara Municipal dá no âmbito desse debate.-----

----- Esta proposta contorna o conceito de turismo de massas, mostrando uma outra zona de Lisboa, à cidade e ao mundo. -----

----- Terminando dizendo que dos anos que já levo desta Assembleia Municipal tenho reparado que sempre que se fala de Monsanto todos rasgam as vestes, e vêm aqui para cima fazer discursos muito inflamados. E é importante que todos nós nesta casa e a Vereação da Câmara se mentalize de uma coisa, Monsanto não é um “bunker” para nós discutirmos em assembleias. Monsanto é uma zona nobre da cidade que daqui em diante, e cada vez mais, tem de ser gozada por Lisboa, pelos lisboetas, pelos turistas e pelo mundo.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PEV considera que este é um assunto bastante pertinente. Aliás, “Os Verdes” têm alertado para a necessidade de fazer um debate específico sobre o Parque Florestal de Monsanto, tendo apresentado uma Recomendação no sentido de a CML promover esse debate público alargado, tendo sido aprovada por unanimidade em Abril passado. Até á data a CML ainda não o promoveu, apesar de ter anunciado com pompa e circunstância que o faria em Setembro. -----

----- Seria sensato, pensamos nós, que não houvesse propostas do executivo camarário referentes a licenciamentos de novas construções em Monsanto até à realização deste debate. -----

----- É preciso recordar que uma vasta área do Parque Florestal de Monsanto já se encontra alienada e construída, muitas vezes sob o pretexto de utilidade pública, através de meros despachos, ou mesmo suspensão do próprio Plano Diretor Municipal, ações estas que tem contribuído para que o parque atualmente compreenda uma área ocupada de cerca de 100 campos de futebol.-----

----- E eis que nos encontramos, mais uma vez, a discutir alterações de usos de solo, resultante de processos de concessões a privados de espaços em Monsanto. -----

----- Agora a CML prepara-se para permitir novas construções e usos numa propriedade municipal no Parque Florestal de Monsanto, nomeadamente a Quinta da Pimenteira, que possui uma área de 53 mil metros quadrados e onde se localiza um viveiro municipal.-----

----- Estamos a falar de obras de alteração e ampliação neste terreno municipal para a instalação no local de um hostel, com capacidade máxima de 120 camas, distribuídas por 39 unidades de alojamento, com salas de tratamento (SPA), ginásio, um restaurante, três lojas e um bar de apoio à tanque/piscina, além da construção de raiz de um edifício para alojamento turístico numa área ocupada por um viveiro municipal. -----

----- Este projeto implicará um aumento da superfície de pavimento de quase 3500 metros quadrados em pleno coração do Parque Florestal de Monsanto.-----

----- Ou seja, os privados pretendem converter áreas ambientalmente protegidas e sensíveis para outros usos e instalar unidades hoteleiras que vão aumentar a carga e a intensidade de utilização. -----

----- “Os Verdes” lamentam que a Câmara Municipal de Lisboa, contra todas as recomendações aprovadas nesta Assembleia Municipal, continue a apresentar propostas que delapidam o Parque Florestal de Monsanto, contrariando a política de proteção e preservação que deverá ser desenvolvida. E que, por outro lado, não tenha feito diligências no sentido de promover um debate público alargado em Setembro, como afirmara publicamente em Maio passado. -----

----- A Câmara não pode continuar a ver em Monsanto, o pulmão da cidade, como um banco de terrenos para projetos de índole privada. E não o pode continuar a fazer sempre às escondidas, sem que ninguém saiba de nada até aparecer uma notícia como se já estivesse tudo decidido.-----

----- É impensável que haja esta concentração de interesses de privados em pleno Parque Florestal, protegido por lei e onde a preservação e a proteção da natureza devem ser uma prioridade.-----

----- A pergunta que se impõe é: o que anda a Câmara Municipal de Lisboa a fazer a Monsanto? Já se viu que a concessão de vários espaços e edifícios no Parque Florestal de Monsanto não protege o interesse da cidade nem dos lisboetas.-----

----- É que esta história de o Sr. Vereador dos Espaços Verdes dizer que esta concessão é um “bom exemplo de como a autarquia pode ter parcerias com privados, sem custos para a câmara e com benefícios para todos” é completamente mentira.-----

----- Para “Os Verdes”, este projeto de licenciamento deve ser indeferido para que se preserve Monsanto, para que este espaço se mantenha disponível para todos. É preciso acabar com esta venda a retalho.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vitor Goncalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O PSD está naturalmente, de acordo com esta posição assumida pelo BE, e está de acordo porque esta Assembleia, muitas vezes, se pronunciou sobre a necessidade de preservação do Parque Florestal de Monsanto. É o pulmão da cidade que tem sido alvo dos mais variados apetites no sentido de vir a ser utilizado das formas mais variadas e até, tem havido, por parte desta Assembleia, uma rigorosa posição no sentido de defender aquele espaço verde.-----

----- A Quinta da pimenteira é um viveiro, um viveiro onde, naturalmente, nascem espécies que são importantes em termos da sua produção.-----

----- É um espaço verde de recreio consolidado, de acordo com o artigo nº 50, nº 1, do PDM, e só isto inviabiliza a construção como já aqui foi referido por oradores antecedentes. Permite restaurante, permite esplanada, permite algumas coisas mas não permite que se construa hotéis, tanto mais que alguns deles são para serem construídos em cima de zonas que são utilizadas como estufas, e depois chamam-lhe o “Estufa Hostel”. Vão lá ser construídas cento e vinte camas, vai ter uma pressão de utilização naquela zona que é delicada de centenas de pessoas, e eu acho que o dinheiro não justifica tudo, eu acho que esta ambição de fazer dinheiro a todo o preço, que este executivo tem, não justifica tudo. E se o Senhor Presidente há pouco, disse e bem, que há situações que devem ser discutidas, devem ter um debate alargado, mesmo um consenso generalizado sobre aquilo que é a intervenção da Câmara na cidade, esta é uma delas. Monsanto merece um debate alargado, merece que todos decidamos sobre ele porque pouco a pouco ele vai desaparecendo. E não é mal deste executivo, pode ser do próximo, do outro e do outro, não estou a falar de ninguém em especial, esta ânsia de fazer dinheiro a qualquer custo.-----

----- E depois dizem que a concessão não é privatização. Então e os transportes públicos já é privatização? Só são quando serve? Como diz o PS, só são quando servem os interesses do Partido Socialista com privatizações, e quando são os outros, já são? Temos que ser sérios no debate. Isto toca a todos.-----

----- E portanto, o que eu acho é que este processo deveria ser suspenso até que houvesse o tal debate alargado que foi proposto, e que se fizesse uma reflexão profunda sobre aquilo que queremos para o Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Isto não é salvar o Parque de Monsanto. Isto é fazer dinheiro à conta do Parque de Monsanto, e à conta da situação privilegiada que o Parque de Monsanto tem. Acredito que em termos de oferta turística é ótimo ter ali um hotel. Mas, a pressão que isso vai causar de carros e de pessoas...cento e tal camas não é assim tão pouco., sobre uma zona sensível como aquela. Meditem sobre isso. E que tanta vez reclamam, o espírito da esquerda, isto é o quê? Isto é a direita mais agressiva que pode existir. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós queremos acrescentar aqui algumas breves notas, nomeadamente, que esta proposta vai contra aquilo que está definido no PDM, e gostaria, também, de reforçar aquilo que já aqui foi falado, quer pelo PEV, quer pelo BE, quer também pelo PSD, que para nós, Monsanto não é nenhuma “vacina sagrada”, aliás, isto já foi discutido no tempo do Dr. Pedro Santana Lopes, no entanto, parece que se criou aqui um tabu à volta de Monsanto. Monsanto precisa de ser explorado mas é importante perceber muito bem o que é que se quer de Monsanto. Para nós Monsanto deve ser preservado enquanto parque florestal que é. No entanto, é preciso perceber o que se quer para ali, e para nós falta muito planeamento para Monsanto. -----

----- Era só esta nota que queria reforçar. De facto, esta proposta carece de muito planeamento para esta zona de Lisboa. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É uma intervenção simples e direta. -----

----- Naturalmente, que concordamos com a generalidade das denúncias e dos alertas que foram aqui lançados, e lembramos que nós, os Vereadores do PCP na Câmara, já votaram contra esta proposta, e votaram contra tudo que seja pôr em causa, naturalmente, o património do próprio município incluindo, naturalmente, Monsanto. -

----- Esta é uma questão de princípio que temos vindo a defender ao longo do tempo porque também defendemos noutras áreas. E lembro as áreas da saúde, da educação, e lembrar aqueles que ainda, não têm experiência disso, o que são essas concessões, como foi nos hospitais e outros, é de verificar que elas acabam mal logo de imediato, ou mais tarde, ou mais cedo, vem o Tribunal de Contas dizer que não há vantagem nenhuma, só teve prejuízos, e depois está, naturalmente, o assunto arrumado. Digamos que não é uma questão ideologicamente, por oposição como alguns costumam dizer que não sabem o que estão dizendo. Isto é uma posição de classe, estamos a favor de um setor, de uma perspetiva popular e, por isso, tem ideologia como tem as outras, não há aqui nenhuma proposta sem ideologia. Agora digamos que há ideologia de direita e ideologia de esquerda, entre outras variantes de cores. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vou ser breve até porque não tenho muito tempo, questionar apenas onde é que o património municipal está a ser colocado aqui? Porque é uma acusação que foi colocada em causa, foi uma acusação que foi feita aqui e que eu não percebi.-----

----- Aquilo que eu vejo nesta proposta é a reabilitação do património municipal, sem custos para a Câmara Municipal de Lisboa, revertendo, mais tarde, para a Câmara Municipal de Lisboa já depois de recuperado, sendo que, ainda por cima, depois deste tempo, para além da reabilitação que é feita do património com investimento privado de três milhões e oitocentos mil euros, a Câmara Municipal tem ainda uma renda que poderá usar de outras formas.-----

----- Dizer que também que fomos acusados aqui de falta de planeamento relativamente a Monsanto, mas o que é que esta proposta tem de fundo que exija planeamento? Não está a ser feita construção de raiz. O que existe já está construído, e infelizmente, está degradado, está estragado, e esta proposta a única coisa que visa fazer é reabilitá-lo, é torna-lo novamente, útil para a cidade, para os lisboetas e para o mundo, e dizer, por isso, que aqui não há ideologia de esquerda, não há ideologia de direita, aqui há uma boa gestão do planeamento da Câmara Municipal de Lisboa, e há uma boa reabilitação daquele que é o seu património, e por isso o Grupo Municipal do Partido Socialista saúda a boa gestão que a Câmara Municipal faz.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A primeira coisa para esclarecer esta matéria é que existe um Plano de Gestão Florestal que foi aprovado por esta Assembleia Municipal, onde se prevê claramente, que deve haver ecoturismos em Monsanto.-----

----- Feito isto, aprovado em Assembleia Municipal, onde é que deve ser feito o ecoturismo em Monsanto? Nos sítios onde há construção. E onde é que há sítios em construção que são propriedade da Câmara? Poucos. Um deles é precisamente, a Quinta da Pimenteira.-----

----- Quinta da Pimenteira, um viveiro que irá continuar a ser viveiro. O serviço que é prestado como viveiro vai continuar a existir mas em muito melhores condições, melhores condições não só do viveiro em si mesmo, que não é afetado uma vírgula, um metro quadrado, com esta proposta que está aqui em discussão, como vão ser recuperadas estufas que estão todas destruídas, neste momento, e que não têm qualquer, só uma ou duas em que têm uso, e essas vão ser reconstruídas, e vão ser construídas novas estufas com muito melhores condições para aquilo continuar a ser um viveiro.-----

----- Em relação ao viveiro, vamos ter um viveiro com muito melhores condições e principalmente, com muito melhores condições para as pessoas que trabalham no viveiro, porque vão ser reconstruídos balneários, um escritório, e que hoje é uma

verdadeira miséria o que está lá, e que há mais de trinta anos que aquilo está assim. Portanto, em relação ao viveiro estamos esclarecidos. -----

----- Em relação ao ecoturismo, convém dizer que o ecoturismo estava previsto, repito, no Plano de Gestão Florestal, e que ele vai impermeabilizar zonas. Ao contrário do que aqui foi dito, invés de se estar a impermeabilizar mais espaço, não, vai-se impermeabilizar porque uma parte da ampliação do edifício que é de habitação, e o PDM permite que os sítios de habitação sejam, considera que sejam de alojamento local, e vai ser essa ampliação feita numa estufa em cimento, que está toda destruída, que não é estufa nenhuma, e essa ampliação vai ser feita para construir os quarenta quartos. Falamos em cento e vinte camas que são quarenta quartos, quarenta quartos, como conhecem os hosts, cada quarto tem três camas. -----

----- E portanto, em relação à construção nova, a construção nova existe e está permitido pelo PDM, e que esta seja feita em sítios que já estejam impermeabilizados. Mas esta proposta vai mais longe porque vai impermeabilizar muitos outros sítios. ----

----- Em relação à renda, façam as contas, investimento de quatro milhões de euros, isto por trinta anos, mesmo considerando os trinta anos, e mesmo considerando os vinte e cinco anos, dá uma renda de onze mil euros por mês. É uma boa renda, portanto, fora a renda que têm de pagar. É fazerem as contas, quatro milhões de euros de investimento dividam-no por trezentos e sessenta meses, e vai dar onze mil euros. Não é uma renda barata, e acresce àquela renda que têm de pagar por via do concurso. -----

----- Se vai dar prejuízo aos senhores, não sei. Eu quero é respeitar o Plano de Gestão Florestal, e quero que haja a reconstrução de um edifício que está hoje, podre, e está podre há trinta anos, e que é um viveiro que está podre e não tem condições nenhuma para os trabalhadores, e que eu quero que seja melhorado. -----

----- Último ponto entre a esquerda e a direita, meus caros amigos há uma grande diferença entre uma concessão, e a concessão é uma concessão do serviço público, a concessão de obras públicas ou uma concessão de exploração. Aliás, os diplomas que os regem são completamente diferentes, um é pela contratação pública, e outro é por aqueles de uso privativo e da concessão de exploração. E aqui tratamos de uma concessão de exploração de um edifício que hoje, que hoje não serve de viveiro, estamos a falar de edifícios que não são viveiros, não servem de nada, eram sítios de habitação, não servem para nada, está tudo completamente, destruído e portanto, é bom que haja um privado que explore esta matéria. -----

----- Em relação ao serviço público, podemos considerar que seja um viveiro, ele mantém-se na Câmara, e com muito melhores condições. -----

----- E já agora, para falar, também, de esquerda e direita, quem é que manteve e quem é que não votou a favor da tirada do Clube de Tiro do Monsanto, durante anos e anos, que o apoiou e que era vedado o acesso a quase todas as populações, a toda a população de Lisboa ao Clube de Tiro, quem é que o apoiou e quem é que não votou quando eu apresentei uma proposta na reunião de Câmara para que o Clube de Tiro saísse de Monsanto? Pois foi, foi o PCP, o de esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para clarificar algumas questões. -----

----- O BE apresentou este debate de atualidade, e leu com atenção a documentação e não falámos sobre números e condições deste licenciamento. E portanto, na informação dos serviços é muito claro quando diz que; “no que concerne aos usos admitidos nos termos do nº 1, do artigo 50º do PDM, os usos previstos são de espaços verdes, recreio e produção consolidada. Pode integrar equipamentos coletivos, infraestruturas, etc., o que nos parece não prever a instalação de um estabelecimento de alojamento no local em apreço”, dizem os serviços. Depois continuam; “no que concerne às três lojas localizadas junto ao restaurante, verifica-se que esta utilização, terciário, não se encontra elencada na norma que regula os usos admitidos para esta classe de espaço...”, e continuam; “... a Estufa Hostel, o edifício de apoio Hostel, considera-se, salvo melhor opinião, que a possibilidade de integração de uso habitacional não se encontra contemplada nas regras para a classe de espaço supra referida”. -----

----- E por último, sobre a questão da construção nova, e para que não haja dúvidas, os serviços referem; “importa referir que de acordo com a ficha de elementos estatísticos apresentada pelo promotor, é proposto e sublinham, um acréscimo de superfície de pavimento de 3494,11 m2.” Portanto, existe, ela está prevista, diz o promotor, e dizem os serviços. -----

----- De todas as intervenções que foram feitas sobre este tema, à exceção do Partido Socialista e, naturalmente, do executivo que tem esta proposta, parece que há um consenso de que este tema não deve avançar sem a devida reflexão, sem o devido apuramento e sem o devido esclarecimento e sobretudo, do envolvimento dos Lisboetas. E, portanto, se o Senhor Deputado André Couto diz que este é um ótimo negócio porque depois vai reverter para uso público, para a Câmara, o investimento que é lá feito, que não é os quatro milhões como diz o Senhor Vereador Sá Fernandes, é três milhões e cem mil euros tal como diz o promotor, e portanto, não dá os onze mil euros, também não são essas as contas, mas de qualquer forma, isto vai reverter para uso municipal em 2045, e portanto, eu espero que destes três milhões restem umas mesas para que o Senhor Deputado com sessenta e cinco anos, o Senhor Vereador com oitenta, possam jogar uma partida de dominó naquele espaço, porque vai restar pouco passados trinta anos de todo este investimento. -----

----- Porque já aqui foi referido numa outra sessão pelo Senhor Vereador, e bem, nós aplaudimos essa iniciativa, deve ser feito um debate público alargado sobre este tema, mas ele deve ser feito antes das decisões tomadas, porque se a Colina de Santana foi discutida antes das decisões tomadas, e bem, por proposta da Senhora Presidente, houve um grande debate público e foram tomadas decisões importantes. Não é depois das máquinas lá estarem a trabalhar que se vai fazer um debate público sobre Monsanto. E por isso, o BE apresenta uma recomendação que entregaremos na Mesa para que seja feita uma suspensão do processo até que esse debate público seja realizado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, perguntou: -----

----- “Mas Senhor Deputado, essa recomendação é para ser votada agora?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, respondeu:-----
----- “Sim.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----
----- Sem ter sido distribuída. Muito bem, deixe-me lê-la, e vamos ver.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Vitor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----
----- “Senhora Presidente dirijo-me à Mesa para que a Mesa se dirija ao Senhor Vereador Sá Fernandes para lhe dizer o seguinte: -----
----- O Senhor Vereador José Sá Fernandes tem sorte, tem mesmo muita sorte, porque infelizmente, ou felizmente, o “Zé que faz falta” morreu há cerca de dez anos, e se o “Zé que faz falta” fosse vivo, o Senhor tinha um grande problema aqui, Senhor Vereador.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----
----- “Peço desculpa porque eu não ouvi a interpelação à Mesa porque estava a ler a recomendação que acabou de ser colocada na Mesa.-----
----- Eu interrompo a sessão por dois minutos para poder ler a recomendação. Dois minutos para a Mesa saber o que está a fazer.”-----
----- (A sessão foi interrompida por dois minutos).-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----
----- “Estávamos aqui a conferenciar, e a Mesa entende que a proposta pode ser admitida mas que terá que ser agendada para uma próxima sessão, uma vez que não foi distribuída e as pessoas terão que a analisar. Não pode ser objeto de deliberação assim, e teremos que a analisar.-----
----- A proposta pode dar entrada, é distribuída. -----
----- Relativamente à recomendação do BE vou passar a lê-la, e dizer-vos qual é que é a interpretação que a Mesa faz. A recomendação diz o seguinte:-----
----- O Grupo Municipal do BE recomenda que o processo que envolve o empreendimento turístico, em Monsanto, em particular a proposta nº 504/2015, seja suspenso até à realização de um debate público alargado sobre este tema. -----
----- A Mesa entende que a proposta pode ser admitida mas terá que ser agendada para uma próxima sessão, uma vez que não foi distribuída e as pessoas têm que a analisar. Não pode ser objeto de deliberação, teremos que a analisar em primeiro lugar. -----
----- A proposta pode dar entrada, retifico, neste momento a proposta deu entrada na Mesa, vou mandá-la distribuir, irá ser levada à Conferência de Representantes e decide-se o que se faz, sendo que a sugestão que eu faço como Presidente, é que seja agendada e votada como todas as propostas que dão entrada na Mesa, e que é um direito dos grupos municipais. Mas, naturalmente, concertamos isto em Conferência de Representantes. Penso que esta é a maneira mais sensata de fazermos isto.”-----
----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----
----- “Pretendo dar uma informação e também pedir um esclarecimento.-----
----- Sem prejuízo da Conferência de Representantes em debater a matéria, não me parece que faça propriamente, sentido estar a debater um pedido de adiamento de uma

matéria que é competência estrita da Câmara Municipal, e cuja proposta a Câmara Municipal, aliás, não tem na sua agenda de trabalhos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “É competência da Mesa em relação a matérias que vêm para a mesa é decidir qual o destino a dar-lhes. Eu emiti aqui uma opinião em relação ao destino a dar-lhe, a Conferência de Representantes deverá apreciar isto, é minha competência fazer isto. ---

----- As recomendações podem ter o texto que cada partido quiser, depois a Conferência de Representantes dá a sua opinião e a Mesa agenda. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pode na Conferência de Representantes, dizer que entende que isto não tem qualquer sentido, e pode dizê-lo, também, aí, mas a Assembleia, e é o que a Mesa propõe, não vai tomar qualquer posição sobre isto, agora, porque, na minha opinião, não o devemos fazer. Vamos analisar isto com calma e depois, veremos. E naturalmente, em sede de Conferência de Representantes veremos o que havemos de fazer. -----

----- Não me peça o Senhor Presidente, para nos dizer aqui o que é que a Mesa deve decidir em relação aos documentos que são entregues na Mesa.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Não, Senhora Presidente, de forma alguma faria tal coisa. Não pretendo isso. A Mesa toma as decisões que entende e da forma como entende. Eu só estou a chamar a atenção para o que me parece ser um absurdo da circunstância que está colocada. Nós não estamos a discutir a concessão, nós estamos a discutir em sede de Câmara, o licenciamento que é competência exclusiva da Câmara, cuja proposta foi adiada. E por isso, discutir uma recomendação sobre o adiamento de uma coisa que está adiada a um órgão cuja competência exclusiva é da Câmara Municipal de Lisboa, não consigo perceber o sentido, mas deixo, conforme a Senhora Presidente sugeriu, à Conferência de Representantes o apuramento da razoabilidade de tudo isto. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. De qualquer forma a Câmara está representada na Conferência de Representantes, e é nessa sede que iremos analisar também os argumentos que o Senhor Presidente acaba de apresentar com a sua razão de ser. -----

----- Posto isto, pergunto se mais alguém quer usar da palavra?-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu quero que fique aqui claro o seguinte:-----

----- Esta proposta foi adiada na última reunião de Câmara, e vai haver um parecer jurídico sobre o problema urbanístico do licenciamento deste equipamento.-----

----- É nossa convicção, aliás, do próprio serviço do urbanismo, que ela não viola o PDM e que é perfeitamente legal com a interpretação correta do PDM, por duas vias; uma, por o artigo 50º que diz claramente que pode haver restauração, comércio terciário, as tais lojas, etc., e por outra disposição que diz os sítios de habitação podem-se transformar, que era o caso, aquilo era uma casa de habitação, podem-se

transformar em Hostel, tem o mesmo valor em Hostel, sendo que esta proposta não permeabiliza mais solo, pelo contrário, despermeabiliza solo, e não afeta absolutamente, em nada a função essencial daquele espaço que é ser um viveiro. -----

----- Estamos a falar de edifícios que estão hoje, em ruínas, abandonados, incluindo algumas estufas que podem ser reaproveitadas, pelo que não há mais permeabilização do solo, não há um abate de nenhuma árvore, isto teve parecer favorável da Direção de Florestas que levou todos estes elementos, aliás, ela até permitia mais, porque permitia a construção de bungalows e que o promotor os retirou, e portanto, quem permite o mais, permite o menos, e portanto o parecer da Direção Geral de Florestas ou da Autoridade Florestal existe, até permitia mais do que a Câmara vai procurar licenciar, e portanto, em termos legais eu não vejo aqui qualquer problema, quer ao nível do problema legal do órgão competente sobre esta matéria, mas também ao nível urbanístico, quer dizer, e que estarmos a falar de sítios que não servem hoje de viveiro, porque não serve, nenhuma daquelas casas é um viveiro, a estufa que vai permitir o alargamento da casa não serve de viveiro, está completamente em ruínas, e portanto, permitir dar melhores condições aos trabalhadores, darmos melhores condições para o viveiro e aproveitarmos um espaço que talvez seja o único espaço que em Monsanto nós podemos ter o ecoturismo, que é aquilo que recomenda o Plano Municipal Florestal, aprovado por esta Assembleia Municipal, eu pergunto onde é que poderíamos fazer um ecoturismo em Monsanto? Não podíamos fazer em lado nenhum, porque este é o único sítio que existe construído, pertença da Câmara e que tem condições para haver um ecoturismo. -----

----- São quarenta quartos de Hostel que permite desenvolver outro tipo de turismo que não aquele que há dentro da cidade, mas precisamente aquele que vai usufruir da natureza que existe em Monsanto. -----

----- Em termos urbanísticos eu não vejo o problema, em termos de permeabilização de solos, como eu digo, esta proposta vai despermeabilizar solos, em termos de viveiro vai melhorá-lo bastante, não só as estufas como no que toca ao viveiro em si mesmo, vai dar melhores condições de rega, melhores condições para os trabalhadores, e portanto, eu de facto, o Senhor Deputado Vítor Gonçalves pode dizer as piadas que costuma dizer à vontade, mas o que eu acho é que faz falta uma coisa destas em Monsanto.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Senhores Deputados, encerramos este ponto da ordem de trabalhos, o que não significa que tenhamos encerrado esta discussão que foi patente pelas várias posições que ouvimos, e vamos prosseguir. -----

----- Vou pedir um esforço da vossa parte. -----

----- A próxima sessão da Assembleia Municipal será depois das eleições, no dia treze de outubro. Portanto, nós temos uma ordem de trabalhos ainda com alguns pontos, alguns são urgentes que têm a ver com refeições escolares para o próximo ano letivo, e portanto, eu pedia a todos um esforço para mantermos o quórum e podermos levar os nossos trabalhos até ao fim. -----

----- E vamos entrar no ponto dois da ordem de trabalhos, com a **Proposta n° 342/CM/2015.**” -----

----- **2. Proposta 342/CM/2015- DESAFETACÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DE PARCELA DE TERRENO NO PARQUE EDUARDO VII E CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE A MESMA PARCELA E SOBRE O PAVILHÃO CARLOS LOPES, NELA IMPLANTANDO, A FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS ALÍNEAS Q) E I) DO ARTIGO 25º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N°. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta n°. 342/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- O **Parecer Conjunto** da 1ª e 2ª Comissões, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização, respetivamente, fica anexado à presente Ata como **Anexo XII** e dela fazem parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu pedia ao Senhor Vereador Manuel Salgado, presumo eu que é quem vai fazer a apresentação da proposta ou é o Senhor Presidente? Quem é que faz a apresentação da proposta por parte da Câmara, é isso que eu estou a perguntar. É a proposta do Pavilhão Carlos Lopes, se quiserem podem prescindir da apresentação, mas eu estou a perguntar.

Prescindem da apresentação, muito bem. -----

----- Sobre esta proposta existe um Parecer conjunto da 1ª. e 2ª. Comissão Permanentes, que é da Senhora Deputada Rute Lima, a Senhora Deputada já não se encontra na sala, mas penso que o Parecer foi distribuído aliás já há bastante tempo. ---

----- Há mais algum Senhor Deputado que possa ler o Parecer? As conclusões principais do Parecer. A Senhora Presidente da 1ª. Comissão está-me a fazer sinais. Quem? Ah, o Senhor Deputado Hugo Lobo, onde é que ele está? Não o vejo aí também, portanto, prescindimos da apresentação e presumo que sem prejuízo de uma apreciação devida da proposta uma vez que este Parecer foi distribuído já antes de férias, com devido tempo e toda a gente o pôde apreciar devidamente e está no *site* e foi distribuído a todos os Partidos. -----

----- Portanto, sendo assim vamos ouvir os Senhores Deputados que estão inscritos sobre esta matéria e naturalmente depois a Câmara responderá àquilo que for colocado. -----

----- O Senhor Deputado Victor Gonçalves vai intervir e tem tempo cedido pelo PNP, MDP, CDS/PP para além do tempo do PSD, portanto, o Senhor Deputado Victor Gonçalves agora poderá expor-se com aquilo tudo que entender.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Membros do Executivo, Caros Colegas. -----

----- Vamos começar pela história deste processo e primeiro falemos do que é a Associação de Turismo de Lisboa, a Associação de Turismo de Lisboa é uma Associação de Direito Privado que nasce a partir do Lisbon Convention Bureau, que foi criado em 1987 e que depois se transformou na Associação de Turismo de Lisboa e é composta por sócios fundadores que são exatamente a Câmara, a TAP, a União dos Comerciantes e a APAF e a AIP, são os sócios fundadores. Depois tem dezenas, centenas de sócios efetivos. -----

----- A ação da Associação de Turismo de Lisboa abrange a sua ação, o foco da sua ação abrange a Área Metropolitana de Lisboa, a Região Oeste, a Região dos Templários e a Região de Fátima, portanto, é toda esta área que é a competência da Associação de Turismo de Lisboa gerir em termos daquilo que é a sua vocação principal, ou seja, a promoção turística e a informação turística. -----

----- A missão da Associação de Turismo de Lisboa é o desenvolvimento do turismo de forma fundamentada, é a informação turística aos turistas, é a criação e a promoção externa de toda esta região e aprovação interna também em termos de Portugal de toda esta região e acessoriamente pode ter atividades económicas. -----

----- A Associação de Turismo de Lisboa é composta por uma direção cujo presidente é o Presidente da Câmara e tem outros membros, mas de acordo com os estatutos o Presidente da Câmara pode, a Câmara pode não ser Presidente da Direção, a Câmara pode ser por exemplo o Presidente Adjunto ou até pode ser o Presidente do Lisbon Convention Bureau, mas neste caso e concretamente, atualmente e nos últimos anos tem sido o Presidente da Direção. -----

----- Simultaneamente a Associação de Turismo de Lisboa tem uma Comissão Executiva, que é essa que verdadeiramente rege os destinos da Associação e essa Comissão Executiva é constituída por três pessoas: o Presidente da Câmara, o Diretor da ATL e o Presidente Adjunto da ATL, são estas três pessoas que dirigem efetivamente a ATL. -----

----- Entretanto o Pavilhão Carlos Lopes e eu quero aqui, até me dirijo especialmente à Ana Gaspar que deu a impressão que na última intervenção, na última reunião, dava a ideia que todos aqueles que não estavam interessados na votação urgente desta proposta estariam contra a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, pois eu penso que ninguém está contra a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, todos nesta sala, desde o Bloco de Esquerda ao CDS estão naturalmente interessados que seja reabilitado o Pavilhão Carlos Lopes, mas chamemos à atenção que como dizia o Paulo de Carvalho “Dez anos é muito tempo” e há dez anos praticamente que esta Executivo tem as rédeas da cidade de Lisboa e ele continua por reabilitar. -----

----- Nós estamos de acordo com a reabilitação, aliás em relação a este processo como é que o Turismo de Portugal e o Ministério da Economia entendeu a forma de participar neste e noutros projetos? Como sabem quando foi criado o Casino ed Lisboa houve uma contrapartida inicial de 30 milhões de euros, que neste momento atendendo às atualizações está em 33 milhões de euros. Como é que é dividida essa

contrapartida inicial? É dividida em 33,5% para o Museu nacional, que é o Museu dos Coches que já está construído, é medida em outras 33,5% para a criação de um teatro no Parque Mayer e 16,5% para um equipamento cultural no Parque Mayer e 16,5% para o Pavilhão Carlos Lopes, mas este valor que dá à volta de 5 milhões e 450 mil euros é entregue à Câmara, é a Câmara que lhe dá o destino que entender, não é entregue por força da ATL é a Câmara que lhe dá esse destino.-----

----- Aliás recordo quando foi o problema da Fundação Aragão Pinto que ocorreu o concurso que foi aberto aqui há uns três anos e concorreu este à reabilitação e à atualização, e foi o único que concorreu do Pavilhão Carlos Lopes, um dos problemas que o Senhor Presidente pôs já depois da proposta ser admitida em Câmara é a capacidade financeira que esta instituição, que é uma instituição de âmbito social, poderia ter para uma obra deste tamanho, mas nunca ninguém falou nos 5 milhões que eventualmente poderia utilizar se a Câmara assim o entendesse, se a Câmara o destina-se para esse efeito, não o fez, agora faz! -----

----- Mas além destes 4 milhões e 600 mil, portanto, que são considerados na proposta, no estudo económico que foi feito pela ATL há mais de 986 mil euros que já foram utilizados e que têm a ver com a reabilitação do espaço circundante e esse dinheiro já foi utilizado, por isso é que só sobram 4 milhões e 600 mil. -----

----- Agora vejamos, a ATL como eu disse é uma Associação privada de utilidade pública, é certo. A ATL tem a vocação especial a vocação turística, mas a ATL é majestática em Lisboa. Quais são os ativos da ATL? Todo o Terreiro do Paço, as lojas e as zonas de rés-do-chão do Terreiro do Paço, o Pátio da Galé, os restaurantes, todo o Terreiro do Paço, a Praça da Ribeira, o Parque de Campismo, agora a zona ribeirinha que foi concessionada quando foi ela retirada da orla da área do Porto de Lisboa, foi entregue à Câmara, tudo isto é propriedade de uma Associação Privada que abrange o maior variado número de sócios, que vão desde Fátima até Lisboa e que tem como Presidente da Comissão Executiva exatamente a mesma pessoa que é Presidente da Câmara.-----

----- Bem, isto parece normal, pode parecer normal para toda a gente, para mim não é! E esta a entidade o que é que faz? Não presta contas a ninguém! Nunca na Câmara, nunca na Assembleia Municipal chegou qualquer conta relativamente às sucessivas concessões que foram atribuídas à ATL, nunca! Nunca e quando é nunca é nunca! Nunca chegaram seja deste mandato ou seja de mandatos anteriores, nunca chegaram!

----- Foram feitas discricionariamente pela ATL! Não tem que obedecer ao código da contratação pública, não tem que obedecer à votação orçamental, não tem que obedecer à fiscalização à posteriori, não tem que obedecer às Finanças, não tem que obedecer à fiscalização da Câmara, da Assembleia Municipal, nada! Entrega a quem quiser, gasta o que achar que deve gastar e faz! Eu acredito sinceramente que faça e que desta forma é rápido a fazer, não tem que ter todos aqueles burocráticos, aquelas burocracias que são absolutamente necessárias e por isso é que estão instituídas para qualquer obra pública.-----

----- Eu imagino que a Vereadora, por exemplo, da habitação, tivesse uma IPSS onde pudesse rapidamente mandar fazer uma obra de 400, de 500 ou 1 milhão,

naturalmente que era mais fácil, mas tem que obedecer às regras todas que estão impostas na contratação pública e nas obras públicas, portanto, esta proposta tem estes vícios todos, a Câmara não pode, não deve interferir, ainda por cima, sendo a mesma pessoa que está de um lado e está do outro, encontram-se aonde? -----

----- E discutem “Vou fazer agora uma intervenção no Carlos Lopes, o que é que tu achas?”, não está certo! Não tem lógica! -----

----- O estudo económico que foi apresentado é outro dos problemas, é um pôr números sobre pôr números, é uma inviabilidade, tudo aquilo é uma inviabilidade, é uma inviabilidade e se fosse viável naturalmente que outros parceiros queriam utilizar, mas com estas vantagens é também um elemento de concorrência desonesta porque há outros *players* que exercem a mesma atividade e que naturalmente vão ser prejudicados porque de facto esta instituição tem muito mais vantagens! -----

----- Outro aspeto fundamental foi aqui muito bem levantado pelo Partido Comunista Português, pelo Deputado Modesto Navarro, quem é que utiliza o Pavilhão Carlos Lopes no futuro? Que nem se sabe se terá esse nome, poderá ter outro, quem é que o vai utilizar? Será por exemplo uma coletividade a pagar 9 mil euros por dia? Imaginemos só que se realizava um torneio semanal de basquete, ou de hóquei patins ou de handebol por uma entidade, uma instituição qualquer da cidade, só demora para aí uma semana, montagem e desmontagem e isso, demora uma semana, eram só aí cerca de 100 mil euros, 100 mil euros que tinham que à cabeça que ter para utilizar o Pavilhão Carlos Lopes, é completamente inadmissível, a única hipótese que ele tem é fazer casamentos a batizados e espetáculos com preços exorbitantes através de grandes músicos ou de grandes artistas que eventualmente justifiquem esse preço.-----

----- Portanto, isto Senhores Deputados e Senhor Presidente, não é e não está correto! Não é correto e também é uma privatização! É uma privatização que vai dar depois noutra privatização, de certeza que a ATL não tem capacidade para gerir isto tudo ou então deixa de ser a promotora turística, deixa de ser a entidade da promoção turística, ela não pode ter este império empresarial e depois ainda fazer a promoção turística a nível desta área que eu referi, de Fátima, Santarém, Tomar, Lisboa, Sintra, Cascais, Mafra, Oeste, Torres Vedras, não têm! Não podem, não pode e isso já é refletido no último Plano Estratégico. -----

----- O último Plano Estratégico, que aliás foi o relator desse processo o Senhor Deputado Manuel Laje, já tem muitas insuficiências que não correspondem àquilo que é a definição atual daquilo que deve ser o turismo neste momento. O turismo hoje, o turismo no ano passado, há dois anos sofreu uma alteração radical daquilo que era no ano passado onde eu por exemplo era responsável pelo turismo, não tem nada a ver, é outra realidade! E portanto nós temos que apostar em segmentos diferentes porque os segmentos de turismo de massas esse está garantido com os *lowcost*, o que não está garantido é alguns segmentos elitistas que naturalmente são mais rentáveis e na perspetiva do estudo feito não sei porque empresa de auditoria feito para a ATL, esse problema não está resolvido, portanto, é uma privatização!-----

----- O Senhor Presidente, anterior Presidente da Câmara e Secretário-Geral do Partido Socialista disse há dias relativamente à concessão dos transportes coletivos do Porto,

que foi feito por ajuste direto com consulta a 24 empresas, igualzinho ao que seria uma hasta pública apenas com os tempos reduzidos, não tem nada a ver com isto, disse que ia recorrer para a PGR, pois é isso mesmo que nós vamos fazer para que no mínimo sem pôr a honorabilidade de ninguém em questão, sem acusar ninguém que possa a seu mais ou menos, toda a gente é honesta, mas no mínimo vamos dar garantias e sossego que há uma entidade, finalmente uma entidade que olha para este relacionamento de uma maneira eficaz, de uma maneira profunda, de uma maneira juridicamente válida e que tire as conclusões que tirar!-----

----- Isto penso que é um trabalho e é uma forma de favorecer e de dar dignidade à própria Câmara e ninguém se pode opor a isto porque em princípio ninguém está em causa, nem o Presidente da Comissão Executiva, nem o Presidente de Direção, nem o Presidente da Câmara, nem o Diretor Geral da ATL, nem o Diretor Ajunto, portanto, são as pessoas que no fundo comandam esta organização, não estão em causa! A PGR que atue e que avance, portanto, o PSD vai votar contra.-----

----- Mas como tudo na vida há exceções e o PSD vai votar contra mas vai admitir uma exceção que é a do Presidente da Junta local, que tem um compromisso com a população no sentido de ser reabilitado o mais rapidamente possível aquele projeto, tem esse compromisso! Eu não acho que esta seja a forma, ele também não deve achar, mas é evidente que ele não pode, ele pode e deve ter uma palavra com os seus fregueses, nós admitimo-lo e acho que é normal, agora o PSD vota contra, há uma abstenção por parte do PSD e isto segue o mesmo trâmite que segundo o Secretário-Geral do Partido Socialista fez seguir aquilo que é a concessão dos transportes coletivos do Porto e depois logo se verá o que vai acontecer!-----

----- É esta a posição do PSD e este trâmite é evidente que nós esperamos é que a Procuradoria-Geral de República não analise única e exclusivamente este caso, que faça o histórico, porque há muito tempo, há muitos anos que eu ando a falar nisto e falo para um muro de silêncios porque ninguém no fundo tem achado necessário poder dar resposta, mas é preciso dar resposta e é preciso dizer que estamos bem, tudo bem, não estamos mal, quem tem que sofrer as consequências que as sofra! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal.-----

----- Senhores Deputados Municipais, temos vários Senhores Deputados inscritos e, portanto, eu apelo ao vosso poder de síntese, naturalmente, ainda temos quórum na sala e peço também para não saírem para mantermos o quórum.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Deputados Municipais.-----

----- Pretende a proposta 342 que a Assembleia aprove a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de 12 mil 870 metros quadrados, bem como a constituição de um direito de superfície a

favor da Associação de Turismo de Lisboa a liquidar 50% no ato da escritura e o remanescente em prestações anuais no montante de 60 mil euros. -----

----- É por todos conhecida a posição do PCP que desde há muito tem manifestado a sua preocupação com o Pavilhão Carlos Lopes e o seu estado de progressiva degradação, o PCP sempre defendeu como prioridade a requalificação deste espaço, património emblemático na cidade que ao longo dos anos esteve ao serviço das populações, do movimento cultural e desportivo e palco também de numerosas atividades políticas e sindicais. -----

----- Lembro que no ano de 2001 a Vereadora do PCP, Rita Magrinho, no âmbito da coligação de esquerda que então governava a cidade apresentou um plano de requalificação que previa boas condições para prática desportiva múltipla e instalações de apoio à investigação do desporto e às coletividades. -----

----- O gabinete Técnico de Adaptação e Valorização do Pavilhão Carlos Lopes elaborou um programa geral de requalificação que definia uma sala principal com polivalência para espetáculos desportivos e culturais, adaptável a diversas modalidades desportivas, um núcleo de salas de média dimensão para fins desportivos e culturais, um núcleo de salas de investigação e apoio ao desporto. -----

----- No Plano da Requalificação apresentava-se também a resolução dos problemas da cobertura. -----

----- Esta atividade foi interrompida e em 2003, por decisão da Câmara liderada por Santana Lopes na altura o Pavilhão foi encerrado por manifesta degradação, desde essa data até aos dias de hoje os executivos liderados pelo Partido Socialista há 8 anos não foi perspetivada nenhuma solução para a reabilitação do Pavilhão que continua em marcha imparável para a sua degradação, apesar das verbas do Casino de Lisboa destinadas a esse efeito. -----

----- Também por isso dizemos que a sua gestão deve ser pública e ao serviço da cidade! Os que apoiam e entregam os bens públicos com valor estratégico para o Município aos interesses privados são os mesmos que hoje afirmam estarem a resolver um problema, problema que arrastaram durante anos protelando soluções para responder às necessidades de desenvolvimento desportivo e cultural da cidade! Não resolveram e agora também escondem o resultado dessa delapidação, será colocado aos interesses de serviços particulares e especulativos, não servindo os interesses da população e da cidade.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, peço desculpa mas neste momento estamos sem quórum na sala, portanto, eu pedia aos Serviços para chamarem os Senhores Deputados municipais que estão lá fora para virem para os seus lugares. -----

----- Eu já vos avisei que temos matéria relacionada com refeições escolares que tem que ser votada hoje e peço-vos para não prejudicarmos as crianças das nossas escolas. -----

----- Senhora Deputada Municipal faça o favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “O PCP defendeu ao longo dos anos relativamente à função do Pavilhão Carlos Lopes e à sua vocação e a disponibilidade de utilização por parte do movimento associativo, cultural e desportivo da cidade, por parte da população da cidade. -----

----- Esta proposta que estamos aqui hoje a discutir mostra claramente a opção política deste executivo camarário, pois é uma proposta que na prática configura uma privatização do Pavilhão. -----

----- A maioria PS na Câmara uma vez mais torna claro que a sua primeira e a única opção é prosseguir a venda da cidade a retalho, a verdade é que a solução que encontrou para a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes não é de facto para recuperar o espaço emblemático mas sim para o entregar de mão beijada para outros fins que não os de servir o desporto e a cultura. -----

----- A concessão em cedência de direito de superfície por 50 anos renováveis por uma verba simbólica, que será paga ao longo de 30 anos, mesmo considerando que o valor da obra é significativo, com a recuperação rápida do capital investido, porque não existe na proposta qualquer obrigatoriedade de ser utilizado pela população de Lisboa a preços acessíveis para os rendimentos disponíveis das famílias, das coletividades e de outras instituições. -----

----- É evidente que esta é uma opção que serve apenas os interesses privados especulativos e que não asseguram os direitos de utilização pela população e se dúvidas houvesse o plano de exploração apresentado pelo ATL mostra claramente que as reservas do PCP são inteiramente justas pois os valores aí apresentados de aluguer são claramente proibitivos para associações culturais e ou desportivas e isto independentemente realmente de na proposta que aprovou o protocolo da minuta com a ATL estar claramente indicado que realmente a Câmara tem direito a 15 eventos por ano, mas que o plano de exploração encaminha esses mesmos eventos para épocas baixas, obviamente que estamos perante um negócio, a Associação de Turismo tem que realmente fazer o melhor pelo seu negócio. -----

----- O direito de superfície não se destina exclusivamente a realização de obras para a sua reabilitação, mas para a gestão de todo um espaço pela associação de Turismo de Lisboa, potenciando mais um negócio privado à custa de um bem público. -----

----- Para o PCP a opção proposta apenas assegura que a utilização futura do Pavilhão Carlos Lopes será discricionária e privilegiará quem tiver melhores condições económicas, deixando de fora a esmagadora maioria dos lisboetas, aos quais não pode ser negado um direito e limitar o acesso à utilização de um bem que é seu, portanto, o PCP defende que é dever da Câmara Municipal de Lisboa recuperar o Pavilhão Carlos Lopes com as verbas do Casino de Lisboa, como previsto, mantendo essa infraestrutura sobre a sua posse a administração direta, conservando o seu uso para a prática de atividades para que sempre esteve vocacionado de resposta a interesses desportivos, sociais e culturais da cidade. -----

----- Por estas razões e considerando que esta proposta não defende o interesse da cidade e do seu património, o PCP votará contra e continuará a pugnar por uma política alternativa que tenha em conta os reais interesses da cidade. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente em Exercício e Vereadores e Vereadoras, Deputados, Deputadas, Público, Jornalistas, Funcionários e Funcionárias.-----

----- Na sequência duma Recomendação de “Os Verdes”, aprovada por unanimidade nesta AML em Fevereiro deste ano, a CML avaliou a necessidade de recuperação do Pavilhão Carlos Lopes e seus espaços adjacentes. Porém, com a Proposta nº 342/2015, de facto, a Câmara tem em vista entregar esse desígnio à Associação de Turismo de Lisboa, começando por propor a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 12.860,70 m², para a ceder à Associação de Turismo de Lisboa.-----

----- O edifício, criado na década de 1920 para celebrar o 100º aniversário da independência do Brasil e depois adaptado para instalações com atividades desportivas em 1946, fora encerrado em 2003 pelo executivo do PSD/CDS, privando da prática desportiva centenas de praticantes, tem desde então vindo a degradar-se com perda significativa de parte do seu espólio azulejular. Em 2008 chegou-se mesmo a projetar transformá-lo em Museu Nacional do Desporto, tendo o Município chegado a receber três milhões de euros do Casino de Lisboa para aplicar na sua recuperação. Porém, o Museu acabaria por ser instalado no Palácio Foz. A Câmara também chegou a considerar a sua concessão a uma Fundação, acabando em 2013 por cancelar o seu licenciamento para discoteca, salão de festas e exploração por terceiros de bares e parque de estacionamento, por a entidade ter violado as regras do concurso.-----

----- Logo depois, o Pavilhão foi incluído no Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico de Lisboa, para 2015/2019, que nele previa a construção de um novo centro de congressos. Mas perante diversas reações contrárias, um pouco por todos os sectores transversais ao turismo, a própria Associação de Hotelaria de Portugal considerou esse projeto como “inoportuno”.-----

----- Daqui se conclui que o executivo do PS sempre teve em vista a sua cedência a privados. A questão chave residia então em perceber-se se o pelouro do desporto estava disponível para recuperá-lo, e como, para a cultura e o uso das modalidades desportivas. Se a Câmara recebera as verbas do Casino, porque não promovia a recuperação e reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, salvaguardando o seu importante património artístico, impedindo a deterioração do seu espólio azulejular, e possibilitando a sua reabertura e utilização pública para usufruto lúdico e desportivo da cidade, inclusive para as Olissipiadas e para as iniciativas das associações de cultura, recreio e desporto? Porquê?-----

----- A Câmara esquece que o Pavilhão Carlos Lopes constitui um relevante património de valor emblemático para a cidade de Lisboa, por toda a sua história e utilização ao longo de muitos anos ligada a associações desportivas, culturais e a entidades promotoras de iniciativas políticas e de lazer, devendo continuar ao serviço da população e das suas instituições sem fins lucrativos e não entregue à gestão privada.-----

----- Ao longo dos anos, a utilização regular do Pavilhão Carlos Lopes beneficiou muitas centenas de praticantes desportivos e, simultaneamente, foi palco de exposições, concertos, desfiles, marchas de Lisboa, comícios e muitas outras iniciativas de carácter desportivo e cultural. Parecia lógico que, perante a falta de novos pavilhões e devido à sobrecarga de uso do Pavilhão do Casal Vistoso, o Pavilhão Carlos Lopes fosse visto como uma prioridade para o município. Mas não é esta a solução encontrada pelo PS. -----

-----E será que nunca houve projeto para a sua reabilitação? Relembre-se que, por volta de 2000, a Câmara havia criado um Gabinete Técnico específico para a Adaptação e Valorização do Pavilhão Carlos Lopes, como referido há momentos pela outra Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa, que elaborou um programa geral para a obra de requalificação, contemplando a resolução dos problemas da cobertura, que definia uma sala principal com polivalência para espetáculos desportivos e culturais, incluindo dança, bailado, concertos, congressos, adaptável a diversas modalidades desportivas, com um núcleo de salas de média dimensão para fins desportivos e culturais, um núcleo de salas de investigação e apoio ao desporto, bem como áreas de apoio a coletividades. -----

----- O que foi feito deste projeto? Rasgado e deitado às malvas? Porquê? Por falta de verba ou de vontade política? Por falta de verba não terá sido, visto a Câmara ter recebido os milhões de euros em resultado das verbas do Casino de Lisboa para a sua reabilitação. Também por isso a sua gestão terá de ser pública e ao serviço da cidade. Depreende-se então que só poderá ter sido por clara inoperância política.-----

----- O resultado desta delapidação vai agora ser colocado ao serviço de interesses particulares e especulativos, não servindo diretamente os interesses das populações e da cidade. A concessão e cedência em direito de superfície são feitas por 50 anos renováveis, por uma verba simbólica, que será paga sucessivamente ao longo de 25 e que será paga ao longo de 30 anos. Mesmo considerando que o valor da obra é significativo, e apesar da recuperação rápida do capital investido, não existe na proposta qualquer obrigatoriedade de ser utilizado pela população de Lisboa a preços acessíveis para o seu uso pelas coletividade e outras instituições sem fins lucrativos. ---

-----E é aqui que bate o ponto, a tabela de preços é igual para qualquer utilizador. ----

----- A concessão do direito de superfície não se destina a meras obras para a sua reabilitação, mas para a gestão global do espaço pela ATL, potenciando mais um negócio privado à custa de um bem público. A presente proposta constitui mais um exemplo de que a cidade continua a ser alienada a retalho. -----

----- Em suma, trata-se de uma opção que serve apenas os interesses privados e especulativos, que não assegura os direitos da sua utilização pela população de Lisboa, coletividades e outras instituições. Se o executivo não alterar o teor da sua proposta, “Os Verdes” votarão contra. Obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, informamos que sobre esta proposta temos apenas mais uma intervenção da Senhora Deputada Ana Gaspar e uma intervenção também do

Senhor Deputado Gonçalves da Silva, temos dois Senhores Deputados inscritos. O Bloco de Esquerda inscreveu-se e não consta aqui -----

----- Eu vou-vos pedir um esforço de síntese, certamente todos têm direito a palavra e podem usar a palavra nos limites do tempo regimental sem qualquer dúvida, é apenas uma questão de bom senso porque temos que votar sem falta hoje a matéria relacionada com as refeições escolares e, portanto, pedia esse esforço e neste momento damos a palavra à Senhora Deputada Luísa Aldim.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS/PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Sobre a apreciação da proposta 342 de desafetação do domínio público de uma parcela de terreno no Parque Eduardo VII e a constituição do direito de superfície sobre a mesma parcela e sobre o Pavilhão Carlos Lopes nela implantado a favor da Associação de Turismo de Lisboa, o CDS/PP considera que perante o longo historial de abandono que este equipamento secular e emblemático esteve votado e perante os inúmeros projetos e financiamentos gorados e outros desviados para outras atividades, como sabemos, como é o caso do dinheiro das contrapartidas do Casino de Lisboa e nunca concretizados devemos meditar também sobre as dúvidas do atual processo de concessão que nos motiva.-----

----- Recordo que estamos a falar de um local nobre da cidade que foi e é uma referência quer pelo enquadramento histórico e de inspiração pela sua construção, mas também para a prática de atividades desportivas, culturais e políticas.-----

----- Quem é que a seguir ao 25 de Abril e tendo idade para o fazer não participou num Comício naquele local, por onde passaram quase todas as organizações políticas? Ou em grandes eventos desportivos e feiras? Perante um local tão marcante que memórias não foi seguramente de ânimo leve os lisboetas assistiram ao degradar daquela construção novecentista.-----

----- Hoje confrontados com a proposta do Executivo Camarário saudamos que tenha sido tomadas em consideração as preocupações há muito manifestadas pelo CDS, nomeadamente pela manutenção seja em que circunstância for da designação do imóvel como Carlos Lopes e da criação de um espaço museológico para albergar o acervo desportivo do atleta olímpico que dá nome ao Pavilhão, é uma parte significativa do historial do atletismo português hoje arrumada em caixotes numa garagem sem dignidade e visibilidade que merece e que se encontra em risco de perda ou deterioração.-----

----- Sempre defendemos que o Pavilhão Carlos Lopes seria o espaço ideal para acolher o acervo do atleta cumprindo e não apenas a vontade do próprio, mas também permitindo que o público tenha contacto com o legado histórico imaterial e físico de Carlos Lopes e de parte importante do atletismo português e da sua projeção mundial que perdurará para as gerações futuras.-----

----- Esta nossa preocupação quer do nome quer do espólio não foi contemplada na presente proposta, mas encontra-se vertida na proposta 411/2015 que aprovou a

minuta de protocolo a celebrar com a ATL sobre a presente concessão, o que registamos como positivo. -----

----- Não queremos deixar de assinalar como positivo também o facto de a proposta prever a recuperação e preservação do património azulejar ainda existente, contudo, esta ligação ao atleta e ao espaço museológico é-nos permitida uma primeira crítica, exatamente por este espaço perder a sua valência para a prática desportiva, tanto mais que existe uma carência de espaço desta natureza nesta cidade. -----

----- Depois também aqui se mantém o padrão da opacidade das relações de preferência pela Câmara Municipal pela Associação de Turismo de Lisboa, sendo a ATL composta por entidades privadas e também a Câmara, apesar do seu Presidente Fernando Medina não saber de nada do que lá se passa, como já deu nota pública, não se compreende que a constituição de um direito de superfície não tenha sido efetuada através de um concurso público gerando e nesta fase hipoteticamente de garante de maior encaixe financeiro para o município, quiçá teria obtido melhores resultados, mas seguramente seria mais transparente e afastaria as suspeições de favor que inquinam a política. -----

----- Tem o senhor Presidente uma explicação convincente para nos dar pelo facto de constantemente privilegiar a ATL? No protocolo celebrado com a Associação diz-se também que em Câmara poderá realizar-se até 15 eventos por ano sem custos de aluguer ou outros, caso esse limite seja ultrapassado o Município beneficiará de um desconto de 25% sobre os preços de tabela no aluguer. -----

----- Perguntamos agora: esta tabela foi construída com que elementos financeiros? Teve em conta a reconstrução e a manutenção do edifício? A Câmara Municipal sabe quem vai pagar 25% do valor? Em suma, a Câmara poderia ter recuperado o Pavilhão Carlos Lopes e até teve dinheiro do Casino de Lisboa para o fazer mas aptou por atribuir a sua gestão a privados sem consulta de mercado o que para nós é uma má prática de gestão pública com o qual não poderemos compactuar -----

----- Somos pela recuperação do património material e imaterial que envolve o imóvel, nada nos move quanto à atribuição a privados desde que acautelado o interesse público, também não está tampouco em causa a necessidade de resolver a situação de degradação do Pavilhão Carlos Lopes, mas observamos que a Câmara Municipal não partilha parte considerável das nossas preocupações, nomeadamente sob a forma processual pela qual a Câmara entrega o seu património.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cara Senhora Presidente, Caríssimos todas e todos ainda resistentes. -----

----- Queria voltar aqui a falar, antes de ler o que brevemente escrevemos, que já foi apontado pelas várias Bancadas, de facto este é um Pavilhão de memórias para a minha geração, é um Pavilhão de memórias antes e depois do 25 de Abril! Umas boas, outras não tão boas, outras mesmo muito más, portanto, este podia ser a história das memórias do pavilhão que já foi bem relatado de resto. -----

----- Queriam dizer-vos que com esta desafetação pensamos, do domínio público e de constituição do direito de superfície do Pavilhão Carlos Lopes a favor da ATL asseguram-se finalmente as obras de recuperação que são urgentes. -----

----- Para nós e compreendendo as razões que são aqui evocadas por todos e por todas o património tem que manter-se connosco e manter-se connosco é de facto assegurar que ele não está num mísero estado em que neste momento se assegura, aquilo não é um Pavilhão, cada vez que alguns de nós passamos por lá doí-nos! Certamente a todos nos dói! E dizer também com grande amizade às bancadas da minha direita, que eu particularmente, e nós gostaríamos de viver nesse outro mundo novo, mas então vamos discutir aqui o capitalismo internacional e nacional, as opções do Governo, enfim, há aqui qualquer coisa que não está a funcionar, não é? Porque temos que ser consequentes do início ao fim, penso. -----

----- Dizia eu então que nos parece que estão finalmente asseguradas as obras de recuperação e estas obras de recuperação são urgentes, um dia o Pavilhão muito proximamente não existe.-----

----- Do texto do plano de exploração salientaremos o ponto que refere o Pólo atrativo que de per si será o Pavilhão, mas também como potenciador de atração do destino Lisboa, ainda que realizado noutras infraestruturas e ainda aqui há uma visão de um contexto que é um contexto de grande competição internacional. Dir-me-ão sim, mas é de grande competição internacional a este nível, sim é de grande competição porque é feito este nosso mundo, há outro mundo pelo qual podemos optar e que eu penso que deveremos optar, mas isso são outras questões, ou não. -----

----- Cada equipamento reerguido ou renovado e ao renovar em Lisboa é realmente uma mais-valia a nunca desperdiçar, a variedade e esperamos que a qualidade desses tais eventos a realizar e a possibilidade da Câmara alimentar também este menu de atividades é a nosso ver paradigmático. -----

----- Por fim, *last but not least*, pensamos que a intensificação desta relação ATL e Câmara Municipal de Lisboa deve da nossa parte e da parte do nosso Município acautelar que o investimento e o património cedidos pela Câmara no prazo de 50 anos, como todos e todas sabemos vão de facto de encontro às suas linhas estratégicas, ou seja, continuamos nós a acreditar que um outro mundo é possível e temos o direito e essa discussão.-----

----- Neste momento o Pavilhão Carlos Lopes não nasceu aqui e não ficou de repente neste estado, está neste estado e esta é uma solução, é a única possível? Neste momento pensamos que sim. É a mais desejável? Pensamos que sim. É a única? Claro que não porque não acreditamos em coisas únicas, nós não acreditamos em coisas únicas. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Estamos a discutir a proposta 342/2015 de desafetação do domínio público para o domínio privado municipal, uma parcela de mais de 12 mil metros quadrados onde se

inclui o Pavilhão Carlos Lopes ou o Pavilhão dos Desportos, constituindo o direito de superfície a favor da associação de Turismo de Lisboa pelo prazo de 50 anos, renováveis sucessivamente por 25 por um preço simbólico. -----

----- O parque Eduardo VII constitui um espaço verde de capital importância para a cidade e para as pessoas, a desafetação de proposta abre um grave precedente que pode vir a legitimar futuras cedências a retalho do Parque. -----

----- A nosso ver a concessão à ATL não era inevitável, uma opção pela gestão privada por interesses privados e especulativos por uma verba simbólica e paga ao longo de 30 anos. -----

----- Há uma ou outra interrogação que fica, onde fica a salvaguarda para as populações de Lisboa, para as coletividades e instituições de usufruto dos preços acessíveis no futuro? A nosso ver não fica e dizemos que não fica porque exposta a proposta de minuta do protocolo de acordo no chamado compromisso 4º. com a ATL a ATL compromete-se a ceder o pavilhão ao Município até 15 eventos sem custos de aluguer ou outros para as atividades cívicas, artísticas, etc., em resposta podemos encontra-la no plano de exploração da ATL a que recentemente tivemos acesso, espera-se que as contrapartidas para o Município ao nível da realização de eventos previstas no quadro de cedência do direito de superfície, embora potencialmente limitadoras da viabilidade económica de exploração, embora potencialmente limitadoras da viabilidade económica de exploração tenham um impacto minimizado em custos de oportunidade através de uma calendarização de iniciativas que potencia as épocas baixas. -----

----- Fica aqui latente um conflito de interesses entre os interesses mercantilistas da ATL e os interesses dos lisboetas e das coletividades que pretendem empurrar para as chamadas épocas baixas, como se nessas épocas baixas se pudesse realizar um campeonato mundial ou europeu de hóquei em patins, de handebol, de basquetebol, etc. e que se pudesse esperar pelas épocas baixas, o que quer dizer que os interesses e fruição pública não estão salvaguardados e dizemos que não era inevitável conceder ao privado esta opção pelo privado, porque em 2008 foi decidido transformar o edifício em Museu Nacional do Desporto e já havia quem suportasse estas obras. O Instituto do Desporto e as receitas do Casino de Lisboa, a Câmara Municipal por esta via chegou a receber 3 milhões de euros do Casino de Lisboa. -----

----- O Pavilhão Carlos Lopes enquanto museu previa reabrir em 2011, outros concursos se seguiram, 2012, 2013, 2015, mas o que a Câmara tem aqui que explicar é porque tendo em 2008 assegurado financiamento para manter o Pavilhão na esfera pública, porque pretende agora coloca-lo na esfera privada? -----

----- Um Pavilhão constituído no Brasil para a grande exposição internacional Rio de Janeiro, que abriu em 21 de maio de 23, mais tarde reconstruído em Lisboa, abrindo em 3 de outubro de 32, por lá passaram grandes eventos, campeonatos do mundo, exposições, concertos, as marchas de Lisboa, etc., comícios em que todos nós ou alguns de nós já lá estiveram presentes, tem um rico painel de azulejos e riquíssimos que é preciso preservar. -----

----- Tendo em conta que o Município, equilibradas e de saúde que estão as suas contas, que continuando a receber verbas do Casino de Lisboa, porquê privatizar este bem público? Que pode estar sob a administração direta pública de um bem riquíssimo culturalmente.-----

----- O povo e as coletividades merecem mais e melhor, nós à esquerda dizemos a todos o que é de todos e o Pavilhão Carlos Lopes é de todos, por isso o nosso voto contra e uma Declaração de Voto que vamos apresentar. Disse, muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Daniel Gonçalves da Silva (PSD)**, Presidente de Junta das Avenidas Novas, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, Excelsíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Estimados Deputados Municipais.-----

----- Relativamente à proposta que permitirá através da atribuição do direito de superfície à ATL pela Câmara Municipal de Lisboa reabilitar o Pavilhão Carlos Lopes cumpre-me dizer o seguinte: na qualidade de Presidente de Junta das Avenidas Novas e eminentemente as questões evocadas pelo PSD nesta matéria, tenho o dever de representar todos os fregueses das Avenidas Novas independentemente dos partidos em que votaram, assim sendo e porque o PSD é um partido plural onde prevalece a liberdade de opinião tomei a decisão de me abster na votação desta proposta.-----

----- Faço-o porque considero fundamental a coerência que defendi junto dos meus eleitores onde referi que era prioritário recuperar este equipamento, porque hoje represento toda uma Freguesia assumo a responsabilidade desta minha posição percebendo os argumentos que estão em causa, não quero ver prejudicado o melhor para a minha Freguesia e o melhor é recuperar o Pavilhão Carlos Lopes. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Eu vou ser telegráfico, primeiro desde 2008, início de 2008 que o atual Executivo tem vindo a estudar e a tentar várias formas de recuperar o Pavilhão Carlos Lopes, a primeira foi a hipótese que já aqui foi falada do Museu do Desporto, mas é preciso esclarecer que nessa hipótese o Pavilhão seria entregue à Secretaria de Estado do Desporto, a verba dos 5 milhões de euros do Casino seriam adstritos à recuperação deste edifício e os 3 milhões e meio que há pouco se falou nunca foram recebidos pelo Município, mas seria a verba com que a Secretaria de Estado do Desporto iria juntar aos nossos 5 milhões para recuperar uma obra que estava estimada em 8.-----

----- Gorada esta hipótese, porque quando o atual Governo tomou posse disse que não estava interessado em fazer ali o Museu do Desporto tentou-se um concurso público, esse concurso público teve uma única proposta e o concurso foi anulado em 2013 pelas razões que já aqui foram expostas.-----

----- Tentou-se a seguir a instalação naquele local do Centro de Congressos, portanto, tudo isto sempre na preocupação de recuperar o Pavilhão Carlos Lopes, a solução Centro de Congressos que estava prevista como vir a ser incluída nos fundos europeus foi retirada dos fundos europeus e as associações hoteleiras desistiram de promover a recuperação para instalação de congressos e, portanto, esta é a solução final que encontramos e que achamos que é viável e que permite efetivamente fazer aquilo em que julgo que há unanimidade que é recuperar o Pavilhão Carlos Lopes, reabilitando-o com todo o seu valor.-----

----- Segundo ponto, quanto à ATL, a ATL é uma associação de direito público que tem 750 associados e pelos seus estatutos tem três Presidentes, dos quais um obrigatoriamente é representante da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- As contas da ATL enquanto associação de direito público são revistas por um Revisor Oficial e depositadas na Presidência do Conselho de Ministros e, portanto, não se pode dizer que é uma instituição opaca, que as suas contas são efetivamente todas escrutinadas.-----

----- A questão da gestão pública, eu pergunto: o Arco da Rua Augusta, que foi reabilitado pela ATL tem uma gestão privada? O *Strory Center* que está no Terreiro do Paço tem uma gestão privada? Bom, são intervenções que foram feitas pela ATL e que muito valorizam a zona da Baixa Pombalina.-----

----- Qual é o programa previsto de acordo com o protocolo estabelecido entre a Câmara e a ATL? Desporto, cultura e outro tipo de atividades, nomeadamente atividades políticas, é isso que está previsto, é isso que consta do documento.-----

----- Acesso da Câmara e portanto de todas as instituições que a Câmara entenda que devam ter acesso, aquilo que está previsto e protocolado são 15 eventos, contando com os tempos de montagem e desmontagem isto significa, e se os Senhores Deputados olharam para o estudo económico que foi fornecido pela ATL em que prevê 60 eventos anuais, isto significa 25% dos eventos que são entregues à gestão municipal para que o Município possa decidir aquilo que bem entender quanto à utilização do Pavilhão Carlos Lopes.-----

----- Relativamente aos outros dias ou outros eventos que o Município ou coletividades estejam interessados em realizar haverá um desconto de 25% relativamente ao preço corrente e isso consta também do protocolo.-----

----- Para finalizar, o nome Carlos Lopes mantém-se, é um compromisso que foi assumido, o espólio de Carlos Lopes mantém-se, é um compromisso que foi assumido, o preço do direito de superfície não é simbólico e se viram com cuidado os documentos que foram produzidos pela Direção Municipal de Património explica como é que se chegou a este valor e é um valor de mercado e, por fim, quanto ao espólio de azulejos do pavilhão Carlos Lopes, o projeto está a ser feito, ainda hoje houve uma reunião com os técnicos da comissão do núcleo residente da estrutura consultiva da Direção Municipal de Urbanismo e de Reabilitação Urbana que foram visitar o Pavilhão para acertar as soluções, nomeadamente neste caso é um detalhe de legalização das casas de banho para garantir que tudo o que são azulejos são mantidos, salvaguardados e valorizados. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “ Muito obrigada Senhor Vereador. -----
----- Senhores Deputados, chegámos ao fim das intervenções sobre este ponto e a Mesa vai pôr à votação a **Proposta 342/CM/2015**, pedia agora a vossa atenção. Quem vota contra? Votam contra os Senhores Deputados do PSD, menos um, vota contra o PAN, vota contra o MPT, vota contra o CDS/PP, vota contra o PCP, vota contra o PEV, vota contra o Bloco de Esquerda e 1 Deputado Independente. Quem se abstém? Uma abstenção do PSD. Votos favoráveis do PS, 4 IND e PNP. A **Proposta 342/CM/2015** foi **aprovada por maioria**. -----
----- O BE apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----
----- “*Sobre a Proposta n.º 342/CM/2015 - Desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela no Parque Eduardo Sétimo e constituição de direito de superfície sobre a mesma e sobre o Pavilhão Carlos Lopes a favor da Associação de Turismo de Lisboa.* -----
----- *Considerando que:*-----
----- 1 – *O Parque Eduardo VII constitui um espaço verde de capital importância e com grande significado para a cidade, estando integrado no Domínio Público do Município e sendo de livre acesso e fruição pelos lisboetas e visitantes.* -----
----- 2 – *É possível a concessão de utilização do Domínio Público Municipal, sem que a sua utilização ponha em causa o carácter dominial público.*-----
----- 3 – *A desafetação proposta abre um grave precedente e pode vir a legitimar futuras cedências a retalho do Parque Eduardo VII.* -----
----- 4 – *Para além da desafetação do Domínio Público, a presente proposta propõe a constituição de um verdadeiro direito real, ainda que sob a forma de direito de superfície constituído de forma onerosa, em favor de privados.*-----
----- 5 – *O clausulado do direito de superfície prevê a sua renovação automática “por vontade do superficiário por sucessivos períodos de 25 anos, desde que o Município de Lisboa não necessite do terreno para obras de renovação urbana ou outro fim de interesse público”.*-----
----- 6 – *Esta renovação automática por vontade do superficiário limita a livre disposição do Município de Lisboa sobre o prédio findo o contrato, procurando dar uma estabilidade quase de propriedade plena ao direito de superfície.*-----
----- 7 – *Estando o Pavilhão Carlos Lopes degradado, e sendo grandes as necessidades de investimento, a verdade é que o Município de Lisboa dispõe de verbas destinadas a este tipo de fins, provenientes da concessão do Casino de Lisboa, não sendo a via privada a única adequada para a reconstrução do mesmo.*-----
----- 8 – *Por último, a opção por recurso à arbitragem para dirimir os conflitos que surjam da execução do contrato revela-se uma opção indesejável, subtraindo aos tribunais a apreciação de eventuais litígios. A experiência tem demonstrado que o recurso à arbitragem em contractos que envolvam entidades públicas se revela prejudicial para estas, tendo em conta até o recurso a decisões tomadas com base em juízos de equidade e não de legalidade.*-----

----- *O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda declara votar contra a Proposta n.º 342/CM/2015 - Desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela no Parque Eduardo Sétimo e constituição de direito de superfície sobre a mesma e sobre o Pavilhão Carlos Lopes a favor da Associação de Turismo de Lisboa.*-----

----- O Senhor Deputado Municipal Independente Fernando Nunes da Silva apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- *“Com esta proposta a CML transfere para a Associação Turismo de Lisboa, segundo a figura do “direito de superfície”, por um prazo de 50 anos - prorrogáveis por períodos sucessivos de 25 anos por vontade do superficiário - a gestão e usufruto do Pavilhão Carlos Lopes. Em troca a ATL compromete-se a efetuar a reabilitação e modernização do edifício em causa, sendo ainda responsável pela programação do seu uso e gestão das atividades que aí se possam vir a realizar, sejam as da sua iniciativa, seja por aluguer das instalações ou pela sua subconcessão a terceiros, desde que para isso obtenha a necessária concordância da CML. Em troca desta cedência, o município de Lisboa recebe uma renda anual (60 mil €) e um encaixe, no ato da escritura, de cerca de 1,75 milhões de Euros. Para além disso a CML poderá utilizar o Pavilhão para eventos da sua iniciativa durante 20 dias por ano, sendo que as condições dessa utilização deverão ainda ser objeto da celebração de um contrato de utilização. No final do período de cedência o Pavilhão Carlos Lopes e as restantes instalações nele instaladas regressarão à propriedade da CML, livre de quaisquer ónus ou encargos.*-----

----- *Destas condições do contrato de cedência poderá deduzir-se que a preocupação maior da CML foi sobretudo a de assegurar a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes. Com efeito, não será certamente pelo valor da renda anual que irá receber (5 mil € por mês, menos que o aluguer de um espaço de escritórios no Parque das Nações ou no Saldanha), pelo encaixe no ato da escritura (menos de 2 milhões de €) ou pelo valor das obras (inferiores ao que se gastou, ou vai gastar, em outras intervenções “emblemáticas” da CML – como os terraços do Carmo, o teatro do Parque Mayer ou o museu Júlio Pomar, para só citar exemplos recentes – ou se previa gastar no “famoso” quartel do RSB no antigo espaço do restaurante giratório de Monsanto – mais de 40 milhões de €), que se justifica esta opção da CML. Acresce ainda o facto de a CML estar presentemente a viver uma situação de alguma folga financeira (fruto da boa gestão que tem vindo a realizar desde 2007), pelo que nem a habitual justificação de que “não há dinheiro” se poderá aplicar neste caso. O que está verdadeiramente em causa é pois uma opção política, que se vem insinuando paulatinamente e ganhando espaço no município, de progressivamente externalizar serviços e competências públicas para o sector privado ou, como é o caso, entidades de direito privado, ainda que com capitais mistos.*-----

----- *Com esta opção retira-se à CML o controlo da programação do único espaço municipal onde se poderiam realizar eventos desportivos e culturais com uma certa dimensão popular (de que os antigos Jogos da Cidade e as Marchas de Lisboa são apenas exemplos), seguindo uma lógica de abandono dos programas culturais e*

desportivos associados às escolas e à população em geral, em benefício das programações lucrativas que replicam a oferta das iniciativas privadas neste domínio. Este ato traduz por isso uma opção política da CML quanto ao que deve ser o seu papel na animação desportiva e cultural na cidade, deixando para trás o que foi a sua prática em anos anteriores (nomeadamente quando o executivo foi gerido por uma maioria de esquerda), privilegiando, ao invés, o que poderemos designar por uma programação mais orientada para uma certa elite cultural (que obviamente tem de ter o seu espaço numa cidade capital e turística como Lisboa) e espetáculos desportivos comerciais, em detrimento de ações mais participadas e extensivas à população dos bairros e escolas da cidade, de orientação mais popular e articulada com uma visão de maior envolvimento das associações desportivas e recreativas, que constituem um importante património cívico da cidade.-----

----- *Por outro lado, a transferência da reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes para uma associação de direito privado como é a ATL, permitirá que, ao invés do lançamento de um concurso público de ideias e projeto de arquitetura, se proceda à adjudicação direta deste projeto, ficando assim os órgãos municipais privados da sua apreciação. Para uma CML que se tem pautado pela quase total ausência de concursos públicos de arquitetura e de espaços públicos, não deixa também por isso de ser uma opção significativa.*-----

----- *São opções políticas que não partilho e que considero um retrocesso em relação ao que já foi uma prática do município de Lisboa com a qual me identifico. Por estas razões não dei o meu voto favorável a esta proposta.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, nós estamos já numa hora adiantada, há dois pontos da Ordem de Trabalhos de hoje que são realmente muito urgentes, que é o ponto 4 e o ponto 5, portanto, vamos adiar o ponto 3, eu já falei com o Senhor Vereador, é um pouco prejudicial mas seja como for, não vamos prejudicar a questão das refeições escolares e, portanto, temos a proposta 533 a seguir e temos depois a repartição de encargos da proposta 523.”-----

----- **4. APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº. 533/CM/2015 – ACORDOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DO PROJETO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES SAUDÁVEIS, ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E AS FREGUESIAS, BEM COMO A RESPETIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO Nº. 1 DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E PARA OS EFEITOS NO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº. 1 DO ARTIGO 6º. DA LEI Nº. 8/2012 , DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta nº. 533/CM/2015 fica anexada à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- O **Parecer Conjunto** da 1ª e 5ª Comissões, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, respetivamente, fica anexado à presente Ata como **Anexo XIII** e dela fazem parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto se a Senhora Vereadora Graça Fonseca quer fazer a apresentação da proposta? Prescinde.-----

----- Há um Parecer conjunto da 1ª. e da 5ª. Comissões Permanentes, presumo que também prescindem da apresentação do Parecer, o Parecer foi aprovado por unanimidade nas Comissões.-----

----- Não temos Senhores Deputados Municipais inscritos? Peço desculpa mas o Senhor Deputado Municipal Luís Newton está inscrito, faça o favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, cumprimentar os Senhores Vereadores, presentes. -----

----- Esta intervenção estava pensada para um pouco mais cedo e com mais Vereadores e nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara, mas de qualquer das formas acho que é relevante deixar aqui este testemunho e ele basicamente centra-se em duas mensagens muito rápidas.-----

----- Em primeiro lugar reconhecer à Vereadora Graça Fonseca a coragem que permite resolver um problema, uma dificuldade que afetava o nível de serviço à população, numa área tão fundamental e tão importante para as nossas famílias como é o caso das refeições escolares. Ela soube procurar soluções fora da caixa e investir em parcerias não tradicionais, algo que no final do dia a expectativa é de aumento de qualidade. -----

----- Em segundo lugar para valorizar este novo momento de reforço de descentralização no espírito e no reconhecimento da valorização das Juntas de Freguesia, não só na gestão da coisa pública mas também na gestão do espaço público e sobre este ponto deixar claro que este espírito de cooperação institucional e autárquica suprapartidária e vocacionada para a resolução dos problemas das nossas comunidades é algo para enaltecer e para continuar. -----

----- A gestão de matérias exclusivas ao território devem estar na responsabilidade de quem gere o território e por isso deixar uma mensagem também para a Câmara Municipal, que contem connosco para esta reabilitação e dou um exemplo: o Senhor Presidente da Câmara falou há pouco da questão dos Tuk-Tuk e eu diria mesmo mais, eu diria que não faz qualquer sentido que seja o Estado a licenciar por exemplo autorizações pra os Tuk-Tuk ou autorizações para quaisquer outros agentes turísticos a operar na nossa cidade. Não faz sentido que Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa não possa controlar o que circula na cidade de Lisboa, não faz sentido que a Câmara Municipal de Lisboa não possa regulamentar esse tipo de acessos porque isso prejudica e condiciona não só o planeamento e a gestão do território, mas também e de forma não regrada a qualidade de vida das nossas comunidades.-----

----- Por fim termino convidando o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora Graça Fonseca para durante a próxima semana virem conhecer o Fomecas e conhecer também o projeto Fim do Fomecas, O Fim do Fomecas, peço desculpa, da Junta de Freguesia da Estrela, projeto este alicerçado neste novo modelo que aa Senhora Vereadora promove e com o objetivo de ajudar a concretizar o programa da Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da alimentação saudável.-----

----- Fica o convite feito também para virem então almoçar nas nossas escolas e poder já saborear a diferença na qualidade de oferta aos nossos alunos e agradecer uma vez mais esta abertura, agradecer uma vez mais a postura do Executivo Camarário e eu julgo que o futuro passa muito por esta nova relação, mais focada na resolução dos problemas e menos focada naquilo que no final do dia não deixam de ser as divergências que podem ser importantes, mas que hoje em dia as pessoas querem saber mais é das soluções que temos para lhes apresentar. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal.-----

----- Senhores Deputados, a Mesa não regista mais pedidos de palavra e vamos pôr à vossa votação a **Proposta 533/CM/2015**. Quem vota contra? Não registamos votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. A proposta está **aprovada por unanimidade**.-----

----- Agora há uma Recomendação do Parecer, eu não vi e não a transformei em Recomendação, peço desculpa, se foi votado por unanimidade deve ser assumido por todos, é uma Recomendação que vem do Parecer da 1ª. e da 5ª. Comissão e é a **Recomendação nº 4/81** que vou passar a ler.-----

----- (A **Recomendação nº 4/81** fica anexada à presente Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “São três pontos:” Ponto 1 - Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que remeta à Assembleia Municipal informações com periodicidade trimestral quanto à implementação do projeto de refeições saudáveis em todas as Freguesias de Lisboa. ---

----- Ponto 2 – Envie à Assembleia Municipal o relatório anual de execução pelas Freguesias do presente protocolo, como referenciado na alínea b) da cláusula 10ª. da minuta de contrato.-----

----- Ponto 3 – Futuras propostas de delegação de competências neste âmbito sejam submetidos à Assembleia Municipal para aprovação”-----

----- Penso que é pacífico e vou pôr à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6 IND. **A Recomendação nº 4/81 foi aprovada por unanimidade**.-----

----- Agora sim vamos passar ao ponto quinto e último da Ordem de Trabalhos, a proposta 523/CM/2015 que é uma repartição de encargos.”-----

----- **5. APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº. 523/CM/2015 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RELATIVA AO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE**

INTERNACIONAL PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS DO 1º. CICLO DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º. 1 DO ARTIGO 6º. DA LEI N.º. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;-----

----- (A Proposta n.º. 523/CM/2015 fica anexada à presente Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não vejo pedidos de palavra e vou pôr à votação a **Proposta 523/CM/2015**. Quem vota contra? Não há votos contra. Abstenções? Abstenção do CDS/PP e do MPT. Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 5 IND. A **Proposta 523/CM/2015** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Senhores Deputados Municipais, terminámos os nossos trabalhos... Desculpem-me. Senhor Vereador? Pede a palavra.-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, desculpe, era só para ainda tentar fazer um pedido a ver se a proposta sobre a aquisição dos prédios do BPI poderia ser votada? Ela foi aprovada por unanimidade na Câmara, o Parecer da Comissão é pacífico e não levanta nenhuma objeção, e se fosse possível os prejuízos para a Câmara disto não ser votado hoje é grave porque nós necessitamos de ocupar o edifício, para dar início a outras obras, nomeadamente que são financeiras.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem Senhor Vereador, isso depende exclusivamente da vontade dos Senhores Deputados Municipais, nós tínhamos para esta proposta um Senhor. Não vamos agora fazer uma discussão processual, eu para esta proposta tinha apenas uma inscrição do Senhor Deputado Magalhães Pereira, se os senhores Deputados entendem que podem esperar mais uns minutos, ouvimos a intervenção do Deputado Magalhães Pereira e depois votamos a proposta.-----

----- O Senhor Deputado Magalhães Pereira prescinde? Os Senhores Deputados na Comissão tiveram ocasião de ler a proposta e de ver o Parecer e o Parecer foi aprovado por unanimidade.-----

----- Há um impedimento do Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS) que não pode votar.”-----

----- **3. APRECIACÃO DOS PONTOS 1 A 4 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 455/CM/2015 – AQUISIÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS SITOS NA PRAÇA DO MUNICÍPIO N.ºS 25-34 E CALÇADA DE SÃO FRANCISCO, NA PRAÇA DO MUNICÍPIO N.ºS 35-38 E LARGO DE SÃO JULIÃO N.ºS 1 A 7 E NO LARGO DE SÃO JULIÃO N.ºS 8 A 14, E RESPECTIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA**

D) DO N.º. 1 DO ARTIGO 25ª. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DA ALÍNEA C) DO N.º. 1 DO ARTIGO 6.º. DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- (A **Proposta n.º. 455/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 1.ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)--

----- (O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho declara estar impedido de participar na discussão e votação da **Proposta n.º 455/CM/2015**, devido à sua qualidade de trabalhador do quadro do Banco BPI e de beneficiário do Fundo de Pensões do Banco BPI).-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, a Mesa põe á vossa consideração a Proposta n.º. 455/CM/2015 e vamos votá-la. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. **A Proposta 455/CM/2015 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Muito obrigada Senhores Deputados, a próxima Sessão será no dia 13 de outubro e de hoje a oito dias irei convocar os Senhores Presidentes de Junta e os representantes ou quem eles indicarem para uma Reunião de Trabalho aqui às 18 horas, nesta sala, para discutirmos a articulação de trabalho relativamente ao Acolhimento aos Refugiados.-----

----- Muito obrigada Senhores Deputados Municipais.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinquenta minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----